



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

BRASÍLIA-DF

2016



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF

2016

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	5
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	6
1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	6
1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÕES E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	7
1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE	7
1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	13
1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.	17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.	20
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	20
2.2. DESEMPENHO ORÇAMENTARIO	25
2.3. DESEMPENHO OPERACIONAL	32
3. GOVERNANÇA	34
3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.	34
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	36
3.3. INFORMAÇÕES SOBRE ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	38
3.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	39
3.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	40
3.6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	42
3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	44
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	45
4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	46
4.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	46
4.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	46
4.4. MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE ATUAÇÃO DA UNIDADE	46
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	47
5.1. DESEMPENHO FINANCEIRO	47
5.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	47
5.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE...	48
5.4. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	53
5.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI Nº 4.320/64 E NBC T 16.6	54
5.6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS	75
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	90
6.1. GESTÃO DE PESSOAS	90
6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	99
6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	101
6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	108
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	109
7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	109
7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	112
7.3. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART.5º DA LEI 8.666/93.	113
7.4. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	113
7.5. INFORMAÇÕES SOBRE COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	113
8. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES	116
8.1. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	116
8.2. PARECER DE COLEGIADO	120
8.3. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU AREA DE CORREIÇÃO	120
8.4. RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE	121
8.5. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	123

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
RP – Restos a Pagar
UO – Unidade Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UGE – Unidade Gestora Executora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
Cmdo Ex – Comando do Exército
OM – Organização Militar
CCIEEx – Centro de Controle Interno do Exército
ICFEx – Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército
FE - Fábrica Estrela
FMCE - Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica
FI - Fábrica de Itajubá
FPV - Fábrica Presidente Vargas
FJF - Fábrica de Juiz de Fora

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro A.1.4	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	14
Quadro A. 1.5	Macroprocessos Finalísticos	17
Quadro A.2.2.1.1	Programação de Despesas (valores em R\$ 1,00)	25
Quadro A.2.2.1.2.1	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	27
Quadro A.2.2.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – TOTAL	28
Quadro A.2.2.1.3.2	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	29
Quadro A.2.3.1	Indicadores de Desempenho	32
Quadro A.3.6.2	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	43
Quadro A.3.6.3	Síntese da Remuneração dos Administradores	44
Quadro A.6.1.1.1.1	Força de Trabalho	90
Quadro A.6.1.1.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva	90
Quadro A.6.1.1.1.3	Detalhamento da Estrutura dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	90
Quadro A.6.1.2	Custo do Pessoal	92
Quadro A.6.1.4.1	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	94
Quadro A.6.1.4.4	Composição do Quadro de Estagiários	98
Quadro A.6.2.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	100
Quadro A.6.3	Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015	104
Quadro A.6.4.1	Aspectos da Gestão Ambiental	108
Quadro A.7.1.2	Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	110
Quadro A.7.5.1	Despesas com Publicidade	113
Quadro A.8.5.2	Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridade e Servidores da UJ, da obrigação de Entregar a DBR	123

APRESENTAÇÃO

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, constituída de acordo com a Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública dependente com personalidade jurídica de direito privado, que fabrica produtos de defesa e de segurança e é vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército.

INTRODUÇÃO

Por sua importância estratégica, a IMBEL – que vem se recuperando patrimonialmente, financeiramente e logrando condições de melhor apoiar o Brasil em sua área estratégica de defesa –, tornou-se, em 2008, uma empresa pública dependente do Tesouro Nacional, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando passou a receber recursos do orçamento federal, devendo, portanto, seguir toda a legislação do Direito Público e apresentar suas demonstrações contábeis baseadas nas Leis 4.320/67 e 6.404/76.

O presente relatório visa atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de informar a gestão dos recursos recebidos no Exercício de 2015.

Estruturado em 10 (dez) capítulos, este relatório fornece informações relativas ao Planejamento Estratégico da empresa, à Estrutura de Governança, à Execução Orçamentária e Financeira dos recursos recebidos, às Gestões Ambiental, dos Recursos Humanos, da Tecnologia da Informação e do Patrimônio, assim como informações relativas à atuação da Auditoria Interna.

As principais realizações em 2015 foram:

- O Exército Brasileiro, em 04 Fev 15, homologou o Relatório de Avaliação nº031/14 do Lote Piloto do Fuzil de Assalto 5,56mm IA2, da Indústria de Material Bélico do Brasil, e a sua aprovação em 27 Ago de 15, pela Comissão Especial para padronização de materiais de uso da Força Terrestre.

- O Exército Brasileiro, em 02 Dez 15, padronizou o emprego do Rádio Transceptor Portátil Pessoal TPP-1400, que foi desenvolvido pela IMBEL para atender às necessidades de pequenos grupos em operações militares, policiais, de segurança pública ou privada, ideal para as comunicações de curta distância, mesmo nos mais desafiadores ambientes urbanos;

- utilização do Sistema Gênesis, desenvolvido pela FMCE/IMBEL, em tiro real de artilharia no âmbito da Operação Sentinela Alerta 2015, conduzido pela Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército, no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras, de 13 a 15 Out 15;

- participação da IMBEL na 10ª edição da LAAD Defence & Security 2015, a maior feira de exposições de materiais e equipamentos de defesa e segurança da América Latina, que contou com a participação de mais de 600 expositores de 45 países, incluindo 190 empresas e instituições brasileiras, no Centro de Convenções do Riocentro, no Rio de Janeiro/RJ, no período de 14 a 17 Abr 15; e

- recertificação da Fábrica de Itajubá (FI) pelas normas ABNT NBR ISO 9001:2008 e AQAP 2110:2009.

As principais dificuldades encontradas pela UJ na realização dos objetivos traçados para 2015 foram:

- atrasos nos investimentos previstos para a modernização do parque fabril da empresa em face do contingenciamento de recursos financeiros ocorrido principalmente no 1º quadrimestre de 2015; e

- dificuldade na redução dos custos de fabricação, provocada pela obsolescência dos processos produtivos e por instalações fabris antigas e inadequadas nas Unidades de Produção.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2015

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

A IMBEL é a mais antiga indústria de material bélico do País e, por sua tradição e capacitação técnica, situa-se entre os principais produtores e fornecedores de material de emprego militar e de segurança do Brasil e da América Latina. A IMBEL integra a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, sendo instituída como empresa estratégica de defesa a partir de 2013, conforme estabelecido na Portaria nº 3.228 do Ministério da Defesa, respaldada pela Lei nº 12.598/12.

A Empresa é constituída de uma Sede, localizada em Brasília/DF, e de 5 (cinco) Unidades de Produção (UP), assim distribuídas no território nacional:

- Fábrica Presidente Vargas (FPV), em Piquete/SP, que produz pólvoras, grãos propelentes e explosivos;

- Fábrica da Estrela (FE), em Magé/RJ, que produz explosivos, acessórios de detonação e pirotécnicos;

- Fábrica de Itajubá (FI), em Itajubá/MG, que produz armas leves (fuzis, pistolas e carabinas);

- Fábrica de Juiz de Fora (FJF), em Juiz de Fora/MG, que produz munições de grosso calibre;

e

- Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE), no Rio de Janeiro/RJ, que desenvolve e produz sistemas operacionais computadorizados, equipamentos rádio, centrais e telefones.

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1.1.1. FINALIDADE

A IMBEL desenvolve suas atividades na fabricação de produtos de defesa e de segurança, com a observância das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas pelo Ministério da Defesa.

De acordo com o seu Estatuto Social, a IMBEL tem as seguintes atividades relacionadas com a sua finalidade:

I - promover a indústria militar de defesa brasileira e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - gerenciar projetos de interesse do Exército Brasileiro;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos de defesa;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para cumprimento tanto dos seus objetivos, quanto das exigências de mobilização do País; e

V - promover e executar atividades que permitam manter infraestrutura dimensionada para as

exigências de mobilização do País.

1.1.2.COMPETÊNCIAS

Manter em território nacional uma base industrial de defesa operante, com capacidade para abastecer as Forças Armadas brasileiras, garantindo a soberania nacional, em tempos de paz ou de guerra.

As competências institucionais relacionadas às atribuições definidas em lei, no Estatuto Social e no Regimento Interno, são:

I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II - promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército;

III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e

IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÕES E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
<p>Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975. Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providencias.</p> <p>Decreto Nº 5.338 de 12 de janeiro de 2005. Aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências;</p>
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
<p>Lei nº 11.735, de 10 de julho de 2008. Conversão da Medida Provisória nº 424, de 2008. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.</p> <p>Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</p> <p>Lei no 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</p> <p>Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as sociedades por ações.</p> <p>Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;</p> <p>Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;</p>
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
<p>Resolução nº 06/2008-CA/IMBEL. Aprova a Relação de matérias-primas e insumos utilizados pela IMBEL na fabricação de produtos de defesa que podem ser adquiridos com dispensa de licitação.</p> <p>Resolução nº 14/2014- CA/IMBEL. Aprova o Regimento Interno da IMBEL.</p>

1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

a. caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

Inicialmente, torna-se oportuno recordar que a **IMBEL, EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA**, constituída nos termos da Lei 6.227 de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública

dependente, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército, com a missão de produzir e comercializar produtos de defesa e segurança (PRODE) para clientes institucionais, especialmente, Forças Armadas, Forças Policiais e clientes privados.

A IMBEL tem sua sede instalada em Brasília/DF e suas Unidades de Produção (UP) articuladas nas cidades de Itajubá/MG, Juiz de Fora/MG, Piquete/SP, Magé/RJ e Rio de Janeiro/RJ, as quais fabricam e comercializam os seguintes produtos de defesa e segurança: fuzis, pistolas e carabinas; munições de artilharia, de morteiros e munições para carros de combate; pólvoras de uso militar e civil; explosivos de uso militar e civil, e acessórios de explosivos; sistemas e equipamentos de comunicações e eletrônica; e sistemas de abrigos temporários de campanha, para fins humanitários e de defesa civil.

Assim, a IMBEL disponibiliza Produtos Estratégicos de Defesa (PRODE) observando o viés estratégico, logístico, de mobilização e mercadológico, tendo como pilares básicos a condição de ser uma Empresa Estratégica de Defesa e Empresa Pública Dependente, o que lhe impõem servidões legais, estatutárias e regimentais que limitam a sua capacidade, em especial a orçamentário-financeira, de prover produtos de defesa com a tempestividade devida e necessária aos interesses dos mercados-alvo.

O mercado de PRODE no qual a IMBEL atua, pode ser segmentado em Mercado Interno, constituído pelos mercados de Defesa, Segurança e Privado, e o Mercado Externo. Nesses mercados a IMBEL tem como clientes-alvos os seguintes:

No Mercado de Defesa: os órgãos mencionados no Art. 142 da Constituição Federal de 1988 (CF 88);

No Mercado de Segurança: os órgãos mencionados no Art. 144 da CF 88;

No Mercado Privado: os demais públicos da sociedade brasileira, tendo como apanágio as especificidades dos PRODE, que normalmente têm emprego dual, conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa. Este mercado segue as normas do Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto de nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; e

No mercado Externo: os clientes institucionais e privados fora do Brasil.

b. principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;

PORTFÓLIO DE PRODUTOS IMBEL			
Unidade de Produção	PRODE	FORNECEDORES	
		Nacional	Estrangeiro
Fábrica de Itajubá	- Fuzis e Carabinas (*)	IMBEL Fornecedor Exclusivo Forças Armadas	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais
	- Pistolas (*)	- TAURUS	- GLOCK, CZ e SIG- SAUER
	- Artigos de Cutelaria	Ampla Elenco de Fabricantes Nacionais	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais
Fábrica de Juiz de Fora	- Munição Pesada de Artilharia e Morteiro. - Foguete SBAT 70. (*)	IMBEL EMGEPRON: Mun Art 105mm, Morteiro 4,5" e 3' RJC Ltda: Tiro Morteiro 60mm e 81mm AEQ: Foguete SBAT 70,	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais
Fábrica Presidente Vargas	Trotil (TNT), Propelentes, Pólvoras de Base Dupla, Nitrocelulose de Guerra (*)	IMBEL Fornecedor Exclusivo A Nitroquímica fornece ao mercado privado a Nitrocelulose civil e está ECD produzir a NC militar.	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais
	Sistemas de Abrigos Temporários de Alto Desempenho	IMBEL SANSUY VRB FORÇA DELTA	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais, em especial ARPA, UTILIS e Weatherhaven.
Fábrica da Estrela	Explosivos, Pólvoras e Acessórios. (*)	IMBEL Fornecedor Exclusivo das Forças Armadas Pólvoras - Ampla Elenco de Fornecedores Nacionais	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica	Sistemas e Equipamentos de Comunicações e Eletrônica	IMBEL Motorola Harris	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais
	Sist de Direção de Tiro de Art (Gênesis)	IMBEL Fornecedor Exclusivo das Forças Armadas	Ampla Elenco de Fabricantes Internacionais

(*) Produtos controlados pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército (R-105).

c. contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

Para contextualizar os produtos e serviços ofertados pela IMBEL em relação ao ambiente em que atua é necessário realizar uma avaliação sintética do ambiente, particularmente em que área de Defesa e Segurança a empresa encontra-se inserida.

Assim, no que tange ao ambiente político-legal a implementação de iniciativas pioneiras como a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégica Nacional de Defesa – END, o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, o Plano Brasil Maior – PBM, a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID e os Planos de Transformação das Forças Armadas, com seus objetivos de reestruturação e de fortalecimento da Base Industrial de Defesa – BID, que inclui os segmentos

científico, tecnológico, industrial e de logística, colocaram o tema Defesa e Segurança na agenda político-econômica nacional.

O ambiente sociocultural nacional e internacional, em consequência das últimas ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, tornou-se mais permeável a iniciativas de fortalecimento da área de defesa e segurança.

O ambiente tecnológico apresenta-se como promissor para o desenvolvimento da BID, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso às informações tecnológicas de qualidade, que possibilita articulá-lo de forma ótima a projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial, e engenharia.

Neste contexto, a IMBEL ver-se-á credenciada a aproveitar de forma proficiente as oportunidades abertas pelas novas tendências de mercado, caso consiga ter sua estrutura fabril recuperada e modernizada, com consequente aumento do portfólio de produtos e de suas capacidades produtivas, devidamente adequadas à legislação ambiental, mantendo a produção continuada de material de emprego militar e uma firme atuação na pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores.

Destarte, pode-se inferir que as expectativas em relação às tendências de mercado são extremamente favoráveis ao fortalecimento da Base Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa no próximo decênio.

d. ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

A conjuntura político-econômica hodierna do campo da defesa e segurança apresenta excelentes oportunidades mercadológicas de comercialização de Produtos de Defesa (PRODE), em consequência das crescentes demandas dos atores institucionais.

As referidas demandas são resultantes da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa em 2008; dos prováveis empregos dos atores institucionais na segurança de grandes eventos esportivos, religiosos e político-econômicos, de repercussão internacional, previstos para o triênio 2014/2016; dos grandes empreendimentos e programas de governo na área de Defesa e Segurança; e ainda, dos Projetos Estratégicos indutores da transformação das Forças Armadas.

Tais oportunidades serão expandidas com as facilidades e benefícios da implementação da Lei 12.598/2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e ainda, dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, com o estabelecimento de um Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa – RETID.

Assim, a atual conjuntura criou excelentes oportunidades de negócios, o que fez com que a letargia, imobilismo e incertezas das indústrias de defesa e segurança fossem abandonados e adotadas atitudes mais proativas e dinâmicas. Tais aspectos chamaram a atenção de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, provocando grande migração de atores de vários campos para a área de defesa e segurança.

As imposições e servidões impostas pela legislação nacional fizeram com que os novos *players*, em especial os advindos do exterior, sedentos de novos mercados, num contexto internacional de crise econômica em seus países de origem, buscassem parcerias com empresas nacionais para concretizar, a médio prazo, suas aspirações de conquista do almejado mercado florescente de defesa e segurança.

Tal atitude associada à reorganização e migração dos agentes nacionais para outros setores da economia nacional, fizeram com que a competição e busca de empresas nacionais tradicionais do campo da defesa e segurança transformassem em alvos de contumazes solicitações de parcerias.

As aquisições, fusões e *joint ventures*, a primeira vista interessante para reduzir o *gap* tecnológico existente na Base Industrial de Defesa, devem ser tratadas com muito cuidado, tendo em vista a possibilidade de perda do mercado nacional e regional e a descaracterização das empresas nacionais, com sério risco ao patrimônio nacional. Assim, dependendo da forma de gestão poderá ser interessante ou danosa aos interesses nacionais.

No cenário apresentado de oportunidades inéditas, a IMBEL sofre ameaça de uma concorrência considerável e crescente devido às suas características e possibilidades advindas da

condição de Empresa Pública Dependente, o que faz com que as iniciativas esbarrem na letargia dos processos de investimentos e de reação tempestiva para atender às demandas crescentes do segmento de Defesa e Segurança.

Numa tentativa de superar as citadas ameaças e ainda, atender às servidões impostas na Estratégia Nacional de Defesa, a IMBEL como "componente estatal da indústria de material de defesa terá que atuar no teto, e não no piso tecnológico" e, conseqüentemente, no Planejamento Estratégico para o período 2017/2026, a Direção da empresa partiu para a implantação de um novo modelo gerencial, com o fito de aproveitar da melhor forma as oportunidades emergentes.

e. informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

Em 2015, os clientes institucionais de Defesa adquiriram bens e serviços num valor de R\$ 41.232.225,64, o que corresponde a 52% das vendas da IMBEL, levando-se em consideração todas as modalidades de contratação. Nesse segmento de mercado a dispensa e a inexigibilidade de licitação foram responsáveis por 100 % das aquisições, devido às especificidades dos produtos e serviços comercializados.

O segmento de Segurança absorveu 19% das vendas da IMBEL, sendo em sua maior parte por certame licitatório.

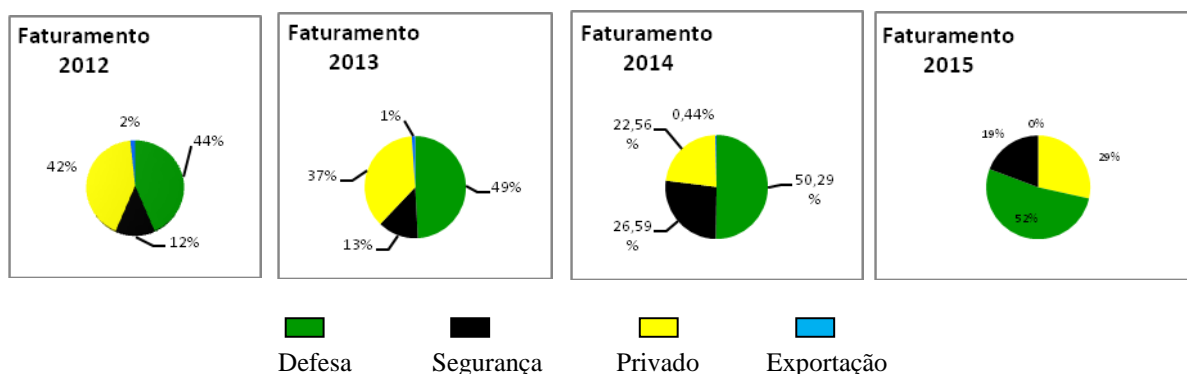
O mercado Privado comprou o montante de 29% e o Mercado Externo teve participação nula.

No referido ano, o faturamento da IMBEL foi de R\$ 69.415.000,00.

Neste contexto, pode-se observar a situação dos mercados na série histórica a seguir:

Mercado Interno						Mercado Externo		Faturamento Total	
Defesa		Segurança		Privado		Ano	Percentual	Ano	Valor
Ano	Percentual	Ano	Percentual	Ano	Percentual	Ano	Percentual	Ano	Valor
2012	44 %	2012	12 %	2012	42 %	2012	2 %	2012	69.139
2013	49 %	2013	13 %	2013	37 %	2013	1 %	2013	79.004
2014	50,29 %	2014	26,59 %	2014	22,56 %	2014	0,44 %	2014	85.833
2015	52 %	2015	19 %	2015	29 %	2015	0 %	2015	69.415

(*) valores em milhares de reais.



f. descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

O mercado de defesa depende fundamentalmente do orçamento do Ministério da Defesa e da parcela desse orçamento alocado ao desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços de defesa (PRODE). A disponibilidade de orçamento cria as condições favoráveis à IMBEL para disponibilizar PRODE ajustados às demandas e capacidades financeiras dos clientes institucionais.

A redução do orçamento tanto da IMBEL, fornecedora de PRODE, quanto dos clientes institucionais, a concorrência estrangeira que disponibiliza PRODE com preço mais competitivo que os nacionais, e as vulnerabilidades macroeconômicas, como câmbio desfavorável, e dificuldades logísticas, oriundas de uma infraestrutura deficiente, falta de capacitação, cultura e tradição em exportação de PRODE, resulta em custos, juros e seguros elevados, e faz com que os fabricantes de PRODE busquem novas estratégias para mitigar os riscos criados.

Dentro das estratégias visualizadas existe a possibilidade de incrementar a oferta de PRODE ao mercado externo, que por sua vez apresenta consideráveis barreiras políticas, tecnológicas, de infraestrutura e econômicas.

Como o mercado externo de PRODE é por demais restritivo à inserção das empresas nacionais, deve-se buscar junto a outros agentes de Governo e da Base Industrial de Defesa, medidas viabilizadoras, como a **promoção de exportações**, com a criação de mecanismos, regras e normas governamentais que incrementem a exportação de PRODE e orientem os servidores públicos a participar e contribuir na conquista de clientela estrangeira para produtos nacionais.

Ainda existe a possibilidade de se celebrar acordos bilaterais incentivando as vendas de governo a governo, atendendo aqueles países desejosos de comprar produtos de defesa do Brasil, e permitir oferecer “garantias de Estado”, por meio de um sistema facilitador; **visitas de Estado**, nas quais as empresas de defesa e segurança sejam convidadas a integrar comitivas oficiais do Governo brasileiro, tanto de visita como de recepção de comitivas estrangeiras; **competitividade de mercado**, com progressiva redução do custo Brasil incidente nos produtos; adoção de sistemas eficientes de **inteligência competitiva**, **proteção nas disputas comerciais**, e **apoio ao produto exportado**.

g. principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;

Como abordado anteriormente, nos últimos exercícios ocorreram importantes mudanças no ambiente político-legal, fruto da implementação de iniciativas pioneiras, como a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégica Nacional de Defesa – END, o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, o Plano Brasil Maior – PBM, a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID e os Planos de Transformação das Forças Armadas com seus objetivos de reestruturar e fortalecer a Base Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa – BID.

O ambiente sociocultural nacional e internacional também foi objeto de transformações, em consequência do acirramento das ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, o que tornou mais permeável a vetores de iniciativas de fortalecimento da área da defesa e segurança.

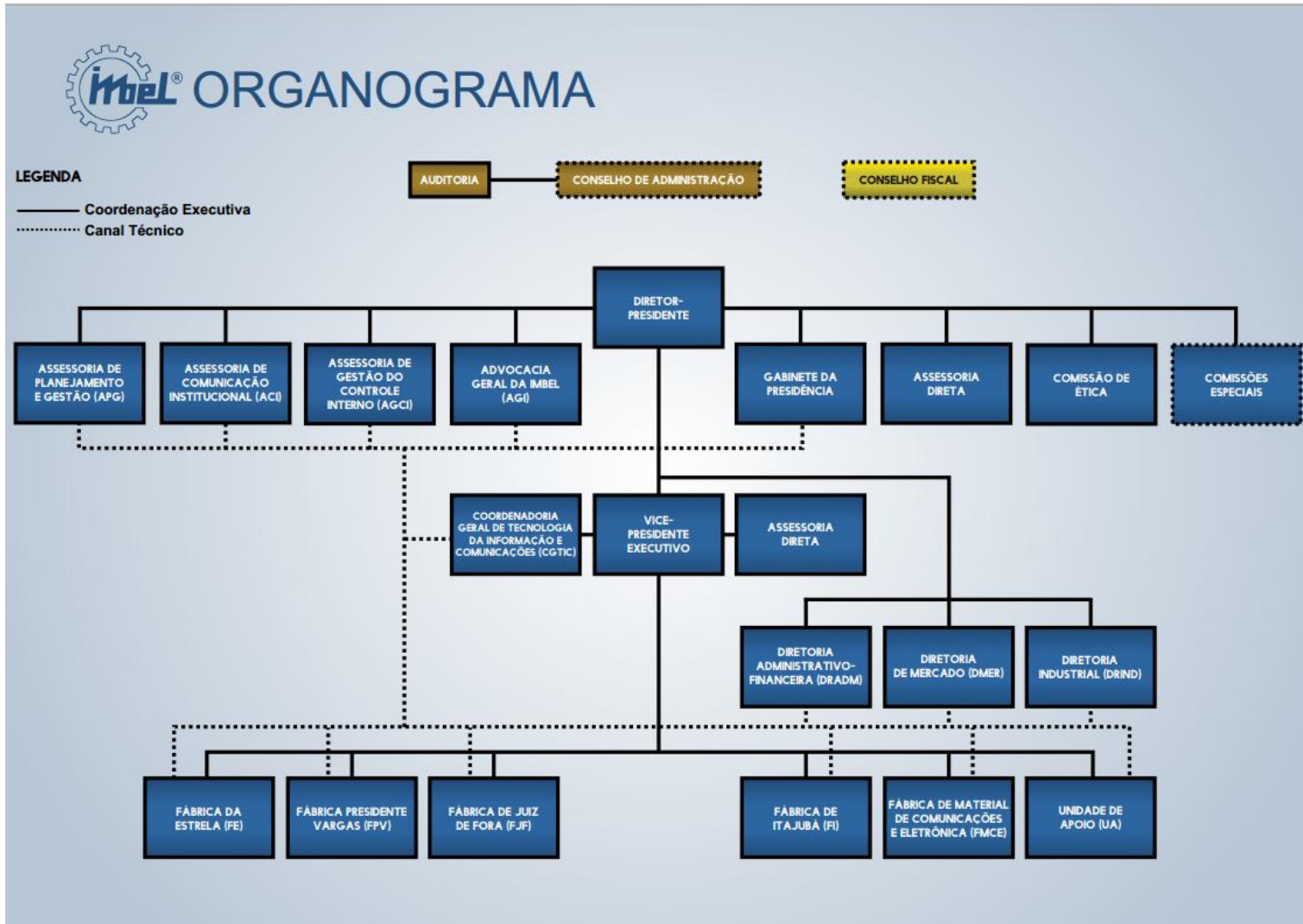
O mesmo ocorreu com o ambiente tecnológico e econômico, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso à informações tecnológicas de qualidade, o qual passou a ficar mais articulado para absorver projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial, e engenharia, sinalizando um favorecimento ao desenvolvimento da BID.

h. as informações referenciadas nas alíneas de “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

A IMBEL, apesar de ter sua sede instalada em Brasília/DF e suas Unidades de Produção localizadas nas cidades de Piquete/SP, Rio de Janeiro/RJ, Magé/RJ, Juiz de Fora/MG e Itajubá/MG, atua no mercado de defesa e segurança de forma centralizada devido às suas servidões de natureza legal, estatutária e regimental.

O presente item, portanto, não é aplicável no caso da IMBEL..

1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Quadro A.1.4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Sinclair James Mayer	Presidente do Conselho	01/01 - 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Celso José Tiago	Conselheiro	01/01 – 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Nelson Leitão Paes	Conselheiro	01/01 – 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	César Augusto Nardi de Souza	Conselheiro	01/01 – 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Vitor João Fachini Vashist	Conselheiro	01/01 – 06/01
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Elvira Mariane Schulz	Conselheira	07/01 – 31/12
Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Luciano de Paiva Albuquerque	Conselheiro	06/03 – 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Expedito Alves de Lima	Presidente do Conselho	01/01 – 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Edson Pierobon	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Rodrigo Duarte Dourado	Conselheiro	01/01 - 29/04
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Bruno Ramos Mangualde	Conselheiro	29/04 - 31/12
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Tânia Maria Teixeira de Carvalho	Auditor Chefe	11/08 - 30/09
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Beatriz Gazeta Cubas	Auditora	01/10 - 29/10
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Cezar Freitas Lopes	Auditor Chefe	30/10 – 31/12
Presidência	Presidir e coordenar os trabalhos da Diretoria, dirigindo e controlando as atividades	Celso José Tiago	Diretor-Presidente	01/01 – 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	estratégicas da IMBEL.			
Vice-Presidência	Coordenar os trabalhos das UP e da UA, da CGTIC e da Assessoria direta da Vice-Presidência.	Américo Paysan Valdetaro Filho	Vice-Presidente Executivo	01/01 – 31/12
Diretoria Administrativo-Financeira	Planejar, coordenar e controlar os trabalhos relativos às áreas administrativa, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos.	Francisco de Assis Abrão	Diretor Administrativo-Financeiro	01/01 – 08/05
Diretoria Administrativo-Financeira	Planejar, coordenar e controlar os trabalhos relativos às áreas administrativa, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos	Celso José Tiago	Diretor Administrativo-Financeiro	08/05 – 03/09
Diretoria Administrativo-Financeira	Planejar, coordenar e controlar os trabalhos relativos às áreas administrativa, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos	José Galaôr Ribeiro Junior	Diretor Administrativo-Financeiro	04/09 – 31/12
Diretoria Industrial	Planejar e coordenar: a pesquisa e o desenvolvimento dos produtos, a produção, a inovação, e os projetos técnicos e de gestão industrial.	Alte Saturno Evangelista Zylberberg	Diretor Industrial	01/01 – 08/05
Diretoria Industrial	Planejar e coordenar: a pesquisa e o desenvolvimento dos produtos, a produção, a inovação, e os projetos técnicos e de gestão industrial.	Álvaro Pereira da Silva	Diretor Industrial	08/05 – 31/12
Diretoria de Mercado	Planejar, organizar e dirigir as relações de mercado, as atividades de vendas e marketing dos produtos da empresa.	Haroldo Leite Ribeiro	Diretor de Mercado	01/01 – 08/05
Diretoria de Mercado	Planejar, organizar e dirigir as relações de mercado, as atividades de vendas e marketing dos produtos da empresa.	Newton Raulino de Souza Filho	Diretor de Mercado	08/05 – 31/12
Assessoria de	Propor a racionalização de	José Irismar Cabral Junior	Chefe da APG	01/01 - 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Planejamento e Gestão	recursos, estruturas e sistemas, com a finalidade de proporcionar o cumprimento dos planos de negócios.			
Assessoria de Comunicação Institucional	Coordenar os programas e projetos relacionados com a comunicação interna e externa, receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informações referentes a procedimentos e ações da Direção e empregados da empresa e acompanhar os assuntos do interesse da empresa.	Marcelo Muniz Costa	Chefe da ACI	01/01 - 31/12
Unidade Administrativa	Coordenar, administrar e executar as ações administrativas da IMBEL.	Sérgio Carvalho Fernandes	Chefe da UA	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – pólvoras e explosivos.	Antônio Eleazar de Moraes	Chefe da Fábrica Presidente Vargas - FPV	01/01- 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - munições de grosso calibre.	Jorge Menelau de Jesus	Chefe da Fábrica de Juiz de Fora - FJF	01/01 - 14/08
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - munições de grosso calibre.	Jorge Tavares Cruz	Chefe da Fábrica de Juiz de Fora - FJF	15/08 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – sistemas computadorizados e equipamentos rádio.	Claudio Nossar Paranhos Junior	Chefe da Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica - FMCE	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – armas leves.	Délcio Monteiro Sapper	Chefe da Fábrica de Itajubá - FI	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – explosivos e acessórios de detonação.	Antônio Carlos Lonthfranc	Chefe da Fábrica Estrela - FE	01/01 – 15/05
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico – explosivos e acessórios de detonação.	George da Silva Divério	Chefe da Fábrica Estrela - FE	16/05 - 31/12

1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE JURISDICIONADA**Quadro A.1.5 – Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocessos		Descrição		Principais Parceiros Externos
Relacionamento com clientes		Engloba as atividades relacionadas à publicidade, vendas, expedição, atendimento a clientes, entre outras vinculadas ao contato do cliente com a Empresa e estabelecimento de relacionamento com os objetivos de captar e atender necessidades e expectativas do cliente, incluí-lo como parceiro no processo produtivo (objetivo a ser alcançado) e fidelizá-lo à Marca IMBEL.		Representantes comerciais
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Contratos de vendas	Div/Seção de vendas das UP	- Geração de direitos e deveres para a Empresa e clientes - Dados de contato para o relacionamento	- Clientes Externos	Diretoria de Mercado e Divisão/Seção Vendas das UP
Proposta comercial	Diretoria de Mercado/UP	Contrato	- UP	
- Empenho / Pagamento da GRU/instrumento equivalente - Nota Fiscal	Clientes - Expedição	Entrega do material	Div Fin/ UP Clientes Externos	UP
Cadastro de clientes	Div/Seção de vendas das UP	Dados de relacionamento	Div Fin/UP	Div/Seção de vendas das UP
Macroprocessos	Descrição			Principais Parceiros Externos
Logística de Produção	Engloba as atividades relacionadas à contratação de fornecedores de material ou serviço para atender ao processo industrial; recebimento do produto; pagamento do fornecedor; envolvimento de outras atividades atinentes ao relacionamento com fornecedores, tais como a fiscalização de contrato, formulação de termo aditivo e renegociação de dívida, tudo de acordo com a legislação vigente.			

Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Contrato de Aquisições e Serviços	Seção de Aquisição, Licitação e Contratos UP	Insumos para o processo de produção	Linha de produção das UP	Seção de Aquisição, Licitação e Contratos UP
Recebimento do material	Almoxarifado das UP	Contabilização dos insumos Pagamento de fornecedor	DRADM	Divisão de Contabilidade das UP
Recebimento do serviço no material produzido na UP		Alocação de insumos para a linha de produção		Almoxarifado / UP
Ordem de Serviço	Gerência Industrial/UP	Controle de estoque		Gerência Industrial/ UP
Planejamento da produção	Linha de produção	Controle de insumos alocados para a produção	Almoxarifado das UP	Gerência Industrial / UP
Macroprocessos		Descrição	Principais Parceiros Externos	
Produção		Envolve as atividades relacionadas estritamente à fabricação dos produtos constantes do portfólio da IMBEL.	Ministério da Justiça; Secretaria de Segurança Pública dos Estados; mineradoras, pedreiras e construtoras; fábricas de tintas e vernizes; empresas de segurança privada; e colecionadores de armas e atiradores.	
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produtos químicos, metalúrgicos, poliméricos, eletrônicos, elétricos e materiais de embalagens.	Indústrias dos setores têxtil, químico, metalúrgico, mecânico e de embalagens.	Abrigos temporários, explosivos militares, explosivos civis, munições de grosso calibre, acessórios de detonação, equipamentos de comunicações, armas leves e artigos de cutelaria.	Exército Brasileiro, Secretarias de Segurança Pública, empresas da indústria química e varejo.	Unidades de Produção

Macroprocessos		Descrição		Principais Parceiros Externos
Pesquisa e Desenvolvimento		Engloba as atividades relacionadas à: proposta de desenvolvimento de novos produtos; coordenação de atividades necessárias para o melhoria de processos industriais e elaboração de novos processos para novos produtos; além do fomento necessário aos estudos, pesquisas e desenvolvimento tecnológico de projetos de novos produtos.		Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Ministério da Justiça; Secretaria Segurança Públicas dos Estados; Empresas de Defesa e Segurança; Mineradoras, pedreiras e construtoras; e Colecionadores de armas e atiradores.
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Não se aplica	Não se aplica	Pólvoras e insumos químicos para o emprego em equipamentos militares.	Exército Brasileiro	FPV
Não se aplica	Não se aplica	Munições para diversos armamentos.	Exército Brasileiro	FJF
Não se aplica	Não se aplica	Equipamentos de comunicações, simuladores e sistemas eletrônicos de aplicação militar.	Exército Brasileiro	FMCE
Não se aplica	Não se aplica	Armamento em geral.	- Forças Armadas - Secretarias de Segurança Pública	FI
Não se aplica	Não se aplica	Insumos químicos para o emprego em equipamentos militares.	Exército Brasileiro Mineradoras	FE

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

A IMBEL, nos últimos cinco anos, teve a sua atuação pautada pelos objetivos e metas do Planejamento Estratégico (PE) 2011-2015, que foi elaborado a partir de análise da legislação pertinente as suas atividades, o que possibilitou a identificação das oportunidades e limitações da regulamentação do setor. Todo o arcabouço regulatório referente à empresa foi considerado na elaboração do PE, bem como os principais interessados (Ministério da Defesa, Forças Armadas, Forças de Segurança Pública, etc.) foram ouvidos e suas necessidades devidamente consideradas.

Na análise ambiental, foram considerados prioritariamente os mercados interno e externo de defesa, além dos mercados civil de armamento leve e de segurança, tendo sido identificadas oportunidades e ameaças inerentes aos ambientes externos à empresa.

Na formulação estratégica, a estratégia da empresa foi elaborada e desdobrada para o desempenho de suas competências constitucionais, legais ou normativas, o que pode ser visto na declaração de Missão e Visão da empresa, bem como nos objetivos estratégicos e projetos estabelecidos.

O Planejamento Estratégico 2011-2015 foi vinculado com suas competências constitucionais, legais ou normativas tendo como diretrizes cinco pilares:

- Colaboradores Internos;
- Eficiência Operacional;
- Inovação Tecnológica;
- Responsabilidade Sócio-Ambiental; e
- Satisfação dos Clientes.

Em consequência, foram definidas a Missão e a Visão da IMBEL:

MISSÃO da IMBEL: *“Fornecer soluções de defesa e segurança com elevado conteúdo tecnológico, mantendo-se apta a atender à mobilização industrial e a fomentar a indústria nacional de defesa”.*

VISÃO da IMBEL: *“Ser reconhecida no mercado nacional e internacional como uma empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e segurança”.*

Visando à implementação e operacionalização do PE 2011-2015, foram mantidos os objetivos estratégicos para 2015:

- Recuperação da capacidade instalada, priorizando as plantas que estão em funcionamento;
- Incrementar a capacidade instalada;
- Instalar novas linhas de produção, com base na análise de mercado; e
- Dar especial atenção à segurança do trabalho, qualidade do produto e adequação das linhas de produção à legislação e normas ambientais.

Com relação ao planejamento organizacional, a principal realização em 2015 foi a elaboração do Planejamento Estratégico IMBEL para o decênio 2017 – 2026 (PEI 17 -26), cujo principal objetivo é a construção da NOVA IMBEL, que deverá atuar segundo um novo modelo de negócio pautado pela operacionalização de três unidades de negócio, coordenadas por uma unidade gestora, a fim de que a organização possa ser transformada de empresa industrial em empresa industrial e gerencial.

O projeto do PEI 17 – 26 foi desenvolvido em dez meses e contou com a efetiva participação dos Diretores, Assessores, Chefes de UP e de colaboradores pertencentes aos níveis gerenciais da empresa.

Com vistas à implantação do PEI 17 – 26, o Diretor-Presidente baixou a Diretriz nº 03 – Planejamento Estratégico da NOVA IMBEL, onde foram estabelecidas ações estratégicas prioritárias visando à mobilização dos diversos setores da organização para a preparação da transformação que deverá ocorrer até 2026.

2.1.1. Plano Estratégico, Tático e Operacional

Em maio de 2014, a Direção da IMBEL determinou que o Planejamento Estratégico 2011-2015 fosse atualizado para o período 2015-2016, e que um novo planejamento estratégico fosse elaborado com o horizonte temporal 2017-2026, prevendo a concepção e a construção de uma “Nova IMBEL” e a sua inserção no Programa de Transformação do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, ora em andamento.

Em julho de 2014, o Diretor-Presidente baixou a Diretriz nº 01 para o Planejamento Estratégico e Aperfeiçoamento da Gestão na IMBEL, onde foram estabelecidas orientações e condicionantes para serem observadas por toda a empresa. Para o período de transição entre o Planejamento Estratégico 2011-2015 e o Planejamento Estratégico 2017-2026, ou seja, para o biênio 2015-2016, optou-se pela elaboração de Planos de Ação Corporativos para 2015 e para 2016, pautados pelas seguintes premissas:

- alinhamento aos objetivos estratégicos e ações estabelecidos no Planejamento Estratégico 2011-2015, com as necessárias atualizações; e
- operacionalização segundo as diretrizes do Diretor-Presidente.

O Plano de Ação Corporativo - 2015 (PAC 2015) estabeleceu objetivos e ações estratégicos voltados para a construção da “Nova IMBEL”, embora este tema tenha sido alvo de Estudo de Viabilidade específico realizado por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico 2017-2026, em 2015. Os ensinamentos colhidos na implantação e execução do Planejamento Estratégico 2011-2015 serviram de subsídios para a elaboração do PAC 2015.

As abordagens e ações no nível tático compuseram Planos de Ação Setoriais das Diretorias e das Assessorias, os quais foram desdobrados do PAC 2015 sob a coordenação geral dos respectivos Diretores e Assessores Chefes. As abordagens e ações no nível operacional, que compuseram Planos de Ação Operacionais das Unidades de Produção, foram desdobradas do PAC 2015 e dos Planos de Ação Setoriais das Diretorias e Assessorias, sob a coordenação geral dos respectivos Chefes de Unidade de Produção e Unidade de Apoio.

2.1.2. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

2.1.2.1. Principais Objetivos Estratégicos da UJ

- estudar oportunidades e modelos de negócios possíveis, de forma a concretizar a migração da IMBEL de um modelo industrial (situação atual) para um modelo híbrido gerencial-industrial;
- centralizar o controle das representações comerciais da IMBEL, reorganizando-as, de forma a atingir todo o território nacional e as regiões de interesse do mercado externo;
- priorizar os mercados institucionais (Forças Armadas, instituições policiais, bombeiros militares, guardas prisionais, etc.) sem deixar de atender adequadamente ao setor privado;
- intensificar a busca de mercados dentro e fora do País, para a utilização da capacidade ociosa das UP;
- criar e operar um efetivo sistema de pós-venda que garanta o controle das vendas e a satisfação do cliente;
- aperfeiçoar as embalagens e os manuais de operação e catálogos dos produtos, contribuindo para uma melhor imagem da Empresa;
- revisar a política de preços dos produtos e serviços IMBEL;
- definir os níveis de estoque ideal e mínimo para os produtos, de forma a reduzir o ciclo

pedido-entrega ao mínimo possível e assim atender adequadamente os clientes;

- modernizar e automatizar as plantas industriais para melhorar a segurança de operação, diminuir custos, aumentar a produtividade e reduzir os riscos ambientais;
- otimizar os processos administrativos, produtivos e mercadológicos, de maneira a reduzir custos de produção e despesas;
- investir em pesquisa e inovação tecnológica, bem como na modernização das linhas de produção;
- planejar, em coordenação com as UP, e executar a alienação do patrimônio imobiliário não vinculado à atividade finalística ou de gestão de cada fábrica;
- atuar com vistas à preservação ambiental e à sustentabilidade; e
- alinhar a área de TI às estratégias e objetivos da IMBEL, definindo papéis e responsabilidades e envolvendo a alta administração nas decisões, além de adotar práticas de governança que permitam a entrega de valor à Empresa (Aperfeiçoar a Governança de TI).

2.1.2.2. Estratégias adotadas pela UJ para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos

Foi realizada a avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência e adotadas as seguintes providências:

1. Restrição orçamentária/financeira.
 - Adequação dos limites de empenho.
2. Redução da demanda de produtos de defesa.
 - Redimensionamento da meta de produção.
3. Restrições/limitações no sistema produtivo.
 - Redimensionamento do projeto de modernização.
4. Problemas relativos à força de trabalho.
 - Gestões junto ao DEST/MP visando atender as demandas de funcionários.

Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foram:

- 1- Reuniões de Diretoria;
- 2- Reuniões do Conselho de Administração;
- 3- Reuniões Orçamentárias;
- 4- Seminário de Produção;
- 5- Reuniões dos Agentes da Administração;
- 6- Reuniões Industriais e de P&D;
- 7- Reuniões de Acompanhamento de Projetos;
- 8- Reuniões e visitas de Segurança do Trabalho, Qualidade e Meio Ambiente;
- 9- Auditorias internas de Segurança do Trabalho e Qualidade;
- 10- Participação em Feiras e Simpósios;
- 11- Informativos internos da IMBEL;
- 12- Intranet Corporativa; e
- 13- Relatórios Gerenciais.

2.1.3. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do Planejamento Estratégico IMBEL 2011-2015 permitiu que a empresa completasse a realização, em 2015, de melhorias significativas nas áreas de produção de armas leves e desenvolvimento de material de comunicações, sempre focadas em qualidade, segurança e saúde no trabalho.

Com base nas lições aprendidas durante a execução desse planejamento e nas metas a serem alcançadas pela IMBEL na próxima década, foi elaborado o Planejamento Estratégico IMBEL

2017-2026, cujo grande objetivo é transformar a empresa na NOVA IMBEL, a qual deverá atuar segundo o modelo industrial e gerencial.

2.1.4. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

a) Demonstração da vinculação do plano da UJ com suas competências constitucionais, legais ou normativas:

Competência institucional	Objetivos Estratégicos
I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira.	- Aumentar a capacidade de inovação tecnológica.
II - promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército.	- Buscar parcerias para desenvolvimento de novos produtos com instituições consagradas.
III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional.	- Priorizar a capacitação dos colaboradores. - Atingir crescimento das receitas em 12% aa. - Reduzir os custos operacionais em 3% aa. - Buscar a integração e sinergias entre as Unidades de Produção. - Viabilizar família de Fuzil IA2.
IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.	- Atuar junto ao Governo Federal. - Adequar-se às normas ambientais vigentes. - Adequar-se à lei de propriedade industrial.

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual – PPA, correlacionando, quando possível, os principais objetivos estratégicos da UJ com os identificados no âmbito do PPA e contextualizando, quando for o caso, a atuação de outras entidades descentralizadas em relação ao planejamento central:

Dentro do Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo, previsto no Plano Plurianual (PPA), são observadas as informações colocadas no quadro a seguir:

Objetivo	Descrição	Meta	Iniciativa	Ação Orçamentária	Responsável
0196	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.	Fabricar o Fuzil da IMBEL.	00NI- Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no País.	4528 – Produção de material de emprego militar.	7ª Sch/EME e IMBEL

Em virtude do Objetivo 0196 “*Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva*” e da

Meta “*Fabricar o Fuzil da IMBEL*” constantes do quadro deste subitem, e dos Objetivos Estratégicos (2011-2015) “*Aumentar a capacidade de inovação tecnológica*” e “*Viabilizar família de Fuzil IA2*” colocados no quadro do subitem anterior, verifica-se que há vinculação entre o plano estratégico da UJ com o PPA.

2.1.5. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

Os Planos de Ação Setoriais e Operacionais, desdobrados do Plano de Ação Corporativo 2015, foram elaborados pelas Diretorias e Unidades de Produção e redigidos com base na ferramenta da qualidade 5W2H, em planilhas Excel.

Trimestralmente, as ações previstas nesses Planos foram acompanhadas pela Assessoria de Planejamento e Gestão, e os resultados informados à Direção da empresa.

A sistemática de desdobramento da Diretriz do Diretor-Presidente da IMBEL em Plano de Ação Corporativo, Planos de Ação Setoriais (PAS) e Planos de Ação Operacionais (PAOp) foi realizada em caráter experimental e seus acertos e falhas serviram de lições aprendidas para a elaboração do PAC, dos PAS e PAOp para 2016.

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

2.2.1.1. Programação de Despesas

Quadro A.2.2.1.1 – Programação de Despesas (valores em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		70.914.980,00			140.105.153,00
CRÉDITOS	Suplementares	12.318.251,00			5.721.500,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		0,00			
Outras Operações		0,00			
Dotação final 2015 (A)		83.233.231,00			145.826.653,00
Dotação final 2014 (B)		73.171.601,00			140.959.865,00
Variação (A/B-1)*100		13,75%			3,45%
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital			9 – Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		16.836.561,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2015 (A)		16.836.561,00			
Dotação final 2014 (B)		20.315.152,00			
Variação (A/B-1)*100		- 17,12%			

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica da Programação Orcamentária

a) Compatibilidade das dotações com as necessidades da UO:

As dotações orçamentárias contempladas na LOA 2015 não sofreram alterações no Congresso, logo estão de acordo com a PLOA proposta no sistema orçamentário.

Diante do cenário econômico do País, ocorreu alteração de fonte própria para fonte tesouro nas despesas discricionárias, devidamente aprovada pela SOF, ocasionando redução de arrecadação da empresa.

As despesas obrigatórias receberam crédito adicional para atender a aumento vegetativo natural da folha de pagamento de pessoal e alguns benefícios firmados no Instrumento Normativo de Trabalho (INT 2015/2016) e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

b) Créditos extraordinários:

Não ocorreram no exercício de 2015.

2.2.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.2.2.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (valores em R\$ 1,00)

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	168002	167086	2108 2000			314.934,81
Recebidos	168007	168002	2058 8965			4.960,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	168007	168002	2058 14T4	2.500.000,00		

2.2.1.3. Realização da Despesa

2.2.1.3.1. Realização da Despesa com Créditos Originários da UJ

2.2.1.3.1.1. Despesas totais por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.2.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação (valores em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação(a+b+c+d+e+f+g)	41.676.061,16	45.194.308,66	40.441.039,38	44.886.723,00
a) Convite	146.865,32	106.355,00	146.020,17	106.355,00
b) Tomada de Preços	725.209,20	178.294,00	721.759,20	178.294,00
c) Concorrência	681.187,26	1.116.665,00	681.187,26	1.116.665,00
d) Pregão	40.122.799,38	43.792.994,66	38.892.072,75	43.485.409,00
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (g+h)	25.165.638,24	27.107.613,50	24.947.284,30	27.085.290,00
g) Dispensa	13.173.410,37	14.514.857,36	13.095.008,26	14.495.581,00
h) Inexigibilidade	11.992.227,87	12.592.756,14	11.852.276,04	12.589.710,00
3. Regime de Execução Especial	418.566,89	450.589,00	418.566,89	450.589,00
i) Suprimento de Fundos	418.566,89	450.589,00	418.566,89	450.589,00
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	80.353.613,08	72.812.708,33	79.696.492,95	72.662.603,00
j) Pagamento em Folha	79.916.695,75	72.137.112,33	79.259.575,62	71.987.742,00
k) Diárias	436.917,33	675.596,00	436.917,33	674.861,00
5. Outros	43.106.003,25	44.742.721,65	42.912.717,48	44.727.650,00
6. Total (1+2+3+4+5)	190.719.882,62	190.307.941,14	188.386.222,07	189.812.855,00

Fonte: SIAFI

2.2.1.3.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.2.1.3.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa (R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1 - Despesas de Pessoal	83.227.471,47	73.271.597,86	83.090.473,22	72.991.371,68	136.998,25	280.226,18	82.326.827,25	72.991.371,68
Vencimentos e Salários	33.561.505,87	30.641.249,37	33.496.469,13	30.529.463,27	65.036,74	111.786,10	33.378.939,01	30.529.463,27
Contribuições Previdenciárias – INSS	16.670.326,50	14.859.369,03	16.670.326,50	14.859.369,03	0,00	0,00	16.670.326,50	14.859.369,03
Férias - Abono Constitucional	9.610.370,97	6.509.507,85	9.610.370,97	6.479.984,19	0,00	29.523,66	9.610.370,97	6.479.984,19
Adicional de periculosidade	5.050.138,13	4.704.305,97	5.050.138,13	4.704.305,97	0,00	0,00	5.050.138,13	4.704.305,97
Demais elementos do grupo	18.335.130,00	16.557.165,64	18.263.168,49	16.418.249,22	71.961,51	138.916,42	17.617.052,64	16.418.249,22
3 - Outras Despesas Correntes	119.170.277,12	141.390.990,62	103.280.184,02	109.765.062,10	15.890.093,10	31.625.928,52	101.747.989,73	109.765.062,10
Material para produção industrial	14.402.909,84	18.990.128,03	10.519.354,47	13.172.193,32	3.883.555,37	5.817.934,71	10.323.829,97	13.172.193,32
Imposto s/ Circ. de Mercad. e Serviços - ICMS	13.612.981,00	20.645.000,87	11.794.679,45	14.286.423,76	1.818.301,55	6.358.577,11	11.794.679,45	14.286.423,76
Programa de Alimentação do Trabalhador	13.376.942,64	12.861.000,00	12.938.917,07	11.797.034,94	438.025,57	1.063.965,06	11.943.481,35	11.797.034,94
REFIS	11.276.622,77	10.916.031,02	11.276.622,77	10.916.031,02			11.276.622,77	10.916.031,02
Serv Médico-Hospital, Odontol e Laboratoriais	11.176.847,44	9.718.054,84	10.504.757,06	9.316.936,08	672.090,38	401.118,76	10.504.757,06	9.316.936,08
Imposto de Renda	7.697.950,33	8.316.434,39	5.838.100,84	6.669.886,95	1.859.849,49	1.646.547,44	5.838.100,84	6.669.886,95
Contribuição Social s/Lucro	3.416.176,51	2.374.374,06	3.416.176,51	2.006.766,28		367.607,78	3.416.176,51	2.006.766,28
Gas e Outros Materiais Engarrafados	3.263.173,78	3.721.683,14	3.046.530,96	3.392.141,75	216.642,82	329.541,39	3.040.381,41	3.392.141,75
Explosivos e Munições	3.263.173,78	5.432.715,36	2.609.120,32	2.415.301,36	454.574,70	3.017.414,00	2.609.120,32	2.415.301,36

Serviços de Energia Elétrica	2.892.452,10	2.144.301,89	2.732.917,72	1.866.281,75	159.534,38	278.020,14	2.732.917,72	1.866.281,75
Material de Acondicionamento e Embalagem	2.799.079,19	1.742.952,83	2.703.521,19	1.378.619,49	95.558,00	364.333,34	2.703.521,19	1.378.619,49
Limpeza e Conservação	2.667.896,02	2.854.936,68	2.477.587,36	2.319.822,96	190.308,66	535.113,72	2.474.102,36	2.319.822,96
Demais elementos do grupo	29.523.550,48	41.673.377,51	23.421.898	30.227.622,44	6.101.652,18	11.445.755,07	23.090.298,78	30.227.622,44
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4 – Investimentos	9.841.510,84	19.704.847,16	4.316.141,45	7.056.421,58	5.525.369,39	12.648.425,58	4.311.405,09	7.056.421,58
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	3.737.739,56	4.086.878,04	1.939.477,21	614.458,64	1.798.262,35	3.472.419,40	1.939.477,21	614.458,64
Instalações	1.952.337,46	2.946.351,15	577.742,57	449.933,40	1.374.594,89	2.496.417,75	577.742,57	449.933,40
Máq, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.082.994,96	690.740,48	337.021,95	287.068,07	745.973,01	403.672,41	337.021,95	287.068,07
Equipamentos de Processamento de Dados	509.602,50	968.890,53	372.454,27	763.005,53	137.148,23	205.885,00	372.454,27	763.005,53
Manutenção e Conserv. de Bens Imoveis	457.411,84	2.557.575,74	53.400,00	1.363.187,66	404.011,84	1.194.388,08	53.400,00	1.363.187,66
Serviços Técnicos Profissionais	415.836,71	1.199.455,00	10.536,71	684.000,00	405.300,00	515.455,00	8.948,55	684.000,00
Demais elementos do grupo	1.685.587,81	7.254.956,22	1.025.508,74	2.894.768,28	660.079,07	4.360.187,94	1.022.360,54	2.894.768,28

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.2.1.3.2. Análise Crítica da Realização da Despesa

a. Alterações significativas ocorridas no exercício:

A maior alteração ocorrida na LOA 2015, em comparação com a LOA 2014, foi a redução de 25% nas despesas discricionárias. Este fato contribuiu para a diminuição de aquisição de material de produção no mesmo percentual do contingenciamento imposto, impactando na redução das vendas e decréscimo de ICMS. Além disso, ocorreu significativa queda nos investimentos, como máquinas para produção, atingindo uma redução de 51%. O pagamento de pessoal teve uma grande variação positiva. Ocorreu, também, queda na realização de licitações e contratações diretas, bem como, uma forte redução em utilização de diárias.

b. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

A contratação direta teve uma queda de 8%, sendo 10% por dispensa e 5% por Inexigibilidade.

As contratações diretas estão concentradas nos insumos de alta complexidade tecnológica e de defesa nacional, enquadrados no item XXVIII do Art. 24 da Lei 8.666.

Além destes, outros fatores contribuíram para o aumento dos valores de dispensa e inexigibilidade: mercado extremamente restrito de insumos e serviços relacionados à atividade fim; maquinários e equipamentos complexos, específicos e de alto valor agregado, cujos fornecedores são exclusivos.

c. Contingenciamento no exercício:

A forte crise econômica do país afetou diretamente o orçamento da IMBEL, com o bloqueio de limite de empenho em 25%. Dificultou a aquisição de insumos e a realização de investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

d. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Os eventos positivos identificados foram quanto ao atendimento parcial dos pedidos da área de defesa e ao atendimento básico da vida vegetativa da Empresa. Os negativos foram as aquisições de insumos abaixo da necessidade, a diminuição dos pedidos de compras pelo principal cliente, o Comando do Exército, e quanto a queda real no investimento das plantas produtivas.

e. Outras Informações:

O cenário macroeconômico prevê a continuação da crise para os próximos exercícios, o que influencia negativamente nos investimentos, dificultando o ciclo de recuperação da empresa estratégica de defesa.

2.3. DESEMPENHO OPERACIONAL**2.3.1. Informações sobre Indicadores de Desempenho Operacional****Quadro A.2.3.1 – Indicadores de Desempenho**

Denominação	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Priorizar a capacitação dos colaboradores	90%	40%	Anual	$\frac{\text{n}^\circ \text{ colaboradores treinados}}{\text{n}^\circ \text{ colaboradores previstos para treinamento}} \times 100$
Atingir crescimento das receitas	5%	-16%	Anual	$\frac{\text{Raj} - \text{Raj-1}}{\text{Raj-1}} \times 100$ Raj = receita alcançada no ano j Raj-1 = receita alcançada no ano j – 1
Reduzir os custos operacionais	5%	-23%	Anual	$\frac{\text{COFaj} - \text{COFaj-1}}{\text{COFaj-1}} \times 100$
Aumentar a capacidade de inovação tecnológica	10%	13,7%	Anual	$\frac{\text{recursos financeiros aplicados em inovação}}{\text{recursos financeiros aplicados em projetos}} \times 100$
Adequar-se às normas ambientais vigentes	100%	53%	Anual	$\frac{\text{COFaj} - \text{COFaj-1}}{\text{COFaj-1}} \times 100$
Melhorar a Segurança do Trabalho	FA < 50 % G ≤ 500 %	18% 73%	Mensal	$\text{FA} = \frac{\text{N} \times 10^6}{\text{H}}$ FA = taxa de frequência de acidentados com lesão (com ou sem afastamento). N = número de acidentados com lesão (com ou sem afastamento). H = horas - homem de exposição ao risco. $\text{G} = \frac{\text{T} \times 10^6}{\text{H}}$ G = taxa de gravidade T = tempo computado que corresponde aos dias perdidos decorrentes de uma lesão pessoal somado aos dias que se debitam em caso de incapacidade permanente ou morte. H = representa as horas - homem de exposição ao risco.
Reduzir o ciclo pedido-entrega ao cliente privado para 90 dias	100%	0%	Anual	$\frac{\text{n}^\circ \text{ de contratos cumpridos em 90 dias}}{\text{n}^\circ \text{ de contratos cumpridos}} \times 100$

2.3.2. Análise Crítica

Denominação	Análise Crítica
Priorizar a capacitação dos colaboradores	1) A medição do indicador provocou a reorganização do setor de treinamento da IMBEL. 2) O Plano de Treinamento foi revisto e aprovado pela Diretoria em abril de 2015. 3) Os dados passaram a ser coletados a partir de julho de 2015. 4) O contingenciamento orçamentário ocorrido em 2015 (corte de 57% em recursos de capacitação) explica o não atingimento da meta de 90% dos empregados previstos para capacitação em 2015.
Atingir crescimento das receitas	1) O ano de 2015, foi marcado por forte contingenciamento orçamentário governamental, implicando na redução da capacidade de aquisição por parte dos principais clientes, particularmente do Exército Brasileiro, que alcança cerca de 60% da receita/faturamento anual da IMBEL. 2) Apesar da ação ativa da Diretoria de Mercado junto a clientes da área de Segurança Pública, o resultado obtido, em 2015, foi 16% inferior ao resultado de receitas de 2014.
Reduzir os custos operacionais	Três fatores foram considerados preponderantes na redução de 23% dos custos fixos de produção de 2015 em relação aos custos fixos de 2014: a) a reorganização dos centros de custos da Fábrica de Itajubá, em consequência do encerramento exitoso do "Projeto Custeio da FI"; b) as iniciativas decorrentes do Programa de Melhoria de Eficiência Operacional, desenvolvido pela DRIND; e c) O Contingenciamento orçamentário que implicou em redução de atividades das plantas, como manutenção, recuperação de máquinas, etc.
Aumentar a capacidade de inovação tecnológica	1) O atingimento da meta foi possível devido a revisão do Plano de Investimentos 2015 e aprovação do mesmo pela Diretoria. 2) O contingenciamento orçamentário impactou fortemente a disponibilidade de recursos para projetos de inovação. Apesar disso, a meta foi atingida em 2015.
Adequar-se às normas ambientais vigentes	1) O contingenciamento orçamentário de 2015 impactou fortemente a execução das ações ligadas à adequação às normas ambientais, implicando que somente 53% das ações planejadas pudessem ser executadas. 2) Além da restrição orçamentária, a revisão do Plano de Investimentos 2015 e priorização de projetos e ações que aumentassem receitas e reduzissem custos contribuíram para o não atingimento da meta.
Melhorar a Segurança do Trabalho	1) O indicador tem sido historicamente atingido pela IMBEL, que obtém resultados muito aquém do índice mínimo estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho, demonstrando a eficácia do Sistema de Segurança do Trabalho adotado pela empresa. 2) Campanha de Segurança e Saúde no Trabalho anuais contribuem para os bons resultados obtidos.
Reduzir o ciclo pedido-entrega ao cliente privado para 90 dias	1) Este indicador foi testado em 2015 e mostrou-se inadequado devido ao prazo ter sido muito otimista (90 dias) e a Fábrica de Itajubá, para a qual o indicador foi direcionado, não ter conseguido contratar com menos de 120 dias. 2) O resultado da medição implicou no aperfeiçoamento do nível de estoque de alguns produtos da Fábrica de Itajubá, na revisão do processo de contratação e na reorganização da Diretoria de Mercado para melhor atender o setor privado.

3. GOVERNANÇA**3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DA UJ**

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Atribuições	Forma de Atuação
Conselho de Administração	DECRETO Nº 5.338, DE 12 DE JANEIRO DE 2005, alterado pelo DECRETO Nº 8.155, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 - Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	Descritas no CAPÍTULO VI DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 16. do Estatuto Social da IMBEL	Reunião mensal em sessão ordinária, com a presença mínima de dois terços de seus membros. Podendo reunir-se, também, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de dois conselheiros. As deliberações do Conselho são aprovadas por maioria simples dos votantes, tendo o seu Presidente, além do voto normal, o de qualidade. É lavrada ata em livro próprio.
Conselho Fiscal		Descritas no CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL Art. 26. do Estatuto Social da IMBEL	Reunião mensal em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer dos seus membros em exercício, pelo Diretor-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração. Pode valer-se de assessoramento específico de pessoal do quadro da IMBEL, ou solicitar a contratação de auditoria externa para subsidiar suas decisões. É lavrada ata em livro próprio.
Diretoria		Descritas no CAPÍTULO VII DA DIRETORIA Art 17 do Estatuto Social da IMBEL	A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer de seus membros, no mínimo quinzenalmente, com a presença de pelo menos dois de seus membros.
Unidade de Auditoria Interna		CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA do Estatuto Social da IMBEL	Vinculada ao Conselho de Administração, atuando diariamente conforme o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) estabelecido para o exercício e novas demandas do referido Conselho ou de órgãos de controle interno e externo, baseada em normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e do Centro de Controle Interno do Exército e demais disposições legais vigentes aplicáveis
Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)	Criado por meio da Portaria 27/PRESI-2012/DPTIC, de 21	Normas do Comitê de Tecnologia da Informação da Indústria	Através de um fórum consultivo e, de acordo com a necessidade, deliberativo, quando for

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Atribuições	Forma de Atuação
	de junho de 2012	de Material Bélico do Brasil - IMBEL, de 20/06/2012, Art 2º, do TÍTULO II - DO OBJETIVO e, Art 4º, do TÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS.	designado por autoridade competente para deliberar sobre assunto específico. Reunião trimestral em sessão ordinária preferencialmente por vídeo conferência e, ainda, por designação de seu Presidente, em sessão extraordinária. Sessões extraordinárias podendo ocorrer em dia, horário e local, e conforme pauta de temas e deliberações previamente estabelecidos e comunicados aos membros, encerrando-se quando cumprido o fim a que se destinarem.
Comitê Gestor de Projetos (CGP)	Norma de Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos na IMBEL, de 10/12/2013	a) avaliar o Estudo de Viabilidade dos projetos e propor a abertura ou não do projeto ao Diretor-Presidente; b) analisar e aprovar documentos elaborados pelo EGP e pelo gerente de projeto; c) definir volume e oportunidade para alocação de recursos financeiros destinados para cada projeto; d) determinar, quando necessário, ligações com órgãos externos à IMBEL relacionados com a implantação dos projetos, para o desenvolvimento de inovações de interesse da empresa; e) definir quais projetos serão considerados corporativos ou se setoriais, técnicos ou de gestão, atribuindo prioridades no portfólio; e f) propor o encerramento de projetos ao Diretor-Presidente.	O CGP reunirá periodicamente para analisar propostas de iniciação, de mudanças e de encerramento dos projetos, além de atualizar a gestão do portfólio de programas e projetos da IMBEL

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Composição	Papéis e Funcionamento	Processo de escolha de Dirigentes e escolha do Perfil
Conselho de Administração	DECRETO Nº 5.338, DE 12 DE JANEIRO DE 2005 alterado pelo DECRETO Nº 8.155, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 - Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	6 (seis) membros I- um indicado pelo Comando do Exército, que presidirá o Conselho e indicará substituto entre os demais membros para suas ausências e impedimentos, excluído o Diretor-Presidente da IMBEL; II- o Diretor-Presidente da IMBEL; III- um indicado pela administração central do Ministério da Defesa; IV- um indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; V- um indicado pelo Ministério da Fazenda; VI- um representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação	Art. 16. O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária, com a presença mínima de dois terços de seus membros. §1º O Conselho de Administração poderá reunir-se, também, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de dois conselheiros. §2º As deliberações do Conselho serão aprovadas por maioria simples dos votantes, tendo o seu Presidente, além do voto normal, o de qualidade. §3º Da reunião do Conselho de Administração será lavrada ata em livro próprio	Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Ministro de Estado da Defesa, após aprovação do Presidente da República, conforme o disposto no § 4º do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993. O representante dos trabalhadores será escolhido dentre os empregados ativos da empresa pública ou sociedade de economia mista, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.
Conselho Fiscal		3 (três) membros e respectivos suplentes. I - um representante do Ministério da Defesa; II - um representante do Comando do Exército; e III - um representante da Secretaria do Tesouro Nacional.		Os membros do Conselho Fiscal serão designados pelo Ministro de Estado da Defesa, por indicação do Comandante do Exército e do Ministro de Estado da Fazenda, nos casos dos incisos II e III, consoante o § 4º do art. 1º do Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993.

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Composição	Papéis e Funcionamento	Processo de escolha de Dirigentes e escolha do Perfil
Diretoria	Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) diretores, demissíveis <i>ad nutum</i> .	A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer de seus membros, no mínimo quinzenalmente, com a presença de pelo menos dois de seus membros	Nomeados pelo Presidente da República mediante proposta do Ministro de Estado da Defesa, após indicação do Comandante do Exército, sendo um Diretor-Presidente, um Vice-Presidente Executivo e até quatro diretores sem designação especial, cujas atribuições específicas serão determinadas pelo Conselho de Administração.

3.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a. estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A estratégia de atuação da Auditoria Interna (AI) da IMBEL é exercida em função da própria definição de sua missão, estrutura e atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração da IMBEL, aprovado pela Resolução nº 10-CA/IMBEL, de 15 de dezembro de 2005, e de seu próprio Regimento Interno, em fase de elaboração, em conformidade com a Resolução nº 08/2015, do Conselho de Administração, de 24 de junho de 2015.

Atua em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna e a demandas específicas dos Conselhos de Administração e Fiscal, realizando suas auditorias nas 5 (cinco) unidades de produção da Empresa e na Sede.

b. informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de 2015;

Para o ano de 2015, estavam previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 27 (vinte e sete) ações de auditoria, divididas em 17 (dezesete) demandas da própria Auditoria Interna e 10 (dez) demandas dos Órgãos de Controle Interno e Externo. Das dezessete ações de responsabilidade, 12 ações estavam relacionadas a registros nas demonstrações financeiras, 3 ações de acompanhamento da gestão e, 2 ações de acompanhamento da própria AI, como a confecção do PAINT e RAIN.T.

Em razão das alterações efetuadas no corpo funcional da Auditoria Interna, 6 (seis) ações deixaram de ser executadas em algumas unidades da empresa.

c. demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada;

Com exceção das 6 (seis) ações de auditoria que deixaram de ser executadas pelas razões explicitadas acima, todas as demais foram realizadas no ano de 2015, em conformidade com o PAINT. Quanto à relevância dos trabalhos, constatou-se que todas as auditorias realizadas cumpriram com seu papel de verificar a legitimidade e a legalidade dos atos de gestão, adicionando valor à gestão da empresa.

As principais constatações e providências adotadas pela administração constaram dos relatórios de auditoria e estão inseridos no sistema corporativo SIMBEL, para acompanhamento dos gestores e do controle interno. Das áreas auditadas, Clientes, Estoques, Tributos, Meio Ambiente e Imobilizado foram aquelas onde se identificaram maiores oportunidades de melhoria.

d. eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Vinculada ao Conselho de Administração, de acordo com o parágrafo único do art. 12 do Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005, a AI atuava de forma descentralizada até o mês de setembro de 2015, com uma Chefia em Brasília e outros quatro integrantes, sendo uma na Sede em Brasília-DF, uma na Fábrica Presidente Vargas, em Piquete - SP, uma na Fábrica de Itajubá, em Itajubá-MG e um que cobria as Fábricas da Estrela, em Magé - RJ, a Fábrica Juiz de Fora, em Juiz de Fora - MG e a Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica, no Rio de Janeiro - RJ.

A partir do mês de outubro de 2015, a AI passou a contar com um Chefe e três membros, todos centralizados na Sede-Brasília, com a finalidade de obter mais proximidade com o Conselho de Administração da Empresa, em conformidade com a Resolução nº 15/2015, de 24 de setembro de 2015, do Conselho de Administração. Essa Resolução estabeleceu que a AI pode ter até 5 (cinco) componentes e ficaria responsável pela auditoria de conformidade.

Ao centralizar a AI na Sede, a IMBEL busca manter a coordenação dos trabalhos de auditoria mais próxima do CA, o que possibilita a assessoria à gestão das operações e decisões, tudo em conformidade com a legislação e normas específicas.

3.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

3.4.1. Estrutura e atividades do sistema de correição.

a) Estrutura: Cada Unidade de Produção (UP) da IMBEL e a sua SEDE, por intermédio de seus Chefes, tem autonomia para aplicação de Ações Disciplinares e de Correição, utilizando, para as apurações necessárias, a instauração de processos administrativos cabíveis a cada situação. Após apuração, dentro dos mecanismos legais (Estatuto, Regulamento de Pessoal da IMBEL e demais regulamentos cabíveis), são dadas as soluções para cada processo. Além disso, a IMBEL está sujeita à fiscalização da Auditoria Interna, Auditoria Independente (Externa), Auditoria do CCIEx, e Auditoria do TCU, esta última em conformidade com o inciso II do art. 71 da Constituição Federal.

b) Abrangência: Toda a IMBEL.

c) Atividades: Aquelas inerentes à condução dos processos administrativos e auditorias. Realização de sindicâncias administrativas para apuração de infrações graves, inclusive para amparar demissões por justa causa (Art. 38, Regulamento de Pessoal).

3.4.2. Competências e responsabilidades: Diretorias, Chefes de UP e Gabinete

3.4.3. Principais resultados observados em relação à atividade de correição:

a) Punições administrativas aplicadas.

PUNIÇÕES	2014	2015	TOTAL
Demissão	1	4	5 (1)
Cassação	0	0	0
Destituição	0	0	0
TOTAL EXPULSIVAS	1	4	5
Suspensão	49	84	133
Advertência	40	121	161
TOTAL NÃO EXPULSIVAS	89	205	294
TOTAL GERAL	98	218	316

(1) Todas por justa causa. Sendo uma por dano ao erário.

Fonte: Seção Pessoal das UP.

b) Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº 8.112/90).

Não é o caso da IMBEL. Empresa regida pela CLT.

3.4.4. INFORMAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO DA PORTARIA Nº 1.043/2007-CGU

A IMBEL é uma empresa pública federal, com capital social integralmente subscrito e integralizado pela União.

Está sujeita à fiscalização da Auditoria Interna e dos órgãos de controle interno e externo (CCIEx e TCU).

No ano de 2014, a IMBEL iniciou o processo de adesão ao PAD Gerencial, conforme a Portaria nº 1.043/2007-CGU.

3.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A IMBEL, desde 2008 vem passando por um processo de mudança da SEDE da empresa, da cidade de Piquete/SP para Brasília/DF, o que ensejou significativas mudanças na sua gestão, contemplando significativamente a gestão corporativa, com sensível incremento da qualidade do controle interno administrativo.

A partir de 2014, foi iniciado um novo Planejamento Estratégico, que visa transformar a IMBEL de empresa predominantemente industrial em empresa industrial e gerencial, conformando novas unidades organizacionais denominadas DIREÇÃO E GESTÃO (baseada nas atribuições do Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo, Diretoria Administrativo-Financeira, Gabinete da Presidência e Assessorias); INDÚSTRIA (originada da atual Diretoria Industrial e das Unidades de Produção); SOLUÇÕES EM MERCADO (originada da atual Diretoria de Mercado) e INOVAÇÃO (a ser criada).

Assim, o Planejamento Estratégico 2017-2026, já em fase de preparação para sua implantação, contempla a transformação da Empresa em uma NOVA IMBEL e estabelece os objetivos estratégicos listados a seguir.

- OE 1.1 Alcançar sustentabilidade financeira;
- OE 1.2 Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura industrial de defesa.
- OE 2.1 Entregar produtos e soluções em conformidade contratual.
- OE 2.2 Alcançar participação relevante e sustentável de mercado.
- OE 2.3 Alcançar excelência no processo de transferência de tecnologia.
- OE 3.1 Alcançar estrutura operacional de baixo custo e alta qualidade.
- OE 3.2 Alcançar excelência no relacionamento com clientes.
- OE 3.3 Alcançar excelência nos processos de desenvolvimento de soluções inovadoras.
- OE 4.1 Garantir sistemas de informações gerenciais.
- OE 4.2 Garantir modelo de negócio apropriado para a Missão.
- OE 4.3 Contribuir para a capacidade de mobilização industrial.
- OE 4.4 Garantir domínio de competências essenciais.

Nesse contexto de transformação da Empresa, a Gestão de Riscos e Controles Internos vem sendo aperfeiçoada, de modo a adequar-se às novas demandas.

Está em fase inicial de elaboração o planejamento para a gestão de riscos baseado em metodologia voltada para o sistema de controle interno, envolvendo pessoas capacitadas para atingir os objetivos e metas estabelecidos pela Empresa, os quais buscam a efetividade na identificação dos processos críticos e estratégicos; o diagnóstico dos riscos internos e externos; a identificação da probabilidade de ocorrência; e a adoção de medidas para mitigá-los, tudo abrangendo todos os níveis organizacionais da IMBEL.

A Empresa busca uma avaliação de riscos elaborada de forma contínua, adotando a prática de definições de riscos operacionais, de informações e de conformidade para todos os níveis da gestão. Os riscos identificados serão mensurados e classificados, e priorizados em escala para facilitar e agilizar a tomada de decisão.

A Empresa trabalha também com o risco fabril, de acordo a ABNT NBR ISO 9001:2015, voltada para a qualidade como uma decisão estratégica, e promovendo o desempenho de forma global. O risco fabril é tratado por um eficaz sistema de gestão da qualidade, baseado em ações preventivas para eliminar não conformidades potenciais, analisar quaisquer não conformidades que ocorram e ações para prevenir recorrências. Para atender aos requisitos da norma, são planejadas e implementadas ações para abordar os riscos e oportunidades, estabelecendo-se a base para o

aumento da eficácia do sistema de gestão da qualidade. Finalmente, é feita a análise dos resultados, averiguando se a situação apresentada está de acordo com os padrões pretendidos.

As estratégias adotadas envolvem a avaliação e o tratamento dos riscos identificados, de forma a não comprometer a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa.

Nesse sentido, as atividades de controle interno administrativo são realizadas por gestores e por todos os agentes da administração, pelas estruturas administrativas e pela Assessoria de Gestão do Controle Interno (AGCI) e caracterizam-se pelo conjunto de atividades, planos, métodos, e procedimentos interligados utilizados com vista a cooperar com o atingimento das metas estabelecidas pela IMBEL, mitigando os riscos de eventuais desvios ou fraudes, ineficiência ou ineficácia na aplicação dos recursos públicos geridos pela Empresa e, dessa forma, evitar perdas, mau uso e dano.

As técnicas adotadas para o desenvolvimento dos trabalhos de controle interno administrativo compreendem o exame documental, verificação "in loco", conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliação e análise de contas contábeis, teste substantivo e amostragem não probabilística, tudo em estrita observância à legislação pertinente, conferindo confiabilidade às informações produzidas.

Além disso, a Empresa realiza rotineiramente consultas ao SIAFI, SIASG, SICON, Compras Net, e emprega seus sistemas corporativos, como o DATASUL, o SIMBEL e o PROTWEB, para gerenciar suas atividades. O SIMBEL é usado efetivamente para o gerenciamento de todas as atividades atinentes ao controle interno administrativo.

A Instrução Normativa (IN) Nº 01-IMBEL, de 9 de fevereiro de 2015, orienta, organiza e sistematiza os trabalhos referentes ao Sistema de Controle Interno da IMBEL e estabelece seus níveis de atuação, como segue:

a) Controle interno administrativo corporativo, a cargo da AGCI, que desenvolve suas atividades de controle interno em proveito da IMBEL como um todo, englobando os níveis setorial e primário;

b) Controle interno administrativo setorial, a cargo da Diretoria Administrativo-Financeira (DRADM), orientando e monitorando os órgãos de controle interno administrativo primário; e

c) Controle interno administrativo primário, a cargo das Assessorias, Diretoria de Mercado, Diretoria Industrial e das Unidades Gestoras Executoras (UGE) com suas Divisões, Seções e outras estruturas menores em proveito de suas próprias áreas de atuação.

As atividades e posturas que cada agente da administração deve realizar e observar para que não ocorram falhas nos trabalhos sob sua responsabilidade devem ser pautados pela seriedade e responsabilidade no desempenho das atribuições, conduta ilibada, repulsa a qualquer constrangimento gerado pela hierarquia organizacional, a conferência exaustiva de dados e informações, e a observação do ambiente de trabalho, de modo a evitar comportamentos antinaturais, posturas inadequadas frente aos atos administrativos, sonegação de informações, e práticas irregulares.

O Plano Anual de Controle Interno (PACI) DA IMBEL regula as atividades de controle interno administrativo corporativo, setorial e primário, e tem os seguintes objetivos:

a) apoiar o fortalecimento da gestão e a racionalização das ações de controle (art. 14 de Decreto nº. 3.591, de 06 de setembro de 2000, com nova redação dada pelo Decreto nº. 4.440, de 25/10/2002);

b) aperfeiçoar as rotinas administrativas, e os controles internos administrativos propriamente ditos, como a conformidade e a identificação dos níveis de eficiência e eficácia dos atos administrativos inerentes ao emprego dos recursos públicos colocados à disposição da IMBEL;

c) monitorar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes traçadas na área administrativa.

Observa-se, portanto, que a estrutura do Sistema de Controle Interno da IMBEL é empregada efetivamente para aperfeiçoar a gestão da Empresa e mitigar os riscos, buscando, dessa forma, assegurar o atingimento dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.

3.6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

3.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) Base normativa da remuneração: A política de remuneração dos membros da diretoria da IMBEL é regulada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). De acordo com o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, a aprovação da remuneração dos administradores e conselheiros, depende de prévia manifestação do DEST. Por outro lado, o § 6º do art. 17 do Decreto Lei nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 (Estatuto Social da IMBEL), estabelece que os salários e demais vantagens dos diretores serão fixados pelo Ministro de Estado da Defesa, por proposta do Comandante do Exército, observada a legislação pertinente.

2) Objetivos da política ou prática de remuneração: A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação citado no item 1. Seu objetivo é manter uma equiparação da remuneração dos dirigentes da Empresa e das demais empresas controladas pelo DEST.

3) Composição da remuneração: A remuneração é composta conforme a legislação citada no item 1 acima.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração: : Atualmente, não existem indicadores que influenciam no cálculo da remuneração. Entretanto, a proposta do novo Estatuto da Empresa prevê que metas devam ser estabelecidas para a Diretoria.

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho: Atualmente, não é considerado

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada: Não se aplica.

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos: Não se aplica à IMBEL

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia: Não se aplica à IMBEL

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

a) termos e condições gerais: Conselho de Administração: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE. Especificamente, na IMBEL, o mesmo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 estabelece em seus Art. 16 e 30.

b) objetivos do plano: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

c) número máximo de ações abrangidas: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

d) condições de aquisições de ações: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

e) forma de liquidação: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

3.6.2. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos**Quadro A.3.6.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (Valores em R\$ 1,00)**

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
SINCLAIR JAMES MAYER	01/01/2013	(1)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	14.423,68
CELSO JOSÉ TIAGO	01/04/2014	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA	03/06/2013	("-")	1.703,48	3.295,21	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	23.028,29
LUCIANO DE PAIVA ALBURQUERQUE	01/04/15	("-")	0,00	0,00	0,00	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	16.226,64
ELVIRA MARIANE SCHULZ	07/01/15	("-")	0,00	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	19.832,56
NELSON LEITÃO PAES	17/04/2014	("-")	1.703,48	2.698,31	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	22.431,39
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
EXPEDITO ALVES DE LIMA	06/08/13	("-")	1.703,48	3.295,21	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	23.028,29
EDSON PIEROBON	24/07/14	("-")	1.703,48	2.300,38	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	22.033,46
BRUNO RAMOS MANGUALDE	01/05/15	("-")	0,00	0,00	0,00	0,00	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	14.423,68
RODRIGO DUARTE DOURADO	07/06/13	("-")	1.703,48	3.295,19	1.802,96	1.802,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.604,59
ANDRE MARCOS DA SILVA	08/03/13	("-")	1.703,48	3.295,21	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	1.802,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.013,49

(1) O Gen MAYER abdicou de receber a remuneração mensal referente ao cargo de Conselheiro (Art 30 do Estatuto Social da IMBEL) até abril de 2015.

(2) O Gen TIAGO abdicou de receber a remuneração mensal referente ao cargo de Conselheiro (Art 30 do Estatuto Social da IMBEL), conforme registro na ata da 257ª Reunião Ordinária do CA, realizada em 05 de maio de 2014.

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento - FOPAG

3.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos**Quadro A.3.6.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores (Valores em R\$ 1,00)**

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2015	2014	2013
Número de membros:			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.302.947,36	1.156.981,11	958.855,13
a) salário ou pró-labore	1.302.947,36	1.156.981,11	958.855,13
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.302.947,36	1.156.981,11	958.855,13
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento - FOPAG

3.6.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à IMBEL.

3.7 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA**Sistema de Contratação:** Por se tratar de serviços comuns, foi realizada a modalidade de Pregão Eletrônico nº 03/2015-IMBEL.**Empresa Vencedora:** CNPJ 05.152.318/0001-01 AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP.**Remuneração pelo Contrato:** o valor final do Pregão ficou em R\$18.500,00, pago em 5(cinco) parcelas conforme cronograma físico financeiro abaixo, constante do Termo de Referência e Contrato:

PRAZOS E CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DE CADA PRODUTO				
	VALOR			
	2015	2016		
	Dez	Jan	Fev	Mar
Produto 1 – Relatório de recomendações referente à Revisão mensal, entregue até 11/12/2015.	20%			
Produto 2 - Relatório de recomendações ref. Inventário de estoque e Controle Interno, entregue até 15/01/2016		20%		
Produto 3– Relatório de recomendações ref. Procedimentos e Norma Tributárias, entregue até 19/02/2016			20%	
Produto 4 – Relatório de recomendações final – Carta de Controle, entregue até 01/03/2016				20%
Produto 5 – Parecer sobre adequação das Demonstrações Contábeis, entregue até 01/03/2016				20%

Serviços que foram contratados e executados:

a) Cronograma de Execução dos Trabalhos conforme quadro a seguir

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA EXTERNA						
Descrição das Atividades	2015			2016		
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Planejamento	x					
Revisão das informações mensais	x	x				
Análise dos processos e atividades de controle interno		x	x			
Avaliação do sistema contábil		x	x			
Avaliação dos procedimentos de controle interno e riscos do negócio			x			
Acompanhamento de inventário físico de estoque		x	x			
Revisão e verificação dos procedimentos e normas da área tributária			x	x		
Análise e revisão das demonstrações contábeis				x	x	x

b) De acordo com o Cronograma de Execução dos Trabalhos de Auditoria Externa foram realizadas as seguintes atividades, conforme Edital e Termo de Referência:

A realização dos trabalhos compreenderá a emissão de parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis, referentes ao exercício de 2015, dentro das normas e conforme se especificação a seguir.

Exame das demonstrações contábeis e dos livros fiscais, com emissão dos respectivos pareceres, assim como a preparação de relatórios de recomendações, compreendendo:

- exame das demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária brasileira, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais normas aplicáveis, e emissão de respectivo parecer quanto à adequação das demonstrações quanto à posição patrimonial e financeira;
- as demonstrações contábeis compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, notas explicativas, relatório da administração e outras definidas em lei;
- revisão prévia da declaração do imposto de renda, por pessoal especializado na área tributária, referente ao ano base de 2015, assim como verificação da conformidade dos procedimentos gerais objeto do trabalho em relação às normas tributárias;
- estudo e avaliação do sistema contábil e dos controles internos compreendendo plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela empresa na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional;
- realização de análise e acompanhamento no fechamento dos balancetes mensais;
- realização de acompanhamento do inventário físico dos estoques; e
- apresentação, no curso dos trabalhos e ao final destes, de relatórios com recomendações sobre controles internos, visando o aperfeiçoamento dos controles contábeis e/ou administrativos e à regularização de qualquer ocorrência anormal detectada, ou manifestando a regularidade dos procedimentos adotados.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Existem 02 (dois) canais de comunicação institucional com a sociedade, a cargo da Ouvidoria: o **SIMBEL**, sistema corporativo de gerenciamento de informações internas e externas, e o **e-SIC**, sistema eletrônico gerenciado pelo governo federal destinado ao acolhimento de dúvidas, denúncias e sugestões do cidadão. São duas ferramentas eletrônicas essenciais para obtenção de demandas do público em geral, sendo gerenciadas pela Ouvidoria da IMBEL.

A Ouvidoria da IMBEL é o canal destinado a receber sugestões, informações, reclamações, elogios, denúncias ou qualquer outro tipo de demanda, sendo um eficiente canal de diálogo entre os diversos públicos de interesse (funcionários, poder público, clientes institucionais e privados, fornecedores e comunidades onde atua) e a direção da Empresa. Por ser a última instância

de resolução de assuntos envolvendo os interesses dos clientes e consumidores, os assuntos recebidos pela Ouvidoria são, em muitos casos, de acordo com a sua criticidade e sensibilidade, tratados diretamente com o Diretor-Presidente. A OUVIDORIA é um instrumento de incentivo à transparência, ética, preservação ambiental e valorização dos direitos humanos.

A Ouvidoria da IMBEL incorpora outro importante canal de comunicação com os públicos de interesse da Empresa: o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), por intermédio do sistema anteriormente descrito. A Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamentou o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no âmbito dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, decorrendo dessa servidão a criação do SIC.

Das informações coletadas das demandas recebidas e tratadas nos 02 (dois) canais de comunicação resultam importantes indicadores para subsidiar algumas decisões corporativas, particularmente aquelas que envolvem os clientes institucionais e privados da empresa.

4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Na Empresa, enquanto o SIC presta informações aos cidadãos, a Ouvidoria atua como canal de ligação com todos os públicos de interesse, sem chocar-se com outras instâncias, mas agindo como última instância para buscar solucionar conflitos.

É importante esclarecer que a porta de entrada das manifestações relativas à assistência técnica e pós-vendas não é a Ouvidoria, mas, sim, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), operado e gerenciado, a partir de setembro de 2014, pela Diretoria de Mercado localizada na Sede - Brasília.

Além do contato telefônico, das mensagens eletrônicas e da presença física do demandante, outras duas importantes portas de entrada das manifestações na Ouvidoria são o sistema de informações no módulo - Ouvidoria (SIMBEL - Ouvidoria) e o e-SIC, destinado ao encaminhamento de demandas pelo Sistema de Informações ao Cidadão. Tais funcionalidades são ferramentas eletrônicas que possibilitam controlar o recebimento, acompanhamento, solução e arquivamento dos pedidos encaminhados à Ouvidoria/SIC.

4.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A IMBEL é uma empresa estratégica de natureza fabril, não se caracterizando, portanto, como uma entidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, mas uma fornecedora de produtos industrializados.

Independente do seu papel institucional, a IMBEL disponibiliza em seu site www.imbel.gov.br, áreas destinadas aos contatos com o público externo, seja para a apresentação de demandas pelo cidadão de uma maneira geral (botão INFORMAÇÃO AO CIDADÃO), seja para a comunicação de caráter comercial com os diversos segmentos de clientes institucional privado, interno e externo (opção FALE CONOSCO na barra de menu principal).

4.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Não existem, por enquanto, mecanismos para medição científica do grau de satisfação dos clientes da IMBEL. Os gráficos e tabelas gerados automaticamente pelo SIMBEL e pelo e-SIC permitem, apenas, a visualização da natureza e quantidade das demandas encaminhadas, incluindo as reclamações e elogios, que podem oferecer alguns indicadores da satisfação do cliente IMBEL

4.4. MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE ATUAÇÃO DA UNIDADE

No site da IMBEL www.imbel.gov.br são exibidas informações que explicitam a transparência adotada na gestão da empresa, podendo tais informações ser acessadas pelo cidadão, por meio do seguinte caminho:

- QUEM SOMOS – TRANSPARÊNCIA

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

A maior alteração ocorrida na LOA 2015, em comparação com a LOA 2014, foi a redução de 25% nas despesas discricionárias. Este fato contribuiu para a diminuição de aquisição de material de produção no mesmo percentual do contingenciamento imposto, impactando na redução das vendas e decréscimo de ICMS. Além disso, ocorreu significativa queda nos investimentos, como máquinas para produção, atingindo uma redução de 51%. O pagamento de pessoal teve uma grande variação positiva. Ocorreu, também, queda na realização de licitações e contratações diretas, bem como, uma forte redução em utilização de diárias.

Como pontos positivos identificados no exercício podemos destacar o atendimento parcial dos pedidos da área de defesa e ao atendimento básico da vida vegetativa da Empresa. Os negativos foram as aquisições de insumos abaixo da necessidade, a diminuição dos pedidos de compras pelo principal cliente Comando do Exército e a queda real no investimento das plantas produtivas.

Para acompanhamento do desempenho econômico financeiro a IMBEL utiliza de indicadores, os quais estão demonstrados no item 2.3.1 deste Relatório, tendo como principais objetivos atingir o crescimento das receitas, reduzir os custos operacionais e aumentar a capacidade de inovação tecnológica.

Contudo, o cenário macroeconômico prevê a continuação da crise para os próximos exercícios, o que influencia negativamente nos investimentos, dificultando o ciclo de recuperação da empresa estratégica de defesa.

5.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DE DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO, E DA EXAUSTÃO DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

De acordo com a NBCT 16.9, que estabelece normas e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, a IMBEL contabiliza seu patrimônio da seguinte maneira:

a) Bens Tangíveis: A IMBEL registra seus bens pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzindo da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas que refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência à IN 162/98, da Receita Federal do Brasil.

b) Bens Intangíveis: A IMBEL contabiliza seus ativos Intangíveis com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada às taxas estabelecidas na IN 162/98, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

c) Bens Exauríveis: A IMBEL não possui registros de bens que sofram exaustão em seu patrimônio.

Em consonância ao NBCT 16.10, norma que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, a IMBEL já adota todas as prerrogativas no consenso da norma (conforme notas explicativas constantes no item 5.6 deste relatório), com exceção à Reavaliação por estar em desacordo com a lei 11.638/07 que rege as sociedades de grande porte, que estabeleceu vedações às empresas diante da possibilidade de fazer, de forma espontânea, registros contábeis de reavaliação de ativos, de acordo com a extinção da “Reserva de Reavaliação” especificada na lei, e na qual a IMBEL se enquadra. O embasamento para o nosso seguimento está escrito nos Procedimentos Contábeis do Manual do SIAFI, item 2.5 “As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6404/76, devem embasar seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências em relação a essa norma, inclusive quanto aos códigos das situações contábeis a serem utilizadas”.

A IMBEL, no ano de 2015, implantou a extinção da Reserva de Reavaliação em concordância com a Lei 11.638/2007.

Por ser uma empresa pública dependente do orçamento federal, a Empresa encontra constantes dificuldades no que tange a conciliação entre os saldos dos sistemas SIAFI (Lei 4.320) e DATASUL (Lei 4.604) em virtude de lapso temporal os registros são realizados com defasagem de

um mês, tendo em vista que o SIAFI dispõe de um prazo muito curto para inclusões e ajustes dentro do mês de referência. A empresa vem buscando no decorrer dos últimos exercícios utilizar um plano de contas no SIAFI similar ao seu plano utilizado para a contabilização sob a lei 6.404/76, visando facilitar a análise e também utilizar os mesmos cálculos realizados pelo sistema comercial. Com a implantação do NOVO PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) em 2015 a situação ficou mais amenizada, posto que o plano passou a adotar a nomenclatura de contas mais aproximadas da realidade de uma empresa pública dependente.

5.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A IMBEL, na qualidade de empresa pública de direito privado, regida pela lei 6.404/76, apura seus custos obedecendo às normas contábeis e tributárias estabelecidas para esse segmento, conforme a diversidade de produtos que possui. A metodologia aplicada para a avaliação de seus estoques é o custo médio mensal por unidade de produção. A empresa está inserida num ramo de alta complexidade, pois industrializa, comercializa e presta serviços atinentes à indústria de defesa e segurança pública. Os custos de difícil mensuração de alocação, são identificados por meio de rateio de número de funcionários, metragem de áreas, e horas trabalhadas. O novo Sistema de Custos da Administração Pública (SIC) é adequado para registrar os custos de programas e serviços destinados à população, como é o caso das autarquias e fundações públicas. Apesar de ainda não integrar o SIC, a IMBEL está cumprindo em sua totalidade, o Artigo 99 da Lei 4.320, que especifica “Os serviços públicos Industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum”.

A estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos é dividida da seguinte forma:

Unidade de Produção (UP)/ Unidade Administrativa (UA)	Estabelecimento	SETORIAL DE CUSTOS
168002 - SEDE ORÇAMENTÁRIA	99	168009
168003- SEDE	99	168009
168004- Fábrica Presidente Vargas (FPV)	1	168009
168005 - Fábrica de Itajubá (FI)	5	168009
168006 - Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	2	168009
168007 - Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE)	4	168009
168008 - Fábrica Estrela (FE)	6	168009

As subunidades administrativas das quais os custos são apurados estão assim divididas:

a) As unidades 168002 e 168003 são exclusivas da sede administrativa, e são compostas pela Presidência, Diretoria Industrial, Diretoria de Mercado, e Diretoria Administrativo-Financeira e uma Unidade Administrativa (UA).

b) A Unidade 168004 Fábrica Presidente Vargas é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	010001	Administração Geral
2	010008	Imobilizado
3	010009	Centro de Distribuição
4	010010	Administração DMA
5	010011	Manutenção Mecânica
6	010012	Manutenção Elétrica
7	010013	Manutenção Civil
8	010014	Manutenção de Instrumentos
9	010020	Administração DEQ
10	010021	Engenharia de Produtos

11	010022	Engenharia de Processos
12	010023	Engenharia de Projetos
13	010024	Laboratório Balístico
14	010025	Laboratório Químico
15	010026	DIQSM
16	010030	Administração da UUI
17	010031	Estação Trat. D`água
18	010032	Estação Trat. Desp. Ind.
19	010033	Vapor
20	010034	Lixívia
21	010040	Almoxarifado
22	010041	Preparação da Alimentação
23	010099	Administração da Produção
24	010100	DISAT
25	010101	Seção de Abrigos Temporários
26	010200	Administração da UF-2
27	010201	Linters Purificado
28	010202	Nitrocelulose
29	010300	Administração da UF-3
30	010301	Nitroglicerina
31	010302	Gelatinosa/Pulverulenta
32	010303	Desnitração
33	010404	Administração da UF-4
34	010401	Desidratação de NC
35	010402	Éter
36	010403	Pólvora BS
37	010404	Solução Nitrocelulose
38	010405	Retificação do Álcool Residual
39	010500	Administração da UF-5
40	010501	TNT
41	010600	Administração da UF-6
42	010601	Pólvora BD
43	010602	Massa Primária
44	010603	Inibição de Grão Propelente
45	010999	Custos Comuns p/ Distribuição

c) A Unidade 168005 Fábrica de Itajubá é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	050001	Administração Geral
2	050008	Patrimônio
3	050009	Centro de Distribuição
4	050011	Manutenção Mecânica
5	050012	Manutenção Elétrica
6	050013	Manutenção Civil
7	050020	Administração DEN

8	050021	Engenharia de Produtos
9	050022	Engenharia de Processos
10	050026	Garantia de Qualidade
11	050031	Estação Tratamento D'Água
12	050040	Almoxarifado
13	050041	Preparação da Alimentação
14	050042	Oficina de Ferramentas
15	050043	Almoxarifado de Ferramentas
16	050098	Rede Elétrica Piquete/Itajubá
17	050099	Administração da Produção
18	050101	Oficina de Usinagem
19	050102	Oficina de Metalurgia
20	050103	Tratamento Superficial
21	050104	Carpintaria
22	050105	Oficina de Montagem
23	050106	Embalagem
24	050107	Oficina de Cortes

d) A Unidade 168006 Fábrica de Juiz de Fora é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	020001	Administração Geral
2	020009	Centro de Distribuição
3	020011	Manutenção Mecânica
4	020012	Manutenção Elétrica
5	020013	Manutenção Civil
6	020020	Administração Engenharia
7	020021	Engenharia de Produtos
8	020022	Engenharia de Processos
9	020026	Garantia da Qualidade
10	020040	Almoxarifado
11	020041	Preparação da Alimentação
12	020042	Ferramentaria
13	020099	Administração da Produção
14	020100	Produção Mecânica
15	020101	Usinagem CNC
16	020102	Outras Usinagens
17	020103	Oficina Forjaria
18	020104	Oficina de Tratamento Superficial
19	020105	Oficina de Pintura
20	020106	Carregamento de Munições
21	020107	Oficina de Montagem
22	020108	Carpintaria
23	020109	Cutelaria
24	020999	Custos Comuns p/Distribuição

e) A Unidade 168007 Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	040001	Administração Geral
2	040009	Centro de Distribuição
3	040010	Manutenção Geral
4	040021	Engenharia de Produto
5	040023	Engenharia de Processos
6	040026	Garantia da Qualidade
7	040040	Almoxarifado
8	040041	Preparação da Alimentação
9	040042	Oficinas de Apoio
10	040099	Administração da Produção
11	040101	Oficina Mecânica
12	040102	Oficina de Tratamento Superficial
13	040103	Oficina de Montagem
14	040999	Custos Comuns p/Distribuição

f) A Unidade 168008 Fábrica Estrela é subdividida em centros de custos assim especificados abaixo:

Nº	Centro de Custo	Descrição
1	060001	Administração Geral
2	060003	Rescisão a Pagar
3	060008	Patrimônio
4	060009	Centro de Distribuição
5	060011	Manutenção Mecânica
6	060012	Manutenção Elétrica
7	060013	Manutenção Civil
8	060015	Carpintaria
9	060020	Administração Engenharia
10	060021	Engenharia de Produtos
11	060022	Engenharia de Processos
12	060023	Engenharia de Projetos
13	060026	Garantia da Qualidade
14	060031	Vapor da UF1
15	060032	Vapor da UF2 (70% Estop/30% Pv. N)
16	060033	Vapor da UF3 (Carregamento)
17	060034	Vapor da UF3 (Iniciadores)
18	060040	Almoxarifado
19	060041	Preparação da Alimentação
20	060099	Administração da Produção
21	060100	Administração da UF-1
22	060101	RDX/Pentolite/Nitropenta/C
23	060200	Administração da UF-2
24	060201	Traçador
25	060202	Cordel Detonante

26	060203	Espoletim
27	060204	Estopim
28	060205	Pólvora Negra
29	060206	Retardo p/Cordel
30	060207	Não-Elétrico
31	060300	Administração de UF-3
32	060301	Booster
33	060302	Espoleta
34	060303	Estiramento
35	060304	Iniciadores
36	060305	Petardo
37	060400	Administração da UF-4
38	060401	Emulsão Explosiva
39	060402	Dinamite Granulada
40	060403	Booster
41	060405	Petardo
42	060999	Custos Comuns p/Distribuição

O sistema corporativo informatizado para apuração de custos que a IMBEL utiliza é o Datasul. Para o ano de 2015 não houve impactos significativos na gestão dos custos.

Os relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise dos custos e tomada de decisão são os Demonstrativos por centro de custos gerados pelo sistema corporativo Datasul juntamente com relatórios gerenciais das Diretorias Administrativo-Financeira e Industrial.

5.4. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código das UG Consolidadas:	
<i>Indústria de Material Bélico</i>		<i>168002, 168003, 168004, 168005, 168006, 168007, 168008 e 168009</i>	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	18/04/16
Contador Responsável	Ingrid Tiane Pimentel dos Santos	CRC n°	DF 012551/O-9

5.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NBC T 16.6

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S/N) : N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL(S/N) : _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2014

TIPO DE BALANCO : 01

TIPO DE ADMINISTRACAO : ____
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : -

POSICAO ATE: 28Jan2015 AS 10:10

ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL CONF. SEM RESTRICAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - FINANCEIRO (1)

	EXERCICIO 2014
INGRESSOS	
INGRESSOS	811.438.084,16
RECEITAS CORRENTES	77.419.881,81
RECEITA PATRIMONIAL	3.890.238,00
RECEITA INDUSTRIAL	35.576.859,94
RECEITA DE SERVICOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.133,26
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO >2013	36.746.650,61
RECEITAS DE CAPITAL	311.547,28
ALIENACAO DE BENS	311.547,28
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	1.615.253,92-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	502.808.719,37
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	502.769.906,50
REPASSE RECEBIDO	142.189.781,35
SUB-REPASSE RECEBIDO	360.580.125,15
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	360.580.125,15
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	38.812,87
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	38.812,87
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	195.785.729,15
VALORES EM CIRCULACAO	70.744.773,58
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	67.822.864,12
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.921.909,46
DEPOSITOS	210.849,23
CONSIGNACOES	203.678,89
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	156,67
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	76.776.226,78
FORNECEDORES	292.252,71
DO EXERCICIO	271.942,37
DE EXERCICIOS ANTERIORES	20.310,34
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	972.726,42
RESTOS A PAGAR	54.229.315,55
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	52.803.758,95
CANCELADO	1.425.556,60
VALORES EM TRANSITO	15.813,74
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	21.250.243,37
OUTROS DEBITOS	903,34
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
OUTRAS OBRIGACOES	14.971,65
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	48.053.879,56
INCORPORACAO DE DIREITOS	39.720.937,71
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	39.720.937,71
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	8.332.941,85
EXERCICIOS ANTERIORES	810.915,88
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	7.522.025,97
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	36.727.460,47
APLICACOES FINANCEIRAS	36.724.537,92
OUTRAS DISPONIBILIDADES	2.922,55
EXERCICIO 2014	
DISPENDIOS	811.438.084,16
DESPEAS CORRENTES	214.782.799,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.076.200,42
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	107.909.911,64
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	139.524,50

OUTRAS DESPESAS	107.770.387,14
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	48.796.687,92
DESPESAS DE CAPITAL	23.064.940,81
INVESTIMENTOS	23.064.400,08
DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,73
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	361.718.563,61
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	360.976.612,61
REPASSE CONCEDIDO	396.487,46
SUB-REPASSE CONCEDIDO	360.580.125,15
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	360.580.125,15
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	741.951,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	741.951,00
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	179.751.406,80
VALORES EM CIRCULACAO	52.937.964,47
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	50.016.055,01
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.921.909,46
DEPOSITOS	733.232,60
CONSIGNACOES	726.062,26
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	156,67
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	90.367.958,13
FORNECEDORES	1.959.103,28
DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.959.103,28
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.485.425,79
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	55.707.282,62
VALORES EM TRANSITO	30.577,21
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	30.390.432,85
OUTROS DEBITOS	3.591,46
OUTRAS OBRIGACOES	791.544,92
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	35.712.251,60
BAIXA DE DIREITOS	14.423.388,05
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.423.388,05
INCORPORACAO DE OBRIGACOES	21.288.863,55
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	21.250.243,37
OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	38.620,18
AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00
DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	32.120.372,96
APLICACOES FINANCEIRAS	32.117.450,41
OUTRAS DISPONIBILIDADES	2.922,55

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO⁽¹⁾ - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA				
ORGÃO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO				
EXERCÍCIO	2015				
PERÍODO	Anual				
EMIÇÃO	29/02/2016				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	70.904.845,24	-	Despesas Orçamentárias	214.744.219,38	-
Ordinárias	2.685.163,59	-	Ordinárias	167.685.239,87	-
Vinculadas	72.573.768,55	-	Vinculadas	47.058.979,51	-
Educação		-	Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	5.540.000,00	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	72.573.768,55	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	41.518.979,51	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.354.086,90	-			-
Transferências Financeiras Recebidas	622.102.619,49	-	Transferências Financeiras Concedidas	451.940.662,26	-
Resultantes da Execução Orçamentária	502.801.226,60	-	Resultantes da Execução Orçamentária	348.560.237,88	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasso Recebido	154.555.923,53	-	Repasso Concedido	314.934,81	-
Sub-repasso Recebido	348.245.303,07	-	Sub-repasso Concedido	348.245.303,07	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasso Devolvido		-	Repasso Devolvido		-
Sub-repasso Devolvido		-	Sub-repasso Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	119.301.392,89	-	Independentes da Execução Orçamentária	103.380.424,38	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	30.960.596,25	-	Transferências Concedidas para Pagamento	14.973.035,75	-

			de RP		
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	88.340.796,64	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	88.407.388,63	-
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	26.547.248,15	-	Despesas Extraorçamentárias	45.288.595,85	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.863.776,62	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.480.216,14	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.494.220,69	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	43.613.796,76	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	171.735,54	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	184.294,88	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.515,30	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.288,07	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	10.288,07	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	17.515,30	-			
Saldo do Exercício Anterior	43.925.540,26	-	Saldo para o Exercício Seguinte	51.506.775,65	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.925.540,26	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.506.775,65	-
TOTAL	763.480.253,14	-	TOTAL	763.480.253,14	-

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S/N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL(S/N): _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2014

TIPO DE BALANCO : 03

TIPO DE ADMINISTRACAO : _____
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _____

POSICAO ATE: 28Jan2015 AS 10:10


ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL CONF. SEM RESTRICAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL (1)

	EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS	2014
VARIACOES ATIVAS	890.826.568,15
ORCAMENTARIAS	667.294.673,47
RECEITAS CORRENTES	77.419.881,81
RECEITA PATRIMONIAL	3.890.238,00
RECEITA INDUSTRIAL	35.576.859,94
RECEITA DE SERVICOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.133,26
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	36.746.650,61
RECEITAS DE CAPITAL	311.547,28
ALIENACAO DE BENS	311.547,28
DEDUCOES DA RECEITA	1.615.253,92-
INTERFERENCIAS ATIVAS	502.769.906,50
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	502.769.906,50
REPASSE RECEBIDO	142.189.781,35
SUB-REPASSE RECEBIDO	360.580.125,15
MUTACOES ATIVAS	88.408.591,80
INCORPORACOES DE ATIVOS	43.551.491,00
AQUISICOES DE BENS	39.540.871,54
INCORPORACAO DE CREDITOS	4.010.619,46
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.857.100,80
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	223.531.894,68
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	90.056.693,74
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	0,00
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	90.056.693,74
INTERFERENCIAS ATIVAS	38.812,87
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	92,69
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	38.720,18
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	133.436.388,07
INCORPORACOES DE ATIVOS	102.129.759,76
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.430.571,19
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	25.843.801,09
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	405.893,90
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	12.091.656,58
INCORPORACAO DE DIREITOS	61.357.837,00
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	297.886,49
REAVALIACOES DE BENS	0,00
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	295.127,49
AJUSTES DE CREDITOS	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	2.759,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	31.008.741,82
AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00
DEFICIT	0,00
	EXERCICIO
	2014
VARIACOES PASSIVAS	890.826.568,15
ORCAMENTARIAS	697.892.831,18
DESPESAS CORRENTES	214.782.799,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.076.200,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.909.911,64
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	48.796.687,92
DESPESAS DE CAPITAL	23.064.940,81
INVESTIMENTOS	23.064.400,08
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,73
INTERFERENCIAS PASSIVAS	360.976.612,61


TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	360.976.612,61
REPASSE CONCEDIDO	396.487,46
SUB-REPASSE CONCEDIDO	360.580.125,15
MUTACOES PASSIVAS	99.068.477,78
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	99.047.736,11
ALIENACAO DE BENS	0,00
LIQUIDACAO DE CREDITOS	435.672,12
CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	0,00
BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	98.612.063,99
INCORPORACOES DE PASSIVOS	20.741,67
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	168.880.449,00
DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00
DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	0,00
INTERFERENCIAS PASSIVAS	848.348,10
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	106.397,10
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	92,69
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	741.858,31
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	168.032.100,90
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	86.003.617,71
BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.385.340,78
BAIXA DE BENS MOVEIS	17.608.331,59
BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	21.076,96
BAIXA DE TITULOS E VALORES	11.857.660,74
BAIXA DE DIREITOS	55.131.207,64
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	12.978.995,17
DESVALORIZACAO DE BENS	80.348,97
DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	59.962,45
AJUSTES DE CREDITOS	1.394.129,34
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	11.444.554,41
INCORPORACAO DE PASSIVOS	69.049.488,02
AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL	24.053.287,97
SUPERAVIT	24.053.287,97
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	0,00
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	0,00

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS⁽¹⁾ - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	
ORGÃO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO	
EXERCÍCIO	2015	
PERÍODO	Anual	
EMIÇÃO	29/02/2016	
VALORES EM UNIDADES DE REAL		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.288.553.979,89	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	87.135.121,17	-
Venda de Mercadorias	31.316.881,96	-
Vendas de Produtos	54.863.657,40	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	954.581,81	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.418.982,55	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	879,78	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.418.102,77	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.144.185.213,54	-
Transferências Intragovernamentais	1.126.433.625,22	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.751.588,32	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	50.694.104,30	-
Reavaliação de Ativos	4.001.951,73	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	8.725.552,82	-

Ganhos com Desincorporação de Passivos	37.966.599,75	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.120.558,33	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	540.072,39	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.382.007,75	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	198.478,19	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.255.445.137,38	-
Pessoal e Encargos	86.465.311,71	-
Remuneração a Pessoal	60.534.670,67	-
Encargos Patronais	25.075.065,62	-
Benefícios a Pessoal	189.876,86	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	665.698,56	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	208.343,40	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	138.079,16	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	70.264,24	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	117.355.170,39	-
Uso de Material de Consumo	21.182.381,50	-
Serviços	60.320.813,66	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	35.851.975,23	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.198,93	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.794,90	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.404,03	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	974.509.414,06	-
Transferências Intragovernamentais	956.774.225,74	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	17.735.188,32	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18.113.642,17	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.254.393,87	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	100.000,00	-
Desincorporação de Ativos	14.759.248,30	-
Tributárias	33.302.800,82	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.839.340,14	-
Contribuições	8.463.460,68	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	17.304.948,78	-
Custo das Mercadorias Vendidas	17.304.948,78	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.182.307,12	-

Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.182.307,12	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	33.108.842,51	-


(1) Em virtude da nova estrutura prevista no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), que passou a vigorar em 2015, não é possível a apresentação comparativa do Balanço Financeiro e das Demonstrações das Variações Patrimoniais dos anos de 2014 e 2015. Portarias nº 700 e 733 da STN, ambas de 2014. Por esse motivo, estamos apresentando estas demonstrações de 2014 e 2015 separadamente.

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL		
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA⁽²⁾ - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA	
ORGÃO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO	
EXERCÍCIO	2015	
PERÍODO	Anual	
EMIÇÃO	29/02/2016	
VALORES EM UNIDADES DE REAL		
	2015	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	25.274.739,61	-
INGRESSOS	693.144.723,57	-
Receitas Derivadas e Originárias	70.852.853,24	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.102.255,34	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	66.133.137,16	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	3.418.102,77	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	199.357,97	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	622.291.870,33	-
Ingressos Extraorçamentários	171.735,54	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	622.102.619,49	-

Arrecadação de Outra Unidade		-
Varição Cambial		-
Valores para Compensação		-
Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Recebimentos	17.515,30	-
DESEMBOLSOS	667.869.983,96	-
Pessoal e Demais Despesas	168.143.882,50	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	164.637.076,58	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-138.079,16	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-3.358.438,69	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-10.288,07	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-47.601.144,32	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-47.601.144,32	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-184.294,88	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Pagamento de Passivos Recebidos		-
Transferências Financeiras Concedidas	451.940.662,26	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial		-

Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.693.504,22	-
INGRESSOS	51.992,00	-
Alienação de Bens	51.992,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.745.496,22	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.551.202,06	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.194.294,16	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.581.235,39	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	43.925.540,26	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	51.506.775,65	-

(2) Esta Demonstração Contábil passou a ser obrigatória a partir do exercício financeiro de 2015, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e Portaria nº 733 da STN, de 26 de dezembro de 2014.

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL					
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS				
SUBTÍTULO	52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA				
ORGÃO SUPERIOR	52121 - COMANDO DO EXERCITO				
EXERCÍCIO	2015				
PERÍODO	Anual				
EMIÇÃO	29/02/2016				
VALORES EM UNIDADES DE REAL					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	202.999.452,22	189.315.442,66	PASSIVO CIRCULANTE	3.878.2132,71	30.059.210,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.506.775,65	43.925.540,26	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	539.590,01	10.603.517,22
Créditos a Curto Prazo	48.518.571,06	40.120.675,69	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.892.387,43	307.225,36
Clientes	48.518.571,06	40.120.675,69	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	156,67
Créditos de Transferências a Receber		-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	Provisões de Curto Prazo	27.769.798,93	13.715.769,74
Dívida Ativa Tributária		-	Demais Obrigações a Curto Prazo	5.580.356,34	5.432.541,24
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	9.014.563,64	11.446.478,07			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-4.698.853,19			
Estoques	9.3959.541,87	98.521.601,83			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	139.093.259,40	195.151.632,06	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	37.536.982,42	50.111.163,97

Ativo Realizável a Longo Prazo	6.009.950,65	2.245.614,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.009.950,65	2.245.614,22	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques		-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	37.536.982,42	50.111.163,97
VPDs Pagas Antecipadamente		-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	2.983.627,26	2.591.228,40	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	2.050.950,60	1.658.551,74	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	2.050.950,60	1.658.551,74	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	76.319.115,13	80.170.374,20
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	115.016,64	115.016,64		-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-115.016,64	-115.016,64			
Propriedades para Investimento	932.676,66	967.518,15	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para Investimento	967.518,15	967.518,15	Patrimônio Social e Capital Social	378.460.099,55	378.460.099,55
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	20.741,67
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-34.841,49	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	-	70.659.499,75
			Resultados Acumulados	112.686.503,06	-144.843.640,45

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	130.009.986,60	-144.843.640,45
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-34.841,49	Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.900.380,72	-
Imobilizado	128.276.645,77	186.405.460,85	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	63.078.252,23	50.439.561,79	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	265.773.596,49	304.296.700,52
Bens Móveis	213.372.119,10	196.540.885,33			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-150.293.866,87	-146.101.323,54			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	65.198.393,54	135.965.899,06			
Bens Imóveis	120.713.258,79	192.762.968,70			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-55.514.865,25	-56.797.069,64			
Intangível	1.823.035,72	3.909.328,59			
Softwares	1.822.804,96	-909.055,52			
Softwares	3.737.047,38	2.075.190,99			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.914.242,42	-2.984.246,51			

Marcas, Direitos e Patentes Industriais	230,76	4.818.384,11			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.750.914,23	4.818.384,11			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-1.750.683,47	-			
TOTAL DO ATIVO	342.092.711,62	384.467.074,72	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	342.092.711,62	384.467.074,72
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	63.031.536,54	85.058.337,43	PASSIVO FINANCEIRO	30.951.292,90	128.365.278,36
ATIVO PERMANENTE	279.061.175,08	299.408.737,29	PASSIVO PERMANENTE	70.634.853,01	4.608.854,79
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	240506565,71	251.492.941,57

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	100.331.473,71	109.942.002,14	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	21.148.972,61	15.531.465,06
Execução dos Atos Potenciais Ativos	100.331.473,71	109.942.002,14	Execução dos Atos Potenciais Passivos	21.148.972,61	15.531.465,06
Garantias e Contra garantias Recebidas a Executar	670.309,05	604.249,71	Garantias e Contra garantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros	5.595.704,00	7.515.704,00	Obrigações Conveniadas e Outros	-	-

Instrumentos Congêneres a Rec.			Instrum Congêneres a Liberar		
Direitos Contratuais a Executar	94.065.460,66	101.822.048,43	Obrigações Contratuais a Executar	21.148.972,61	15.531.465,06
TOTAL	100.331.473,71	109.942.002,14	TOTAL	21.148.972,61	15.531.465,06

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-15.837.321,11
Recursos Vinculados	47.917.564,75
Operação de Crédito	-290.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.214.558,42
Demais Recursos	-6.993,67
TOTAL	32.080.243,64


**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS**
 SUBTÍTULO 52221 - INDÚSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - EMPRESA PÚBLICA COMERCIAL E FINANCEIRA
 ORGÃO 52121 - COMANDO DO EXERCITO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 29/02/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	94.522.882,00	94.522.882,00	70.852.853,24	-23.670.028,76
Receita Patrimonial	3.691.866,00	3.691.866,00	4.520.358,11	828.492,11
Receitas Imobiliárias	653.129,00	653.129,00	828.564,39	175.435,39
Receitas de Valores Mobiliários	3.038.737,00	3.038.737,00	3.565.776,30	527.039,30
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	126.017,42	126.017,42
Receitas Industriais	90.388.113,00	90.388.113,00	66.133.137,16	-24.254.975,84
Receita da Indústria de Transformação	90.388.113,00	90.388.113,00	66.133.137,16	-24.254.975,84
Receitas de Serviços	53.431,00	53.431,00	-	-53.431,00
Outras Receitas Correntes	389.472,00	389.472,00	199.357,97	-190.114,03
Multas e Juros de Mora	38.669,00	38.669,00	13.114,93	-25.554,07
Indenizações e Restituições	350.803,00	350.803,00	184.389,52	-166.413,48
Receitas Correntes Diversas	-	-	1.853,52	1.853,52
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	51.992,00	51.992,00
Alienação de Bens	-	-	51.992,00	51.992,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	51.992,00	51.992,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	94.522.882,00	94.522.882,00	70.904.845,24	-23.618.036,76
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	94.522.882,00	94.522.882,00	70.904.845,24	-23.618.036,76
DÉFICIT			143.839.374,14	143.839.374,14
TOTAL	94.522.882,00	94.522.882,00	214.744.219,38	120.221.337,38

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	211.020.133,00	229.059.884,00	202.402.708,55	186.370.657,24	184.074.816,98	26.657.175,45
Pessoal e Encargos Sociais	70.914.980,00	83.233.231,00	83.227.471,47	83.090.473,22	82.326.827,25	5.759,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	140.105.153,00	145.826.653,00	119.175.237,08	103.280.184,02	101.747.989,73	26.651.415,92
DESPESAS DE CAPITAL	16.836.561,00	16.836.561,00	12.341.510,83	5.879.341,45	4.311.405,09	4.495.050,17
Investimentos	16.836.561,00	16.836.561,00	12.341.510,83	5.879.341,45	4.311.405,09	4.495.050,17
SUBTOTAL DAS DESPESAS	227.856.694,00	245.896.445,00	214.744.219,38	192.249.998,69	188.386.222,07	31.152.225,62
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	227.856.694,00	245.896.445,00	214.744.219,38	192.249.998,69	188.386.222,07	31.152.225,62
TOTAL	227.856.694,00	245.896.445,00	214.744.219,38	192.249.998,69	188.386.222,07	31.152.225,62

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.826.151,49	31.692.213,94	31.161.610,19	30.454.996,91	2.076.480,25	1.986.888,27
Pessoal e Encargos Sociais	573.606,41	115.884,20	13.979,44	13.979,44	573.606,41	101.904,76
Outras Despesas Correntes	2.252.545,08	31.576.329,74	31.147.630,75	30.441.017,47	1.502.873,84	1.884.983,51
DESPESAS DE CAPITAL	5.120.506,66	13.164.886,86	14.240.252,28	13.158.799,85	2.528.630,14	2.597.963,53
Investimentos	5.120.506,66	13.164.886,86	14.240.252,28	13.158.799,85	2.528.630,14	2.597.963,53
TOTAL	7.946.658,15	44.857.100,80	45.401.862,47	43.613.796,76	4.605.110,39	4.584.851,80

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.764,41	1.204.924,86	1.204.924,86	1.764,41	0,00
Pessoal e Encargos	-	1.129.007,83	1.129.007,83	-	-
Socials					
Outras Despesas Correntes	1.764,41	75.917,03	75.917,03	1.764,41	-
DESPESAS DE CAPITAL	444,53	277.555,88	275.291,28	2.709,13	-
Investimentos	444,53	277.555,88	275.291,28	2.709,13	-
TOTAL	2.208,94	1.482.480,74	1.480.216,14	4.473,54	-

Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	70.659.499,75	-11.261.919,72	-	-	-81.921.419,47
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	33.108.842,51	-	-	33.108.842,51
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	181.595.327,45	-	-	181.595.327,45
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	20.741,67	-	-	-	6.829.158,93	-	-	6.808.417,26
Saldo Final do Exercício 2015	378.460.099,55	-	-	-	-	-	-	-	265.773.596,49

(2) Esta Demonstração Contábil passou a ser obrigatória a partir do exercício financeiro de 2015, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e portaria nº 733 da STN, de 26 de dezembro de 2014.

5.6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76 E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014				
(valores expressos em milhares de reais)				
ATIVO CIRCULANTE	Nota	2015	2014	
Disponibilidades	4	51.502	44.255	
Clientes	5	33.440	32.784	
Estoques	6	86.348	67.435	
Impostos a Recuperar	7	9.433	9.411	
Despesas Antecipadas	8	442	1.129	
Outros Créditos	9	8.007	5.515	
		189.172	160.529	
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		2.726	1.950	
Investimentos	10	2.303	2.567	
Imobilizado	11	128.706	195.916	
Intangível	12	1.640	2.115	
		135.375	202.548	
TOTAL DO ATIVO		324.547	363.077	
PASSIVO CIRCULANTE	Nota	2015	2014	
Fornecedores	13	7.553	4.640	
Obrig.Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	14	17.636	25.015	
Adiantamentos de Clientes	15	2.778	2.575	
Provisões para Contingências	16	31.650	24.256	
Provisões Diversas		7.827	7.697	
Outras Obrigações		1.248	972	
		68.692	65.155	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Obrig. Trabalhista, Tributárias e Contribuições		12.369	25.384	
Provisão p/ IRPJ e CSLL Diferidos		-	11.166	
		12.369	36.550	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		378.460	378.460	
Reservas	17	-	68.595	
Lucros/Prejuízos Acumulados		(134.975)	(185.683)	
		243.485	261.372	
TOTAL DO PASSIVO		324.546	363.077	
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				
Celso José Tiago Diretor-Presidente CPF 394.313.397-49		Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contador CRC-DF 012551/O-9 CPF 690.666.801-30		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
(valores expressos em milhares de reais)						
	Capital Social	Reservas	Prejuízos Acumulados	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	378.460	69.642	(229.119)	218.983		
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(1.564)	1.564	-		
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	531	(531)	-		
Reserva de Capital	-	(14)	-	(14)		
Resultado do Exercício Anterior	-	-	192	192		
Resultado do Exercício	-	-	42.211	42.211		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	378.460	68.595	(185.683)	261.372		
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(68.595)	-	(68.595)		
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	-		
Reserva de Capital	-	-	-	-		
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-		
Resultado do Exercício	-	-	50.708	50.708		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	378.460		(134.975)	243.485		
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.						
Celso José Tiago Diretor-Presidente CPF 394.313.397-49			Ingrid Tiane Pimentel dos Santos Contador CRC-DF 012551/O-9 CPF 690.666.801-30			

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014		
(valores expressos em milhares de reais)		
	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício (antes do IRPJ e CSLL)	62.061	49.942
Ajuste por:		
Depreciações e Amortizações	2.973	11.512
Valor residual de Investimentos/Imobilizados baixados	64.408	28
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.669	439
Provisão para Perdas no Estoque	(1364)	3.344
Provisão para Contingências	7.395	4.796
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	(11.166)	(531)
Provisões Diversas	122	849
Reservas	(79.761)	(1.047)
Outras despesas que não representam movimentação no Caixa	(49.983)	1.225
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(392)	(296)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.353)	(7.731)
Receita Orçamentária	(170.169)	(158.295)

Lucro Ajustado	(182.560)	(95.765)
DECRÉSCIMO /ACRÉSCIMO DE ATIVOS		
Clientes	4.124	(7.176)
Estoques	17.550	(14.264)
Impostos a Recuperar	1.906	(6.493)
Despesas Antecipadas	(648)	2.041
Créditos a Receber	320	(1.276)
Outros Créditos	1.027	(402)
	24.279	(27.570)
ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO DE PASSIVOS		
Fornecedores	2.913	(2.352)
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(7.380)	(13.873)
Adiantamento de Clientes	61	(1.364)
Outras Obrigações	11	(1.069)
	(4.395)	(18.658)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(162.676)	(141.993)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras de Ativo Imobilizado e Intangível	(246)	(27.193)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(246)	(27.193)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Receita Orçamentária	170.169	158.295
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	170.169	158.295
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	7.247	(10.891)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	44.255	55.146
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	51.502	44.255
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	7.247	(10.891)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado (nota explicativa nº 4).

2.2. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Clientes, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

2.3. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias, para o mercado interno e 360 dias, para o mercado externo e para órgãos públicos (nota explicativa nº 5).

2.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas na nota explicativa nº 6.

2.5. Impostos a Recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

2.6. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.7. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

2.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência a IN 162/98, da RFB.

2.9. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

2.10. Adiantamento de Clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

2.11. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

2.12. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

2.13. Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

2.14. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

2.15. Receita Orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência.

2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%) - , de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício.

2.17. Reserva de Reavaliação

De acordo com a Lei nº 11.638/07, que altera e introduz modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com vista à adoção das práticas contábeis internacionais, a Empresa decidiu baixar os saldos existentes na Reserva de Reavaliação, de acordo com o demonstrado na nota explicativa nº 17.

2.18. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Perdas em Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

3. DISPONIBILIDADES

	2015	2014
Aplicações Financeiras	48.035	32.453
Caixa e Bancos	-	3
Tesouro Nacional Fonte 250	1.206	6.113
Tesouro Nacional Fonte 0100	2.261	5.686
TOTAL	51.502	44.255

A rubrica "Tesouro Nacional Fonte 250" é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL realizou aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, obtendo, no período de janeiro a dezembro, rendimentos brutos de R\$ 3.789 e líquidos de R\$ 3.083 (deduzido do Imposto de Renda na Fonte no total de R\$ 706).

4. CLIENTES

	2015	2014
Clientes - Mercado Interno	42.463	38.267
Clientes - Mercado Externo	-	72
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.023)	(5.555)
TOTAL	33.440	32.784

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" é constituída, levando-se em consideração:

- computar como perda os créditos sem garantia de valor até R\$ 5 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

- constituir a provisão para todos os títulos que não possuem garantia com valor acima de R\$ 5 (cinco mil reais) e até R\$ 30 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano; os títulos sem garantia com valor superior a R\$ 30 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano, mas com os procedimentos judiciais para o seu recebimento; e os créditos pertencentes a empresas que já possuem declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário (de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º e Decreto 3.000, de 1999, art. 340 e 341).

5. ESTOQUES

	Custo	Prov. para Perdas	Líquido 2015	Líquido 2014
Produtos Acabados	9.697	(466)	9.231	6.075
Mercadorias para Revenda	32	(32)	0	1
Produtos em Processo	37.161	(2.232)	34.929	25.955
Matérias-Primas	20.488	(4.332)	16.156	14.976

Materiais Auxiliares	18.612	(1.753)	16.859	12.446
Almoxarifado	2.123	(84)	2.039	2.072
Importações em Trânsito	43	-	43	329
Adiantamento a Fornecedores	6.308	-	6.308	4.798
Compra para Entrega Futura	783	-	783	783
TOTAL	95.247	(8.899)	86.348	67.435

A Empresa constitui provisão para perdas em Estoques referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias e sem expectativa de movimentação.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
COFINS a Compensar	569	1.318
ICMS a Recuperar	374	1.058
IPI a Recuperar	1.934	1.437
PIS a Compensar	110	286
CSLL a Compensar	760	358
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	1.781	1.544
COFINS e PIS a Recuperar Ativo Imobilizado	171	131
INSS a Compensar	281	282
IRPJ a Compensar	3.453	2.997
TOTAL	9.433	9.411

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	2015	2014
Custos de Serviços a Apropriar	149	212
Manutenção a Apropriar	272	903
Seguros a Apropriar	21	14
TOTAL	442	1129

A rubrica "Custos de Serviços a Apropriar" é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes e a rubrica "Manutenção a Apropriar" é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

8. OUTROS CRÉDITOS

	2015			2014		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	1.885	-	1.885	827	-	827
Depósitos Judiciais	3.765	-	3.765	3.181	-	3.181
Causas Trabalhistas	2.031	-	2.031	1.463	-	1.463
Processo de Desapr. Imóveis	-	1.410	1.410	-	674	674
Outras	326	1.316	1.641	44	1.276	1.320
TOTAL	8.007	2.726	10.732	5.515	1.950	7.465

O saldo da rubrica "Processo de Desapropriação de Imóveis" refere-se a imóvel localizado no Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003. A Prefeitura realizou uma avaliação do imóvel naquele ano, com base no laudo PGM 176/2003 e esse valor sofreu uma atualização em 2015. As rubricas "Depósitos Judiciais" e "Causas Trabalhistas" são compostas por valores relativos a processos trabalhistas que se encontram em discussão judicial.

9. INVESTIMENTOS

	2015	2014
Terrenos	178	933
Edifícios	122	-
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos	2.003	1.610
Créditos Eletrobrás	163	24
(-) Provisão para Perdas	(163)	-
TOTAL	2.303	2.567

O imóvel de Viamão-RS, registrado na rubrica "Terrenos" foi baixado conforme Certidão do Serviço de Registro de Imóveis e Especiais de Viamão, que certifica a transmissão do Imóvel na forma de Carta de arrematação, que a Fazenda do Estado de São Paulo move contra a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.

Foi registrado, em 2015, nas rubricas "Terrenos" e "Edifícios" um imóvel localizado em Hidrolândia-GO.

O valor registrado na rubrica "CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos" corresponde à participação acionária da IMBEL de 20.464 Ações Ordinárias e 3.203 Ações Preferenciais, totalizando 0,91% de participação no Capital da Empresa.

O saldo de "Créditos Eletrobrás" refere-se a Empréstimo Compulsório instituído com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico brasileiro. Foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000 kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. O valor anual destas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível em favor do contribuinte.

Os créditos do Empréstimo Compulsório da Eletrobrás foram atualizados monetariamente ao longo dos anos, na forma da legislação em vigor, com base na variação anual dos índices oficiais do

Governo, entretanto, no ano de 2015 foi feita a provisão para perdas baseada em informações obtidas junto a instituição depositária de ativos escriturais (Banco Bradesco SA). Medidas subsequentes ao fato já foram tomadas pela IMBEL para verificar a real situação das ações.

10. IMOBILIZADO

	Taxa Deprec.	Custo Histórico	Depr./Amort. Acumulada	Líquido 2015	Líquido 2014
Biblioteca	-	28	(25)	3	4
Computadores e Periféricos	20%	7.489	(4.647)	2.842	2.658
Edifícios	4%	67.428	(51.783)	15.645	43.496
Ferramental/Dispositivos	10%	16.532	(13.506)	3.026	2.660
Instalações Administrativas	10%	7.193	(3.175)	4.018	1.766
Máquinas e Equipamentos	10%	173.442	(122.019)	51.423	39.014
Móveis e Utensílios	10%	9.286	(5.341)	3.945	3.915
Museu	-	1	-	1	1
Terrenos	-	8.486		8.486	55.406
Veículos	20%	6.445	(4.757)	1.688	1.944
Benfeit. em Imóveis de Terceiros	10%	675	(556)	119	790
Imobilizações Técnicas		297.005	(205.809)	91.196	151.654
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	-	7.342	-	7.342	6.596
Obras em Andamento	-	30.014	-	30.014	37.666
Importações em Andamento	-	-	-	-	-
Imobilizado em Andamento		37.356	-	37.356	44.262
Total	-	334.361	(205.809)	128.552	195.916

A IMBEL contratou a empresa SETAPE - Serviços Técnicos de Avaliação do Patrimônio e Engenharia Ltda. para realizar a avaliação e adequação do Ativo Imobilizado, em conformidade com a NBC TG 27 - Ativo Imobilizado. Como resultado deste trabalho foram realizados os lançamentos em Abril de 2015, para refletir os ajustes necessários para espelhar as informações sobre os investimentos da Entidade em seu Ativo Imobilizado, atendendo à legislação vigente.

No quadro abaixo estão demonstrados o resumo das aquisições, baixas e transferências de itens do Imobilizado no exercício de 2015, inclusive com reflexo dos ajustes acima citados.

	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/Transfer.	Saldo Final
Biblioteca	28	-	-	28
Computadores e Periféricos	6.527	7.841	6.879	7.489
Edifícios	96.876	53.024	82.471	67.429
Ferramental/Dispositivos	16.434	16.587	16.489	16.532
Instalações Administrativas	4.615	4.891	2.313	7.193
Máquinas e Equipamentos	158.347	128.785	113.691	173.441
Móveis e Utensílios	8.828	8.428	7.970	9.286
Museu	1	-	-	1

Terrenos	55.406	6.514	53.434	8.486
Veículos	6.180	7.012	6.747	6.445
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.324	598	1.247	675
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	6.596	2.126	1.380	7.342
Obras em Andamento	37.666	9.519	17.170	30.015
Total	398.828	245.325	309.791	334.362

Em abril de 2015 foram feitos ajustes patrimoniais que reduziram em R\$ 71.796 mil o valor patrimonial dos bens da IMBEL, como resultado do inventário da Empresa SETAP para atender adequações às normas vigentes.

11. INTANGÍVEL

	Taxa Amort.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido 2015	Líquido 2014
Softwares	20%	3.541	(1.901)	1.640	1.816
Marcas e Patentes	10%	1.751	(1.751)	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	153	-	153	299
Total		5.445	(3.652)	1.793	2.115

Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/ Transf.	Saldo Final
3.053	613	125	3.541
1.761	894	904	1.751
299	1.405	1.551	153
5.113	2.912	2.580	5.445

12. FORNECEDORES

	2015	2014
Fornecedores Nacionais	7.226	3.398
Fornecedores Estrangeiros	327	1.242
TOTAL	7.553	4.640

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

	2015			2014		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	11.574	10.538	22.112	13.463	17.720	31.183
Estaduais e Municipais	4.472	1.831	6.303	7.672	4.181	11.853
Encargos e Contribuições	-	-	0	2.845	3.483	6.328
Obrigações Trabalhistas	1.590	-	1.590	1.035	-	1.035
TOTAL	17.636	12.369	30.005	25.015	25.384	50.399

As obrigações de ordem tributária a curto prazo são oriundas de parcelamentos que foram feitos em períodos anteriores, os quais chegam a 180 meses e outros tributos inerentes à atividade da IMBEL.

As obrigações tributárias de longo prazo são, em sua totalidade, oriundas de parcelamentos e estão distribuídas como o quadro abaixo:

	Exigível a Longo Prazo		Término do
	2015	2014	Parcelamento
ICMS/SP - Dívida Ativa	1.654	3.869	2017
Débitos Federais - PAES/PAEX	7.758	17.720	2018
ICMS/MG - Dívida Ativa	177	312	2018
INSS - PAES	2.780	3.483	2018
Total	12.369	25.384	-

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O valor de R\$ 2.778 registrado na rubrica "Adiantamento de Clientes" origina-se de contratos mantidos com o Exército Brasileiro e Clientes Nacionais, para futuras aquisições de produtos e serviços.

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2015	2014
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FPV	20.242	16.792
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FJF	1.830	2.899
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FMCE	6	6
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FI	8.545	3.582
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FE	965	884
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – SEDE	62	93
TOTAL	31.650	24.256

Em 31 de dezembro de 2015, a IMBEL estava sujeita a 528 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual. A Administração, baseada na análise individual dos processos e de acordos em andamento, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a Provisão para Contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável.

Em 2015, os valores dos processos judiciais avaliados com grau de risco de perda possível e não provisionados, em conformidade com o CPC 25, estão estimados em valor mínimo de R\$ 7.629 classificados por natureza das causas, conforme a seguir:

Demandas possíveis de perda por natureza	2015	2014
Cível	506	644
Previdenciária	32	1
Trabalhista	7.089	5.701
Tributária	2	2
Total	7.629	6.348

16. RESERVAS

A rubrica "Reservas" registra a reavaliação de Edifícios, Terrenos e a Reserva de Capital, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2015		2014
Reserva de Reavaliação – Edifícios	-		32.841
Reserva de Reavaliação – Terrenos	-		46.920
Reserva de Capital	-		-
Provisão para IRPJ/CSLL s/ Reservas	-		(11.166)
TOTAL RESERVAS	-		68.595

O saldo de "Reserva de Capital" computado no Exercício de 2014 foi baixado em 2015 em contrapartida dos valores baixados no Ativo Imobilizado, conforme nota do item 11. IMOBILIZADO.

17. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

O saldo registrado na rubrica no valor de R\$ 48.801 compõe-se de gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção (inciso V, Parágrafo Único, Art. 4º do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005 - Estatuto Social da IMBEL).

18. DESPESAS DIVERSAS

	2015		2014
Varição de Estoques	1.472		3.741
Refugos	2.374		2.412
Garantia da Qualidade dos Produtos	1.458		2.568
Despesa com Pesquisas	2.471		3.244
Provisão para Perdas em Estoques	2.500		1.658
Provisões Trabalhistas/Rescisórias/Apos.	9.376		5.669
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	4		181
Despesas Indedutíveis	25		1.412
TOTAL DESPESAS DIVERSAS	19.680		20.885

19. COBERTURA DE SEGUROS

A empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros, em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

20. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração dos administradores e empregados da Empresa no mês de dezembro de 2015 estão discriminadas a seguir:

Dirigentes	2015		2014
Maior	17.992,15		17.992,15
Menor	16.192,93		16.192,93

A remuneração dos dirigentes foi fixada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, conforme Nota Técnica nº 294/CGCOR/DEST/SE-MP, de 21 de julho de 2014 e aprovada pelo Ministério da Defesa, por meio da Portaria 75/MD, de 15 de janeiro de 2015 (DOU nº 12, de 19 de janeiro de 2015). A Resolução nº 01/2015-CA/IMBEL, de 12 de fevereiro de 2015, determinou o cumprimento da referida Portaria.

Empregados	2015		2014
Maior	12.747,84		11.760,00
Menor	1.071,97		988,90

A remuneração dos empregados está de acordo com o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), e com o Plano de Empregos em Comissão (PEC), ambos aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e pelo Comando do Exército, por meio da Portaria nº 743, de 12 de setembro de 2012 (DOU nº 181, de 18 de setembro de 2012), e nº 373 de 29 de abril de 2014 (DOU nº 81, de 30 de abril de 2014), respectivamente, e acordos coletivos posteriores.

21. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o quadro abaixo demonstra a conciliação efetuada:

	Lei nº 6.404/76 Lei das S.A.	Lei nº 4.320/64 Contab. Pública	Diferenças
Ativo Circulante	189.172	202.999	(13.827)
Ativo Não Circulante	135.375	139.093	(3.718)
Total do Ativo	324.547	342.092	(17.545)
Passivo Circulante	68.692	38.782	29.910
Passivo Não Circulante	12.369	37.537	(25.168)
Capital Social	378.460	378.460	-
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	(134.974)	(112.687)	(22.288)
Total do Passivo	324.547	342.092	(17.545)

A IMBEL, como Empresa Pública, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite, controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

A IMBEL ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64 e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para sua execução financeira e orçamentária.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente
CPF 394.313.397-49

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contador CRC-DF 012551/O-9
CPF 690.666.801-30

6.ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**6.1 GESTÃO DE PESSOAS****6.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade****6.1.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição do Órgão****Quadro A.6.1.1.1 - Força de Trabalho - Situação apurada em 31/12/2015**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2195	2148	149	163
1.1 Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		2148	149	163
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		2148	149	163
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)				

Fonte: DATASUL

Observação: O efetivo da folha de pagamento foi de 2.148 (dois mil cento e quarenta e oito) empregados, no entanto, não são computados para fins de limite de efetivo estabelecido pelo DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, os 27 aprendizes, os 91 aposentados por invalidez existentes na empresa e os 105 servidores cedidos que se encontram à disposição da IMBEL. Destes 99 são militares, em conformidade com o Decreto 5.792, de 29 de maio de 2006, que estabelece o teto de até 6% do efetivo autorizado.

Quadro A.6.1.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	511	1551
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	511	1551
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	62	24
4. Total de Servidores (1+2+3)	573	1575

Quadro A.6.1.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	64	54	13	13
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	96	34	10	3
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	132	76	60	51
2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0

2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	13	9	6	2
	292	173	89	69

Fonte: DATASUL

Análise Crítica

A quantidade de empregados autorizada é de 2.195 (dois mil cento e noventa e cinco), conforme estabelecido na Portaria nº 17 de 22/12/2015, do MP/DEST, e publicada no DOU nº 245, seção 1. p.134, de 23/12/2015. O efetivo previsto para a área industrial tem se mostrado suficiente para o atendimento de suas atividades. Porém, para a execução das tarefas administrativas o mesmo não é suficiente.

6.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro A.6.1.2 - Custos do Pessoal (em R\$ 1,00)

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento e comissão											
Exercício	2015	30.710.890,93	0,00	3.161.428,07	10.181.926,77	0,00	0,00	1.921.904,00	0,00	0,00	45.976.149,77
	2014	28.890.772,28	0,00	2.974.062,15	9.578.482,38	0,00	0,00	1.808.000,00	0,00	0,00	43.251.316,81
Servidores de carreira que ocupam cargo de provimento e comissão (2)											
Exercício	2015	3.214.715,16	486.376,53	754.269,46	1.137.912,27	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	5.688.273,42
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com função gratificadas (militares da ativa) (3)											
Exercício	2015	0,00	489.532,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.532,74
	2014	0,00	460.519,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.519,98
Servidores cedidos com ônus (4)											
Exercício	2015	904.897,25	0,00	75.408,10	26.923,45	0,00	0,00	59.528,00	0,00	0,00	1.066.756,80
	2014	851.267,40	0,00	70.938,95	25.327,80	0,00	0,00	56.000,00	0,00	0,00	1.003.534,15
Servidores Livre Provimento (Chefes/Assessores)(5)											
Exercício	2015	2.839.336,78	0,00	405.619,54	994.902,97	0,00	0,00	56.339,00	0,00	0,00	4.296.198,29
	2014	2.671.060,00	0,00	381.580,00	935.938,82	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	4.041.578,82
PRESIDÊNCIA E DIRETORES											
Exercício	2015	2015	1.003.961,76	0,00	83.663,48	27.887,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115.513,07
	2014	2014	967.439,39	0,00	79.047,62	26.349,21	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072.836,22

Fonte: Fonte: Sistema Integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento - FOPAG

Nota (1) - Não é o caso da IMBEL

Nota (2), (3) e (5) - Referente à Implantação do Plano de Empregos em Comissão da IMBEL – iniciada em Abr/2014

Nota (4) - Referente aos empregados anistiados da extinta empresa PRÓLOGO em processo da Comissão Especial Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, lotados na Indústria de Material Bélico – IMBEL e cedidos a órgãos do poder público

6.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

O Plano de Empregos, Carreiras e Salários e o Plano de Empregos em Comissão trouxeram a diminuição do risco de perda de pessoal habilitado nos diversos setores da empresa. Contudo, os salários dos empregados com nível superior são baixos, se comparados à média salarial do mercado, e contribuem para a evasão de pessoal.

6.1.3.1. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

• Absenteísmo / Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:

Conforme controle interno (sistema integrado TOTVS/DATASUL), a empresa registrou no ano de 2015:

- 549 faltas injustificadas;
- 90 faltas justificadas;
- 292 empregados ficaram afastados por mais de 15 (dias) por motivo de doença, acidente de Trabalho ou invalidez.

• Rotatividade (*turnover*):

A média do *turnover* registrado na IMBEL no exercício de 2015 foi de 7,076% (*).

Ingressos em 2015: 145

Egressos em 2015: 159

Total de empregados: 2.148

(*) Fórmula usada: $\{ [(Ingressos + Egressos) \div 2] \div \text{Total de empregados} \} \times 100$

6.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

6.1.4.1. Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1.4.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante						
Nome: INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL						
UG/Gestão: 168003			CNPJ: 00444232/0001-39			
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço Limpeza, Asseio e Conservação 09/2015 - IMBEL	INTERATIVA HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA - CNPJ 05.058.935/0001-42	16/09/15	15/09/16	Não exigido	A
Observação:						
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte:UA-Unidade Administrativa

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil / Fábrica Presidente Vargas						
UG/Gestão: 168004				CNPJ: 00444232/0001-39		
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço Limpeza, Asseio e Conservação - 05/2013	Empreiteira Piquetense Ltda 45.386.26/0001-75	02/05/2013		Não exigido	P
Observação: No Contrato foi solicitado até 41(quarenta e um) funcionários, independente do nível de escolaridade.						
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte:FPV/DVADM

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil / Fábrica de Juiz de Fora						
UG/Gestão: 168006				CNPJ: 00444232/0001-39		
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serv Limpeza e Conservação - 26/2012	Total Serv Comércio e Serviço Ltda - CNPJ 13.334.753/0001-85	12/11/2012		Não exigido	P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:FJF/DVADM

Unidade Contratante						
Nome: Indústria de Material Bélico do Brasil / Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica						
UG/Gestão: 168006				CNPJ: 00444232/0001-39		
Informações sobre os contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de Serviço de Conservação e limpeza e outros serviços gerais - 8/2011	Total Serv Comércio e Serviço Ltda - CNPJ 13.334.753/0001-85	12/11/2012	07/06/2016	Não exigido	P
Observação:						
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>						

Fonte:FMCE/DVADM

6.1.4.2. Contratos de Prestação de Serviços Não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade
Não se aplica a IMBEL.

6.1.4.3. Análise Crítica

A empresa possui contratos de prestação de serviços apenas para atividades não abrangidas no plano de cargos, abrangendo exclusivamente a área de limpeza. Os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado. A empresa vem cumprindo corretamente o contrato e é constantemente fiscalizada conforme as legislações vigentes.

6.1.4.4. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.1.4.4 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesas no exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	22	11	13	9	115.568,71
1.1 Área Fim	4	1	1	1	
1.2 Área Meio	18	10	12	8	
2. Nível Médio	2	1	0	0	4.716,36
2.1 Área Fim	1	0	0	0	
2.1 Área Meio	1	1	0	0	
3. Total (1+2)	24	12	13	9	120.285,07
Análise Crítica: Devido às restrições orçamentárias impostas, a contratação de novos estagiários foi suspensa até que se resolvam os problemas financeiros. Os contratos vigentes estão mantidos até o seu encerramento					

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos		Despesas	
	2014	2015	2014	2015
1. Nível superior	37	9	308.795,00	115.568,71
1.1 Área Fim	14	1		
1.2 Área Meio	23	8		
2. Nível Médio	10	0	100.748,00	4.716,36
2.1 Área Fim	6	0		
2.1 Área Meio	4	0		
3. Total (1+2)	47	9	409.543,00	120.285,07

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A Estrutura de controle e gestão do patrimônio no âmbito da IMBEL está organizada, dentro da esfera administrativa, pela Divisão de Patrimônio do Departamento Financeiro-Contábil da Diretoria Administrativo-Financeira e pela Unidade Administrativa, na SEDE, e pelas Seções de Patrimônio das Fábricas. As Seções de Patrimônio têm como atribuições vistoriar as entradas e saídas dos locatários ou dos cessionários dos imóveis, controlar locação ou cessão de uso, propor as manutenções básicas e registrar os imóveis nos sistemas contábeis (Sistema Datasul EMS e SIAFI).

Para gerência deste patrimônio, a empresa utiliza a seguinte legislação: Lei 6404/76 - Lei das SA; Lei 4.320/64 - Normas Gerais de Direito Financeiro da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; Norma para Distribuição de Unidades Residenciais, o procedimento O.A.25.N-001/03; Normas Brasileiras de Contabilidade; e, ainda, Instrução Normativa nº 01, de 07 de janeiro de 2016, do Diretor-Presidente da IMBEL, que determinou procedimentos para alienação dos imóveis, excetuando-se os operacionais das Unidades de Produção, os localizados em áreas de segurança da empresa e os considerados Unidades Residenciais Funcionais.

A IMBEL não faz registro de seus imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

A Fábrica Presidente Vargas tem 358 imóveis utilizados como instalações da fábrica; 105 imóveis ocupados por funcionários; 4 ocupados por militares; 23 desocupados por necessidade de reforma; 14 imóveis com cessão de uso à prefeitura Municipal de Piquete, sendo utilizados para atendimento do Fundo Social, atendimento hospitalar e atividades sociais, culturais e esportivas; 1 imóvel com cessão de uso oneroso à Fundação Chistiano Rosa para atendimento de atividades sociais e culturais; 02 imóveis com cessão de uso oneroso à Associação de Funcionários da FPV para atendimento de atividades sociais e culturais; 01 imóvel com Cessão de Uso Oneroso para a loja Maçônica; 01 imóvel com Cessão de Uso Oneroso para atividades comerciais; 01 imóvel com Cessão de Uso Oneroso para a Empreiteira Piquetense; 01 imóvel com a empresa Atividades Educacionais Santa Rita Ltda, com serviço de educação infantil e fundamental; e 07 imóveis desocupados.

A Fábrica de Juiz de Fora tem 62 imóveis utilizados como instalações da fábrica; 51 imóveis ocupados por funcionários, 08 ocupados por militares, 04 estão desocupados, 01 está com cessão de uso gratuito e 01 com Contrato de Comodato.

A Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica está localizada em instalações cedidas pelo Exército Brasileiro e não possui imóveis registrados em seu patrimônio.

A Fábrica de Itajubá tem 132 imóveis utilizados como instalações da fábrica, 186 imóveis ocupados por funcionários, 15 ocupados por militares, 16 estão desocupados, 01 está com cessão de uso à EE Major Lisboa da Cunha - Wenceslau Braz, 01 com cessão de uso para a Escola Municipal Vanise Lemos da Costa - Wenceslau Braz e 01 com cessão de uso para o Ginásio Poliesportivo de Itajubá.

A Fábrica da Estrela, localizada em Magé-RJ, possui 237 imóveis utilizados como instalações da fábrica, 218 ocupados por funcionários, 14 ocupados por militares, 43 desocupados,

sendo que destes 07 estão em ruínas (ou somente terreno), 02 estão em cessão de uso para a Prefeitura Municipal de Magé (remunerada) e 1 com cessão de uso para a PMERJ-DPO (comodato não remunerado) e ainda 08 sem condições de uso, necessitando de reparos estruturais.

A Sede também está localizada em Instalações cedidas pelo Exército Brasileiro, possui apenas 01 imóvel registrado em seu patrimônio, localizado no município de Hidrolândia-GO.

A IMBEL, em 2015, obteve receita no valor de R\$ 949.539,81 a título de aluguel de imóveis. Foram aplicados em manutenção destes o montante de R\$ 4.829.541,45. E a empresa não possui seguros contratados para cobertura de danos aos imóveis.

6.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	SP	519	519
	PIQUETE	519	519
	MG	484	484
	ITAJUBA	357	357
	JUIZ DE FORA	127	127
	RJ	524	524
	MAGÉ	524	524
	GO	01	0
	HIDROLÂNDIA	01	0
Subtotal Brasil		1528	1527
EXTERIOR	EXTERIOR	NÃO HÁ	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1528	1527

Fonte: Sistema Integrado Totvs/Datasul

Informações disponíveis em: : <http://www.imbel.gov.br/phocadownload/acesso-a-informacao/balancos-patrimoniais/gestao-do-patrimonio.pdf>

6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**a. relação dos sistemas e a função de cada um deles:**

SISTEMAS	FUNÇÃO
SIMBEL - Sistema de Informações da IMBEL (toda Empresa)	O SIMBEL (Sistema de Informações da IMBEL) é uma aplicação WEB que congrega um conjunto de aplicativos que tem por finalidade facilitar o acesso à informação, possibilitando o gerenciamento e o controle de atividades desenvolvidas nos mais diversos setores da empresa. Busca automatizar a elaboração de tarefas não contempladas pelo sistema corporativo. É uma ferramenta auxiliar ao ERP Datasul/TOTVS. O Sistema é composto pelos seguintes módulos: Agendas (Presidência, Sala de Reunião, Intranet), Auditoria Interna, Controle Interno, Fale Conosco, Jurídico (AGI), Recursos Humanos, Controle de Documentação dos Conselhos, Controle de Contratos, Catálogo de Suprimentos e Ativos de Rede. Desenvolvido pela CGTIC no ano de 2010, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender as necessidades dos usuários. Por ser uma solução própria e havendo uma redução significativa da equipe de desenvolvimento, dificultará manutenções evolutivas e corretivas futuras.
PROTWEB - Protocolo Eletrônico de Documentos (toda Empresa)	É uma aplicação WEB destinada a promover o controle de protocolo e o trâmite de documentos no âmbito da IMBEL. Foi concebido para oferecer uma maior organização dos documentos, garantir a padronização e facilitar o trâmite interno de documentos na empresa. A solução própria utilizada na IMBEL-SEDE desde agosto de 2011, passando, nesse período, por manutenções evolutivas próprias, com a finalidade de atender as necessidades dos usuários. As Unidades de Produção da IMBEL passaram a utilizar a aplicação no ano de 2015. Por ser uma solução própria e havendo uma redução significativa da equipe de desenvolvimento, dificultará manutenções evolutivas e corretivas futuras. Mitigação: A IMBEL está estudando a solução de Gerenciador Eletrônico de Documentos (GED) utilizada no Exército o Sistema de Protocolo Eletrônico de Documentos (SPED) para o uso como solução de contingência.
DATASUL 12 , da Empresa TOTVS (toda Empresa)	É o ERP (Sistema Integrado de Gestão) utilizado pela IMBEL. Tem a função de integrar as áreas da Empresa (Recursos Humanos, Manufatura, Logística e Controladoria). A manutenção é realizada pela própria TOTVS, proprietária da solução contratada pela IMBEL. O rompimento do contrato; fechamento/quebra da empresa TOTVS; insuficiência de recursos orçamentários por parte da IMBEL para custear as despesas com a solução de ERP. Mitigação: Busca no mercado de soluções menos dispendiosas e que se enquadrem no orçamento da IMBEL;
Pedido de Suporte (Sede Brasília)	Aplicação WEB destinada a solicitação de suporte técnico à CGTIC. Permite o planejamento e o gerenciamento do atendimento, bem como o rastreamento da demanda por parte do usuário. Além disso, é possível realizar o controle do inventário (equipamentos, softwares, fabricantes, dentre outros) e disponibiliza relatórios de estatísticas de atendimento por operador, setor, área, assunto, usuário.
Administração Portal Rede IMBEL (INTRANET) (Sede Brasília)	Gerenciamento do Portal Rede IMBEL (Intranet).
Rastreabilidade (FE)	Utilizado para rastrear explosivos, em cumprimento à Legislação do Comando Logístico de Exército (Portaria 03-COLOG, de 10 de maio de 2012) - utilizado pela Fábrica Estrela/Magé/RJ.

SISTEMAS	FUNÇÃO
AUTOCAD (FE)	Ferramenta eletrônica de desenho em 3D, utilizado na área de engenharia da FE
WINDCHILL (FI)	Gerencia o ciclo de vida dos projetos de Engenharia
CREO (FI)	CAD – utilizado para desenvolvimento dos projetos de Engenharia
Inventor versão 2008 (FJF)	Projeto e desenho técnico de produtos
Edgecam (FJF)	Conversão de desenho técnico (gerado pelo software Inventor) em programa para o torno CNC
OCOMON (FPV)	Sistema para solicitação de Suporte Técnico a SEIN
AXXON NEXT (FPV)	Sistema de Câmeras de Segurança
GERENCIADOR DE EVENTOS (ACI)	Organiza e permite o gerenciamento dos eventos sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação Institucional (Assuntos Institucionais, Visitas Comerciais, Eventos com imprensa, agendamento de visitas, Pedidos de cooperação e Ouvidoria)
EDIÇÃO DE CONTEÚDO NA WEB (área Gestão de conteúdo no Portal) (ACI)	Módulo específico para gerenciamento de conteúdo da página da IMBEL na Internet e no Portal (alterar, incluir ou excluir matérias)
GPEx (APG)	Gerenciador de Projetos
SIAFI (Operacional e Gerencial)	Acompanhamento da execução orçamentária e financeira, com o fornecimento de relatórios
Sistema de Gerenciamento de Eventos (ACI)	Aplicação WEB para acompanhamento dos eventos da Empresa relacionados a assuntos institucionais, visitas comerciais, imprensa, comitivas e visitantes e pedidos de cooperação.
Governança TOTVS	Aplicação WEB destinada ao controle de líderes de área e módulos e atividades de implantação dos módulos e treinamentos do Datasul.
VEEAM	Sistema de backup de máquinas virtuais

b. eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas.

NECESSIDADES (Novos Sistemas ou Funcionalidades)	JUSTIFICATIVAS	MEDIDAS PARA OBTENÇÃO
Datasul 12 (ERP): Finalizar a implantação dos módulos de Controle de Frequência (Ponto Eletrônico); Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho	A ativação desses módulos faz-se necessária devido à implantação do E-Social, projeto do Governo Federal, com implantação prevista para 2016, que irá unificar a coleta de informações trabalhistas e propiciar aos órgãos do governo o acesso às informações, hoje espalhadas em diversas entidades.	Foi firmado contrato entre a IMBEL e a TOTVS, proprietária do ERP (Contrato 18-2014-UA - IMBEL-Sede, em dezembro de 2014).
Datasul 12 (ERP): Reciclagem e/ou capacitação dos colaboradores da Empresa, operadores dos módulos do ERP da TOTVS	Finalidade de atualizar conhecimentos e capacitar novos colaboradores designados para operar o Datasul	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Datasul 12 (ERP): Implantação de novos módulos do Datasul	Alinhar-se às políticas e diretrizes surgidas com a implantação do Planejamento Estratégico da IMBEL para o período 2017/2026	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Rastreabilidade Necessidade de manutenção do Sistema de Rastreabilidade.	Manter o aplicativo atualizado e com suporte técnico disponível 24x7, fins cumprir a legislação vigente.	Foi feito contrato com fornecedor e, no momento, a empresa está aguardando proposta de fornecedor para firmar contrato de manutenção.
PROTWEB E SIMBEL Desenvolvimento de novas funcionalidades, de acordo com demandas da Empresa.	Adequar as aplicações existentes às demandas surgidas	Surgida a demanda, as necessidades serão levadas ao Comitê de TIC, a fim de deliberar sobre o atendimento.
Sistema de backup de máquinas virtuais (FMCE)	Complementar as necessidades do software VEEAM para a FMCE (duas licenças)	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Software SolidWorks (FJF)	Substituição do Software "Inventor", muito defasado	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Software Prodas (FJF)	Necessário para o desenvolvimento de novas munições	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Mailing list (ACI)	<i>Permite o Marketing direto e consiste na elaboração de listagem com os dados de atuais e potenciais clientes, facilitando o contato com eles e divulgando informações.</i>	Estudo de viabilidade pela CGTIC para apresentação da demanda ao Comitê Gestor de TI da Empresa.
WBS Chart Pro (licença três anos) (APG)	Atender necessidade do Escritório de Projetos	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
WBS Schedule (licença três anos) (APG)	Atender necessidade do Escritório de Projetos	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Software para gestão de processos (licença três anos) (APG)	Atender necessidade do Escritório de Processos	Necessidade inserida no PDTI 2016/2018
Aquisição e/ou desenvolvimento de ferramenta de BI	Atender demanda da Alta Administração da Empresa	Estudo de viabilidade e pesquisa de mercado para a escolha de solução que se adeque à realidade da Empresa. Inclusão dessa necessidade no PDTI 2016-2018

Quadro A.6.3. – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2015

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
09-04-2011 (FMCE)	Telefonia Fixa e Internet	12/06/2011 a 12/06/2016	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	158.819,57	61.748,80
089/5/2014 (FI)	Locação de Equipamentos de Impressão	(12 meses) Agosto 2015 a Agosto de 2016	00.444.232/0007-24	Unicópia	R\$ 44.400,00	R\$ 14.800,00
030/5/2015 (FI)	Link Internet	(12 meses) Maio 2015 a Maio de 2016	33.000.118/0001-79	DTC Telecom	R\$ 44.400,00	R\$ 22.200,00
006/2013/IMBEL (FE)	Link de Internet de 10Mbps	07/2014 a 06/2015	31.978.612/0001-87	RTT Telecom	72.000,00	54.000,00
2015 DL 000067 (FE)	Link de Internet de 10Mbps	07/2015 a 12/2015	07.629.067/0001-39	GO Telecom	15.960,00	15.960,00
010/2011/IMBEL (FE)	Locação de Central Telefônica	10/2014 a 10/2015	54.561.071/0001-92	R&A Telecom	22.525,20	22.525,20
024/2015 (FE)	Locação de Central Telefônica	10/2015 a 01/2016	54.561.071/0001-92	R&A Telecom	4.041,40	4.041,40
011/2015/IMBEL (FE)	Locação de Impressoras	08/2015 a 07/2016	36.548.097/0001-19	Petrocopy	15.960,00	15.960,00
006/2015/IMBEL (FE)	Sistema de Rastreabilidade de Explosivos	07/2015 a 07/2016	94.301.421/0001-04	OM Tecnologia	16.560,00	6.900,00
2015 DL 000125 (FE)	Licença de uso do Auto-CAD	12/2015 a	66.582.784/0005-45	MAPData	2.075,00	2.075,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
		12/2016				
033/2014 (FJF)	Link de Internet	12/2014 a 12/2015	04.622.116/0001-13	Algar Multimídia S/A	69.600,00	58.329,58
08-9-2010 (FPV)	Telefonia fixa nacional	30-JUN-16	02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A	Estimativo	87.643,78
030-FPV-2014 (FPV)	Locação de 2 impressoras multifuncionais para a DRIND	17-nov-15	04.315.058/0001-85	Unicópiatda	Estimativo	12.442,14
010-FPV-12 (FPV)	Central telefônica	07-jun-16	04.078.456/0001-25	Sopho business communications – soluções empresariais ltda	Estimativo	37.527,36
05-FPV-12 (FPV)	Locação de 11 impressoras multifuncionais para FPV	03-mar-16	04.315.058/0001-85	Unicópiatda	Estimativo	49.200,00
39-FPV-14 (FPV)	Link de internet	16-dez-16	12.291.623/0001-40	Debian signal comunicação multimídia ltda - me	Estimativo	82.500,00
010-9-2010 (FPV)	Link IP Dedicado	30-JUN-15	02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL S.A	Estimativo	29.440,79
07/2012-IMBEL (UA)	Sistema de Gerenciamento Empresarial (ERP)	09/2012 a 05/2015	53.113.791/0017-90	TOTVS S/A	777.010,18	712.259,24
03/2014-IMBEL (UA)	Telefonia Móvel de Longa Distância	03/2014 a 03/2016	33.530.486/0001-29	Claro S/A	17.680,00	4.702,60
04/2014-IMBEL (UA)	Impressão de documentos com fornecimento de equipamentos multifuncionais	04/2014 a 04/2016	01.551.920/0001-60	CopyLine Comércio e Serviços Ltda	49.814,40	56.574,75
05/2014-IMBEL (UA)	Telefonia Móvel com acesso a Internet	03/2014 a 03/2016	05.423.963/0001-11	OI Móvel S/A	95.232,00	86.802,38
09/2014-IMBEL (UA)	Acesso à Internet para a IMBEL/Sede	08/2014 a 02/2017	03.420.926/0001-24	Global Village Telecom S/A	130.718,70	41.887,65

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
18/2014-IMBEL (UA)	Serviços Complementares de Software	12/2014 a 12/2015	53.113.791/0001-22	TOTVS S/A	716.371,80	93.563,50
2015NE800206 (UA)	Licença de Software de Backup e reaplicação de dados VEEAM backup e replication		09.550.598/0001-67	OST Services Comércio e Prestação de Serviços Ltda.	92.000,00	92.000,00
2015NE800260 (UA)	Computador		89.237.911/0001-40	Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda	3.449,00	3.449,00
2015NE800273 (UA)	Impressora Multifuncional		89.237.911/0001-40	Global de Distribuição de Bens de Consumo Ltda	1.279,00	1.279,00
2015NE800282 (UA)	Telefone sem fio		11.094.173/0001-32	Office do Brasil Importação e Exportação Ltda	395,00	395,00
2015NE800339 (UA)	Modem Roteador		05.304.400/0001-04	GCS Gêmeos Comercial e Serviços Ltda-ME	2.277,00	0,00
2015NE800344 (UA)	Telefone sem fio		11.094.173/0001-32	Office do Brasil Importação e Exportação Ltda	1.044,08	0,00
2015NE800138 (UA)	Servidor NAS de 4 Baías Montável em Rack de 19 Polegadas		01.804.159/0001-21	Eletra Tecnologia e Informática Ltda-EPP	13.490,00	13.490,00
2015NE800139 (UA)	Hd Interno 3T		05.552.986/0001-26	Tavares & Mazzo Ltda-ME	1.652,36	1.652,36
2015NE800110 (UA)	Relógio de Ponto		21.308.808/0001-00	A.F.H. Comércio e Serviços Técnicos Ltda	3.480,00	3.480,00
2015NE800263 (UA)	Impressora Multifuncional		89.237.911/0001-40	Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda	1.279,00	1.279,00
2015NE800264 (UA)	Impressora a Laser Monocromática		89.237.911/0001-40	Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda	640,00	640,00
2015NE800265 (UA)	Computadores		89.237.911/0001-40	Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda	20.694,00	20.694,00

Fonte:**Sede/Brasília:**

MI 20-CGTIC, de 15jan16 (PW401)
MI 077/2016 - UA (Exp), de 12fev16 (PW 1379)
MI 60 - DRADM, de 21jan16 (PW 563)
MI 009 - APG, de 19jan16 (PW 495)
MI 007 - ACI, de 18jan16 (PW 439)

Unidades de Produção:

MI 019-CHEFIA/FMCE, de 22jan16 (Prot639)
MI 005 SEIN FI/IMBEL, de 25jan16 (Prot654)
MI 01/SEINFE, de 26jan16 (Prot 798)
MI 024/2016-CHFJF-IMBEL, de 15fev16 (Prot1409)
MI 030 -CH/FPV, de 29jan16 (Prot 854)

6.3.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

PETI / PDTI

O Guia de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, estabelece que os órgãos do Poder Executivo Federal podem ter um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e/ou um PDTI para abarcar a função de TI da organização.

Seguindo esta orientação, a IMBEL não possui PETI, possuindo somente o PDTI.

Para a elaboração do seu PDTI, a Empresa tomou como base o Planejamento Estratégico (PEI IMBEL 2011-2015), ainda em vigor, levantando os objetivos táticos da TI, em alinhamento com os objetivos estratégicos da Empresa.

Comitê Gestor de TI

A organização possui um Comitê Gestor de TI formalizado e implantado.

O Comitê é presidido pelo Vice-Presidente da Empresa e composto pelo Chefe da CGTIC; pelo Chefe da Divisão de Governança de TI, que será o secretário executivo; pelo Assessor de Planejamento e Gestão ou representante; por um representante de cada Diretoria da IMBEL, a ser designado pelo respectivo Diretor e por um representante de TIC de cada fábrica da IMBEL (quando convocado pelo presidente do Comitê.).

No ano de 2015 foi realizada uma reunião desse Comitê Gestor.

Sistemas de Informação

O principal sistema de Informação utilizado pela empresa é o ERP da TOTVS denominado Datasul, versão 12.1.6.

A aplicação atende as áreas de Recursos Humanos, Controladoria (Financeiro e Contabilidade); Logística; Manufatura e Tecnologia.

O responsável técnico é a Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação (CGTIC) e o responsável da área de negócio é o Diretor Administrativo-Financeiro, apoiado pelo Comitê Gestor do EMS, do qual é o presidente.

É um sistema crítico para a Organização, por suportar todas as áreas de negócio.

Plano de Capacitação de Pessoal

O anexo "D" do PDTI 2013-2015 (Plano de Gestão de Pessoas) contempla a capacitação do pessoal de TI.

No ano de 2015 foram realizados os seguintes treinamentos/capacitações:

- PF Sense / Squid (duas pessoas)
- Treinamento Avançado de ZIMBRA (quatro pessoas)
- Gestão de Segurança da Informação (três pessoas)
- Gestão de Riscos de TI (uma pessoa)
- Treinamento de VEEAM - software de backup e contingência (nove pessoas)

Força de Trabalho de TI

No ano de 2015, a força de trabalho de TI foi composta de:

- Empregados/servidores efetivos da carreira de TI: 27 (vinte e sete)
- Estagiários: 04 (quatro)

Gerenciamento de Serviços de TI

No ano de 2015, iniciou-se a implantação do modelo (framework) *ITIL* na Empresa. Foi desenvolvida a aplicação denominada "Pedido de Suporte", disponibilizada na Intranet da organização.

Inicialmente está sendo utilizada na Sede/Brasília.

Descrição dos Projetos de TI

Não houve novos projetos de TI no ano considerado.

Dependência Tecnológica

O ERP utilizado pela Empresa - Datasul 12 - é de propriedade da Empresa TOTVS.

Existe um contrato formal celebrado entre a IMBEL e a TOTVS, que vem sendo cumprido de forma adequada.

6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**6.4.1. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental****a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade:**

Para a IMBEL, responsabilidade ambiental é uma opção de gestão ética dos seus negócios, promovendo o equilíbrio entre as atividades industriais, o bem estar da força de trabalho da empresa e das comunidades onde se localizam suas Unidades de Produção (UP).

Nessa visão geral dada pela Empresa é que a Sede e as UP desenvolvem iniciativas ambientais sustentáveis, tais como uso sustentável da água, tratamento de efluentes e diminuição de uso de materiais oriundos de fontes não sustentáveis como papel e copos descartáveis.

Hoje a política de sustentabilidade da IMBEL está descrita nos seus sítios na Internet e na Intranet e no seu Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Quadro A.6.4.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MP 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MP 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MP 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado: http://www.imbel.gov.br/phocadownload/acesso-a-informacao/legislacao/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel.pdf		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados		X

	medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MP 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados:		
Considerações Gerais			
A empresa utiliza os mesmo eixos temáticos da Agência Ambiental da Administração Pública (A3P) no PLS, porém não realizou o Termo de Adesão deste com o Ministério do Meio Ambiente.			
Algumas Unidades de Produção possuem contratos com as Prefeituras Municipais para a destinação dos resíduos recicláveis descartados, pois não houve associação ou cooperativa que atendesse ao Decreto nº5.940/2006.			

Análise crítica

A Empresa possui em seus sítios na Internet e na Intranet e descrição de sua visão quanto a sustentabilidade ambiental, o que já se configura em um bom balizador para práticas sustentáveis nas aquisições de bens e serviços.

As iniciativas tanto na Sede quanto nas Unidades Produtivas são baseadas em boas práticas, porém nem todas têm seus resultados monitorados e avaliados.

A implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS, em dezembro de 2015, demonstra a real preocupação da empresa com o tema. O PLS está estruturado segundo normas do governo federal e possui métricas que estão sendo medidas e acompanhadas para garantir o resultado esperado para a sociedade, para o Estado e para seus Empregados.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

7.1.1. Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Não há deliberações pendentes.

7.1.2. Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

UG	Quantidade de recomendações recebidas	Quantidade de recomendações atendidas
SEDE	02	02
GAB	06	06
DRADM	03	03
FJF	07	07
FPV	06	06
FE	06	06
FMCE	06	06
FI	15	15

Quadro A.7.1.2. – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Visita do CCIEx à SEDE, no período de 23 a 27 de março de 2015	2.2.10	OF nº 31SAGEF/CCIEx
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Descrição da Recomendação			
Dentre as recomendações do CCIEx, merecerem destaque: (ORDEM) ÍTEM 2.2.10 b) Recomenda-se, observar o princípio da segregação de funções apresentado na Instrução Normativa nº 01, de 06 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, canalizando as requisições para a subseção de Aquisições da Divisão de Aquisições Licitações e Contratos, que por sua vez encaminhará para o despacho do Ordenador de Despesas autorizar a abertura do processo licitatório ou a realização de contratação direta.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEDE - Gabinete			
Síntese da Providência Adotada			
ÍTEM 2.2.10 b) Tal recomendação já está sendo adotada. As requisições já estão com despacho do Chefe da Divisão de aquisições, licitações e contratos e do Ordenador de Despesa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Visita do CCIEx à SEDE, no período de 23 a 27 de março de 2015	3.6.2	OF nº 31SAGEF/CCIEx
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Descrição da Recomendação			
Dentre as recomendações do CCIEx, merecerem destaque: (ORDEM) ÍTEM 3.6.2 Recomenda-se adotar medidas administrativas visando fazer constar nos contracheques dos empregados informações relativas ao grau horizontal e o código vertical inerente ao cargo que ocupam, tudo em conformidade com o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) da IMBEL.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Administrativa - DRADM			
Síntese da Providência Adotada			
ÍTEM 3.6.2 As medidas administrativas foram tomadas, haja vista as solicitações realizadas e as respostas recebidas constantes dos: MI 82 – Div Adm Pes, de 11 JUL 2014, PW 4512(doc anexo I); MI 28 – CGTIC, de 26 MAR 2015, PW 2688 (doc			

anexo II); e MI 71 – DivPagPes, de 14 Abr 2015, PW 3375 (doc anexo III).
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Visita do CCIEx à Fábrica FMCE, no período de 27 a 31 de julho de 2015.	3.6, 4.3 e 5.3	OF nº 67 – SAGEF/CCIEx
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Descrição da Recomendação			
Dentre as recomendações do CCIEx, merecerem destaque:			
(ORDEM) ÍTEM 3.6			
a) Recomenda-se solicitar a IMBEL/SEDE que regularize a situação dos atos de admissão e desligamentos pendentes na IMBEL/FMCE, com a finalidade de cumprir as determinações da Instrução Normativa nº 55/2007-TCU.			
d) Recomenda-se adotar medidas administrativas visando fazer constar nos contracheques dos empregados informações relativas ao grau horizontal e o código vertical inerente ao cargo que ocupam, tudo em conformidade com o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) da IMBEL.			
e) Recomenda-se adotar medidas administrativas para recompletamento do número de Guardas de Segurança Patrimonial para que a carga horária de 06 (seis) horas diárias e 02 (dois) de folga seja cumprida, a fim de evitar possíveis passivos trabalhistas.			
(ORDEM) ÍTEM 4.3			
Recomenda-se que a fábrica envide esforços no sentido de conciliar os valores e quantidades registrados nas planilhas de controle com os quantitativos físicos. As sobreditas distorções podem configurar indícios de dano ao erário. Portanto, recomenda-se criterioso controle sobre o patrimônio da fábrica e, se for o caso, que se busque a responsabilização dos causadores do dano.			
(ORDEM) ÍTEM 5.3			
O OD deve assinar o relatório de Conformidade, pois o mesmo é responsável pela análise da consistência dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial efetuados na UG, conforme prevê Art. 9 da IN nº 06, da STN, de 31 de outubro de 2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica - FMCE			134
Síntese da Providência Adotada			
ÍTEM 3.6			
a) A seção de Recursos Humanos desta filial está fazendo gestões junto ao Departamento de Recursos Humanos (IMBEL-BRASÍLIA) para que sejam feitos os registros no SISAC dos funcionários listados no subitem 1 do item 3.5.			
d) A Diretoria Administrativo-Financeira está em processo, junto à Empresa TOTVS, para a inclusão das informações nos contracheques dos funcionários, de acordo com a recomendação do CCIEx.			
e) Foram contratados Guardas de Segurança Patrimonial e saneado o problema.			
ÍTEM 4.3			
O material de expediente e limpeza está sendo contabilizado, a fim de se obter um maior controle.			
ÍTEM 5.3			
A UG observará a recomendação deste Órgão de Controle Interno.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

7.2. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

No ano de 2015, dos 13 (treze) processos administrativos para apuração de responsabilidades instaurados na IMBEL, 05 (cinco) geraram demissão por justa causa. Uma das demissões foi motivada por desídia e possui indícios de dano ao erário. Este último processo é objeto de investigação do Ministério Público Federal, Guaratinguetá/SP, para apurar Ato de Improbidade Administrativa e apontar os possíveis prejuízos ao erário e respectivos responsáveis. A IMBEL aguarda a solução da investigação para tomar as providências administrativas decorrentes do possível dano ao patrimônio público.

Os processos administrativos que antecederam as demissões acima descritas foram os seguintes:

Unidade	Processo	Início	Término
FE	Sindicância nº 001/2015 Objeto da sindicância: Apurar abandono de emprego	16/01/2015	19/02/2015
FE	Sindicância nº 003/2015 Objeto da sindicância: Apurar faltas e atrasos não justificados	06/08/2015	07/10/2015
Unidade	Processo	Início	Término
FPV (1)	Sindicância: nº 04/2015-FPV/2015 (Portaria Executiva nº 068-CH FPV/2014 – IMBEL-FPV, 30/09/2014) Objeto da Sindicância: Apurar os problemas e respectivos responsáveis nos projetos da empresa EXAL – Projetos, Indústria, Comércio e Assistência Técnica.	30/09/2014	04/02/2015
FPV	Solução de Sindicância: nº 13-FPV/2015 (Portaria Executiva nº 035-CH FPV/2015 – IMBEL-FPV, 15/04/2015) Objeto da Sindicância: Desvios de materiais da área interna da Fábrica Presidente Vargas, encontrados na Unidade Residencial nº 505.	15/04/2015	23/06/2015
FPV	Sindicância nº 22-FPV/2015 (Portaria Executiva nº 104-CH FPV/2015 – IMBEL FPV, 21/10/2015) Objeto da Sindicância: Apurar possível abandono de emprego.	21/10/2015	19/11/2015

Nota (1): Existe um Processo Judicial no Ministério Público Federal, Guaratinguetá/SP, para apurar Ato de Improbidade Administrativa, apontando-se os possíveis prejuízos ao erário e respectivos responsáveis.

7.3.DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM DISPOSTO NO Art. 5º da Lei 8.666/93

A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

7.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Após análise interna na IMBEL, não foram identificados contratos decorrentes de desoneração da folha de pagamento. Os contratos existentes, de TI e Transporte, não contemplam locação de mão de obra, logo a desoneração da contribuição previdenciária não influenciou o preço compactuado.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

7.5.1. Despesas com Publicidade

Quadro A.7.5.1 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica	2108/2000	429.386,92	423.611,92
Utilidade pública			

7.5.2. Informações sobre Contratos Firmados com Agências Prestadoras de Serviços de Publicidade e Propaganda

No ano de 2015, não houve contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

7.5.3. Análise Circunstanciada

As despesas com ações de publicidade e propaganda são realizadas por intermédio do Plano Interno (PI) - BIDAATSDMER do orçamento empresarial. Estas ações contemplam três vertentes a seguir definidas:

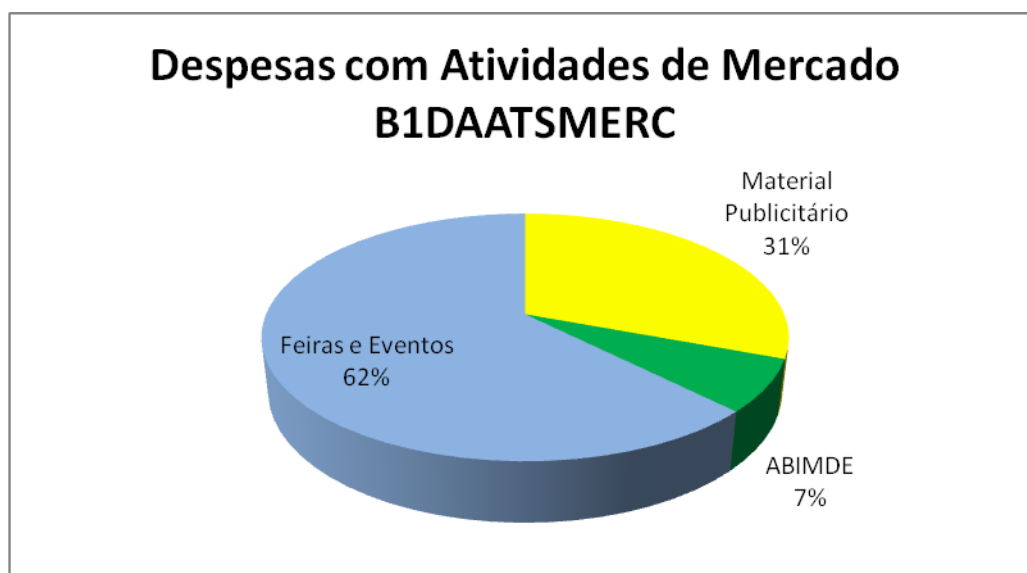
- O processo de confecção de embalagens, folder, banner, catálogos impressos e digitais, manuais técnicos e operacionais dos produtos constantes do portfólio da IMBEL e material promocional.

- O processo de participação em feiras e eventos da promoção comercial visa colimar os seguintes objetivos: promover a Empresa e a consolidação da Marca “IMBEL - Empresa Estratégica Defesa e Segurança desde 1808”; promover e divulgar o portfólio de produtos e serviços IMBEL; apresentar o portfólio de produtos e serviços IMBEL aos públicos-alvo institucionais de Defesa e Segurança e privado, tanto dos mercados interno como do externo; ampliar a percepção do valor dos produtos e serviços IMBEL; possibilitar aos clientes institucionais e privados maior contato com os produtos IMBEL; estabelecer e aprofundar ligações com fabricantes, fornecedores, representantes autorizados e potenciais clientes nacionais e internacionais; estreitar laços comerciais

e de confiança com os representantes comerciais da IMBEL; efetuar atividades de *benchmarking*; contribuir com o Ministério da Defesa e Comando do Exército no exercício da diplomacia militar; e somar esforços com os demais agentes da Base Industrial de Defesa, no sentido da Defesa e Segurança do Mercado Interno Brasileiro como - **Patrimônio Nacional** - instituído no Art. 219 da Constituição Federal/ 1988. As participações poderão ocorrer nas seguintes modalidades: Feiras Internacionais de Defesa e/ou Segurança – FIDS; Feiras Nacionais de Defesa e/ou Segurança – FNDS; Eventos de Divulgação de Produtos IMBEL – EDPI; Missões Comerciais de Divulgação de Produtos IMBEL – MCDP; Missões Comerciais de Entrega de Produtos Novos – MCEPN; e Missões de Representação e Marketing – MRM.

- O processo representativo/comercial referente à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE, comportando a anuidade e a emissão com economicidade de Declarações de Exclusividades dos Produtos IMBEL, necessárias à comercialização dos citados produtos junto aos clientes institucionais, em especial dos segmentos de Defesa e de Segurança.

No ano de 2015, o dispêndio com as três vertentes mencionadas foi de R\$ 423.611,92, sendo que 62 % foram alocados para a participação em feiras e eventos, 31 % para elaboração de material publicitário e 7% com a ABIMDE.



Torna-se oportuno registrar que a participação em feiras e eventos, dos quais destaca-se a LAAD Defence & Security 2015, considerada a maior Feira de Negócios de Defesa e Segurança Latino Americana, realizada de 14 a 17 de abril de 2015, no Riocentro, Rio de Janeiro - RJ, que teve uma expressiva participação de fabricantes e fornecedores de tecnologias, equipamentos e serviços para Marinha, Exército, Força Aérea, Forças Policiais, Forças Especiais, *Law Enforcement*, *Homeland Security*, gestores de segurança de grandes corporações, concessionárias de serviços e infraestrutura crítica, de delegações oficiais e de visitantes. Na oportunidade foram realizadas tratativas com o mercado externo com os seguintes potenciais de comercialização:

<i>LAAD/2015</i> <i>TRATATIVAS DA IMBEL COM O MERCADO EXTERNO</i>	<i>REUNIÕES</i> <i>REALIZADAS</i>	<i>FATURAMENTO</i> <i>ESTIMADO</i> (*)
1. Propostas comerciais negociadas, com possibilidade de sucesso	5	R\$ 35 milhões
2. Propostas comerciais negociadas, com baixa possibilidade de sucesso	2	R\$ 2 milhões
3. Propostas de negócios já em andamento	5	R\$ 31 milhões
4. Novas Propostas de negócios, com possibilidade de sucesso	5	R\$ 8 milhões
5. Novas Propostas de negócios com pouca possibilidade de sucesso	2	R\$ 2 milhões

EVENTOS COMERCIAIS	Quantidade	Estimativa de Negócio POTENCIAL		
Reuniões Comerciais	03	Conquista de Novos Mercados		
Propostas Comerciais Negociadas	03	780.000	56.000.000	53.600.000
		SSP/PE	PMMG	SSP/DF
		R\$ 110.380.000,00		
Propostas de Novos Negócios Comerciais	03	Serviços Industriais		
Propostas de Missões Comerciais	08	Conquista de Novos Mercados		
TOTAL	17	PROMISSORA		

8. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES**8.1. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AI****a) AUDITORIA INTERNA**

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração da IMBEL, de acordo com o parágrafo único do art. 12 do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005.

A escolha do Chefe da Unidade se dá por meio de convite do Diretor-Presidente da IMBEL, cuja indicação é submetida à apreciação do Conselho de Administração, conforme art. 15, inciso V, do Estatuto Social da Empresa. Da mesma forma, a exoneração do mesmo precisa ser aprovada pelo referido Colegiado.

Atualmente, a Auditoria Interna conta com quatro colaboradores:

Nome	Função	Formação acadêmica
Cezar Freitas Lopes	Chefe da Auditoria Interna	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-graduado em Controladoria e Finanças
Tiago Mota Melo	Supervisor	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-graduado em Auditoria, Controladoria e Perícia
Ayde Ferreira de Almeida Filho	Analista Especializado	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-graduado em Auditoria, Controladoria e Perícia Contábil
Bruno José de Lima Ribeiro	Analista Especializado	Bacharelado em Ciências Contábeis

b) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Durante o exercício de 2015, a Auditoria Interna executou as ações definidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna. Ao longo da execução, foram efetuadas análises dos controles internos de cada grupo de contas ou atividade e relatado nos respectivos relatórios de auditoria emitidos.

Com base na consolidação das observações emitidas nos relatórios de auditoria, conclui-se que os controles internos estão, no geral, adequados às atividades desenvolvidas pela Empresa e ao risco inerente de cada grupamento. Contudo, ressalta-se que é necessário o contínuo acompanhamento dos riscos aos quais a Empresa está exposta, o aprimoramento dos controles existentes e o desenvolvimento de outros, dado que a IMBEL encontra-se em um ambiente competitivo de negócios e que a exposição deve sempre ser controlada.

Das áreas auditadas, Clientes, Estoques, Tributos, Meio Ambiente e Imobilizado foram aquelas onde se identificaram maiores oportunidades de melhoria.

Clientes, em função da necessidade de controle mais efetivo dos não-recebíveis e de suas baixas nos registros contábeis.

Estoques, pelo alto valor dos estoques de produtos de baixa rotatividade e alta periculosidade.

Tributos, no caso dos incidentes sobre vendas, por se transferir aos governos parcela da receita, muitas das vezes não recebível pela empresa em função do atraso ou das inadimplências de seus clientes e, sobre o seu resultado operacional, em razão da incidência de impostos federais sobre recursos orçamentários recebidos.

Meio Ambiente, por se tratar de item de constantes fiscalizações por parte dos órgãos governamentais, pela extensa área sob o uso e administração da Empresa e, principalmente, em função de sua atividade industrial, exercida em área de extremo risco para as florestas e mananciais.

Imobilizado, em razão de recente processo de reavaliação do imobilizado e necessidade de conferências dos bens relacionados, bem como a gestão dos bens imóveis não utilizados na atividade fim da empresa.

c) ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

Atualmente, a Auditoria Interna dispõe de um Módulo de Auditoria dentro do Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL) no qual são inseridos todos os Relatórios emitidos pela Auditoria Interna. Por meio dele, é possível definir um prazo para que as áreas auditadas incluam seus Relatórios de Providências, que farão menção sobre as ações tomadas em relação a cada achado e recomendação de auditoria. No referido módulo é possível, ainda, consultar, a qualquer tempo, tanto os Relatórios de Auditoria quanto os Relatórios de Providências.

Também são incluídos no SIMBEL pela Assessoria de Gestão do Controle Interno (AGCI) e ficam disponíveis para consulta no mencionado Módulo os Relatórios de Visitas de Auditoria realizadas pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), as recomendações emitidas pelos Conselhos de Administração e Fiscal, e determinações ou comunicações emanadas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União.

O rol de usuários com acesso ao SIMBEL, para consulta aos relatórios de auditoria e recomendações dos órgãos mencionados, inclui os gestores das unidades auditadas e os membros AGCI.

d) EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2015, foram planejadas 27 atividades e, ao final do ano, isso resultou em 44 Relatórios de Auditoria, conforme abaixo:

Nº	AÇÃO DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	Nº DO RELATÓRIO DA AUDITORIA REALIZADA
1	Clientes (Ativo) e Adiantamento de Clientes (Passivo)	AI	RA nº 001/2015-AI/IMBEL-FPV
			RA nº 002/2015-AI/IMBEL-FE
			RA nº 003/2015-AI/IMBEL-FJF
			RA nº 005/2015-AI/IMBEL-FMCE
			RA nº 006/2015-AI/IMBEL-FI
			RA nº 007/2015-AI/IMBEL-SEDE
2	Acompanhamento da Execução Orçamentária e sua Conformidade com o Planejamento Estratégico da IMBEL	TCU	RA Nº 004/2015-AI/IMBEL-SEDE
3	Vendas e Representação Comercial	AI	RA nº 001/2015-AI/IMBEL-FPV
			RA nº 002/2015-AI/IMBEL-FE
			RA nº 003/2015-AI/IMBEL-FJF
			RA nº 005/2015-AI/IMBEL-FMCE
			RA nº 006/2015-AI/IMBEL-FI
4	Inquéritos, Processos Administrativos e Sindicâncias	TCU	Nãose aplica
5	Créditos da União, Tributos Federais, Estaduais e Municipais	AI	RA nº 002/2015-AI/IMBEL-FE
			RA nº 003/2015-AI/IMBEL-FJF
			RA nº 005/2015-AI/IMBEL-FMCE
			RA nº 008/2015-AI/IMBEL-FPV
			RA nº 013/2015-AI/IMBEL-FI
6	Custo das Mercadorias Vendidas/ Serviços Prestados e Processos Produtivos		RA nº 009/2015-AI/IMBEL-FJF
			RA nº 010/2015-AI/IMBEL-FE
			RA nº 011/2015-AI/IMBEL-FPV

Nº	AÇÃO DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	Nº DO RELATÓRIO DA AUDITORIA REALIZADA
			RA nº 012/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 020/2015-AI/IMBEL-FI
7	Investimentos em Coligadas e controladas e Bens não Destinados ao Uso	AI	RA nº 017/2015-AI/IMBEL-SEDE
8	Tributos Sobre Vendas	AI	RA nº 008/2015-AI/IMBEL-FPV RA nº 009/2015-AI/IMBEL-FJF RA nº 010/2015-AI/IMBEL-FE RA nº 012/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 013/2015-AI/IMBEL-FI
9	Relatório de Gestão - Itens Sobre Responsabilidade da AI	AI	Não se aplica
10	Bens de Terceiros em Poder da IMBEL (Passivo) e Bens de Terceiro em Poder da IMBEL (Ativo)	AI	RA nº 009/2015-AI/IMBEL FJF RA nº 010/2015-AI/IMBEL FE RA nº 012/2015-AI/IMBEL FMCE RA nº 025/2015-AI/IMBEL FPV RA nº 027/2015-AI/IMBEL FI
11	Meio Ambiente	AI	RA nº 014/2015-AI/IMBEL SEDE RA nº 015/2015-AI/IMBEL FMCE RA nº 016/2015-AI/IMBEL FPV RA nº 019/2015-AI/IMBEL FE RA nº 021/2015-AI/IMBEL FJF RA nº 023/2015-AI/IMBEL FI
12	Fornecedores	AI	RA nº 015/2015-AI/IMBEL FMCE RA nº 018/2015-AI/IMBEL SEDE RA nº 019/2015-AI/IMBEL FE RA nº 021/2015-AI/IMBEL FMCE RA nº 025/2015-AI/IMBEL FPV RA nº 033/2015-AI/IMBEL FI
13	Parecer sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2014	TCU	Não se aplica
14	Processos Licitatórios	TCU	RA nº 024/2015-AI/IMBEL FPV RA nº 028/2015-AI/IMBEL SEDE RA nº 030/2015-AI/IMBEL FJF RA nº 032/2015-AI/IMBEL FE RA nº 035/2015-AI/IMBEL FMCE RA nº 042/2015-AI/IMBEL FI
15	Montagem da Prestação de Contas do Exercício de 2014	TCU	Não se aplica (a cargo da AGCI)
16	Obrigações Trabalhistas a Pagar e Gestão de Recursos Humanos	AI	RA nº 021/2015-AI/IMBEL-FJF RA nº 022/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 026/2015-AI/IMBEL-FE RA nº 034/2015-AI/IMBEL-FI RA nº 037/2015-AI/IMBEL-SEDE RA nº 040/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 043/2015-AI/IMBEL-FJF
17	Conformidade de Registro de Gestão	AI	RA nº 015/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 019/2015-AI/IMBEL-FE RA nº 021/2015-AI/IMBEL-FJF RA nº 028/2015-AI/IMBEL-SEDE

Nº	AÇÃO DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	Nº DO RELATÓRIO DA AUDITORIA REALIZADA
			RA nº 042/2015-AI/IMBEL-FI RA nº 044/2015-AI/IMBEL-FPV
18	Imobilizado	AI	RA nº 036/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 038/2015-AI/IMBEL-FJF RA nº 039/2015-AI/IMBEL-FE RA nº 044/2015-AI/IMBEL-FPV
19	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT/2016	CGU	Não se aplica
20	Disponibilidades e Aplicações Financeiras	AI	RA nº 044/2015-AI/IMBEL-FPV.
21	Atuação dos Fiscais de Contratos	AI	RA nº 024/2015-AI/IMBEL-FPV RA nº 040/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 042/2015-AI/IMBEL-FI RA nº 043/2015-AI/IMBEL-FJF
22	Elaboração Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT/2014	CGU	Não se aplica
23	Estoques /Inventário Físico	AI	Não realizada
24	Suporte ao Controle Interno da IMBEL nas visitas do CCIEx às Fábricas	Assessoria de Gestão do Controle Interno	RA nº 029/2015-AI/IMBEL-FE RA nº 031/2015-AI/IMBEL-FMCE RA nº 041/2015-AI/IMBEL-FI
25	Acompanhamento, revisão e controle do atendimento às recomendações emitidas por órgão de controle interno e externo	Órgãos de controle Interno e Externo	Acompanhamento da AGCI
26	Revisão dos relatórios da Auditoria Interna	AI	Não se aplica.
27	Capacitação dos Auditores	AI	Não se aplica

e) CONFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Auditoria Interna realizou verificações nas Demonstrações Contábeis da IMBEL, no sentido de confrontar as informações nelas apresentadas com os registros contábeis e com aquelas obtidas ao longo da realização dos trabalhos de auditoria. Não foram identificados erros que possam impactar de forma significativa as Demonstrações Contábeis. Contudo, esta Auditoria Interna reforça que, para que os saldos possam estar o mais próximo possível da realidade da Empresa, é fundamental que as recomendações levantadas ao longo de todo o exercício pelos Órgãos de Controle sejam integralmente atendidas.

A IMBEL está em processo de conferência de seu imobilizado, após a reavaliação realizada pela empresa SETAPE Serviços Técnicos de Avaliação do Patrimônio e Engenharia Ltda. Reforça-se que a cada período de reporte a IMBEL deverá avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, deverá ser estimado o valor recuperável desse ativo, segundo o Pronunciamento nº 1 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 1), recepcionado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme TG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.292/10, de 20 de agosto de 2010.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a Empresa deverá testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso,

comparando seu valor contábil com seu valor recuperável. Quando se tratar de um ativo intangível ainda não disponível para uso, o CPC 01 requer que a Empresa proceda ao teste de recuperação desse ativo por desvalorização, no mínimo anualmente, visto que a capacidade desse ativo gerar benefícios econômicos futuros suficientes para recuperar seu valor contábil é usualmente sujeita a maior incerteza.

f) **CONCLUSÃO**

A Auditoria Interna é de opinião que a Prestação de Contas Anual da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL referente ao exercício de 2015 está em condições de ser encaminhada para a apreciação do Órgão de Controle Interno do Comando do Exército e do Tribunal de Contas da União e que as contas dos titulares e seus substitutos responsáveis pela gestão da IMBEL sejam consideradas **Regulares, com ressalvas**, à vista, em especial, dos achados da Auditoria Interna apontados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2015 (RAINT/2015), apreciado pelo Conselho de Administração em sua 278ª Reunião Ordinária, ocorrida em 3 de março de 2016, e encaminhado ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) por intermédio do Ofício nº 009-AI/IMBEL, de 26 de abril de 2016.

Brasília-DF, 28 de abril de 2016.

CEZAR FREITAS LOPES

Chefe da Auditoria Interna

8.2.PARECER DE COLEGIADO

O Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, em reunião ordinária, realizada em 13/04/2016, cumprindo o que determina o inciso V, do Art.142, da Lei 6.404/76, e disposições estatutárias contidas no inciso IV, do Art.15 do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005, tomou conhecimento do Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2015 e, considerando as conclusões apresentadas nos Pareceres dos Auditores Independentes AGUIAR FERES, de 29/02/2016; da Auditoria Interna, de 21/03/2016 e do Conselho Fiscal da IMBEL, de 11/04/2006, manifesta-se, favoravelmente, à aprovação da Prestação de Contas da Empresa.

Brasília, DF, 13 de abril de 2016

General de Exército Sinclair Mayer

Presidente do CA/IMBEL

8.3.RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU AREA DE CORREIÇÃO

O sistema de correição da IMBEL é descentralizado em sua execução. As unidades de produção e o Gabinete da Presidência tem o poder de apuração de quaisquer indícios de fatos desabonadores por parte dos empregados e da consequente punição, caso necessário. Tais processos seguem o modelo de sindicância interna da Empresa e é dado, neste momento, ao empregado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

A IMBEL ainda não implantou plenamente o Sistema CGU-PAD. A Empresa tem encontrado dificuldades de utilização deste sistema tendo em vista a estrutura implantada pela

CGU. A IMBEL encontra-se realizando gestões junto à CGU para que sejam ajustadas as incongruências encontradas.

Com relação aos processos administrativos disciplinares instaurados no período a que se refere o relatório de gestão, com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes e corrupção, ocorreram na IMBEL fatos apurados no exercício de 2015, dos quais apenas um apresentou indícios de dano ao erário. Este processo é objeto de investigação do Ministério Público Federal, Guaratinguetá/SP, para apurar Ato de Improbidade Administrativa, e apontar os possíveis prejuízos ao erário e respectivos responsáveis. A IMBEL aguarda a solução da investigação para tomar as providências administrativas decorrentes do possível dano ao patrimônio público.

8.4.RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Brasília (DF)

Examinamos as demonstrações contábeis da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data.

Responsabilidade da administração da Entidade sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Indústria de Material Bélico do Brasil contratou durante o exercício de 2014, empresa especializada para a execução do teste de “impairment”, com seu término concretizado somente no ano de 2015, onde foram realizados os lançamentos para refletir os ajustes necessários, atendendo assim, as exigências introduzidas pela legislação vigente.

Outros

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas por outra firma de auditoria, com relatório emitido em 13 de março de 2015, o qual continha opinião com ressalva referente ao teste de recuperabilidade dos ativos.

Ribeirão Preto (SP), 29 de fevereiro de 2016.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC-1-SP 067138/O-0

8.5.DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE**8.5.1.Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões****Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no SISAC**

DECLARAÇÃO	
<p>De acordo com as declarações apresentadas pelas unidades da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, responsáveis por gerenciar os registros no SISAC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que a auditoria interna da Empresa encontrou 48 (quarenta e oito) atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da IMBEL, entre os anos de 1992 e 1998, que não foram registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC. para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007. A Empresa encontra-se regularizando a situação no sistema.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 18 de abril de 2016.</p> <p style="text-align: center;">CLAUDIO BORGES COELHO CPF 521.082.526-49 Chefe do Departamento de RH Corporativo / IMBEL</p>	

8.5.2. Declaração de cumprimento das disposições a Lei 8.730/93 quanto a entrega das declarações e bens e rendas**Quadro A.8.5.2 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de Entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo em <u>2015</u>	Final do exercício da Função ou Cargo em <u>2015</u>	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	89	69	20
	Entregaram a DBR	89	69	20
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul

8.5.3. Situação do Cumprimento das Obrigações

Inicialmente, vale ressaltar que, com relação à apresentação das Declarações de Bens e Renda, a IMBEL cumpre o previsto na **Portaria Normativa nº 434, de 24 de agosto de 1994**, que aprovou as instruções gerais para apresentação de Declarações de Bens e Rendadas, por agente público, no âmbito do Ministério do Exército – IG 20-16, conforme destacamos resumidamente a seguir:

CAPÍTULO I – Da Finalidade

Art. 1º As presentes Instruções visam regular, no âmbito do Ministério do Exército, a apresentação da Declaração de Bens e Rendadas, a fim de dar cumprimento ao previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, **na Lei Nº 8.730, de 10 de novembro de 1993**, no Decreto nº 978, de 10 de novembro de 1993, e na Instrução Normativa nº 5, de 10 de março de 1994, do Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO II – Dos Agentes Públicos

Art. 2º As presentes Instruções aplicam-se aos agentes públicos a seguir mencionados

...

III – Presidente, Vice-Presidente, Superintendente e Diretor da IMBEL; XVII – Servidor civil que exerça cargo, função ou emprego de confiança.

CAPÍTULO III – Das Condições de Execução

Art. 3º No prazo de 15 (quinze) dias após a entrada em vigor das presentes Instruções, os agentes no exercício das funções por elas abrangidas deverão entregar à Seção de Pessoal de suas respectivas Organizações a declaração de bens e rendadas, devidamente assinada, incluindo bens e valores que integram o respectivo patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro (a), filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos os objetos e utensílios de uso domésticos.

Parágrafo único. Para fins do previsto neste artigo **podará ser entregue cópia da última declaração de bens e rendadas apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de imposto de renda de pessoa física, com a devida atualização.**

Art. 5º Obedecida a forma estabelecida nos artigos anteriores, os agentes deverão apresentar declaração de bens e rendadas, por ocasião de:

I- posse e término de gestão do Ministério do Exército, do Presidente da FHE/POUPEX e do Presidente da IMBEL;

II – posse, entrada em exercício, exoneração ou demissão para os servidores civis do Ministério do Exército, servidores da FHE/POUPEX e servidores da IMBEL.

Art. 6º **Anualmente**, no prazo de 15 (quinze) dias após a data-limite fixada pela Secretaria da Receita Federal para a entrega da declaração de bens e rendadas para fins de Imposto de Renda – Pessoa Física, os agentes de que tratam estas Instruções deverão apresentar à seção de Pessoal de suas Organizações a atualização da declaração de bens e rendadas, com a indicação da variação patrimonial ocorrida desde a declaração anterior, **podendo, para tanto utilizar cópia da que foi entregue à Secretaria da Receita Federal.**

CAPÍTULO V – Das Prescrições Diversas

Art. 13 É atribuída a classificação sigilosa de **CONFIDENCIAL** a todas as declarações de bens e rendas de que tratam estas Instruções.

A atividade de acompanhamento, cobrança e recepção das Declarações de Bens e Rendas – DBR é de competência da Diretoria Administrativo-Financeira, através do Departamento de Recursos Humanos corporativo. Essa atividade é desenvolvida, anualmente, no período de transmissão eletrônica para a Receita Federal do Brasil, da Declaração de Imposto de Renda, mediante solicitação formal (memorando, fax ou e-mail) endereçada aos Diretores e Superintendentes das Unidades da IMBEL, com a finalidade de que sejam tomadas todas as providências cabíveis para o devido cumprimento do previsto na Portaria Normativa nº 434, de 24 de agosto de 1994, que especificou as instruções gerais no âmbito do Ministério do Exército, para a apresentação da Declaração de Bens e Rendas, prevista na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Conforme definido na citada legislação, a apresentação das DBR é feita pelos empregados e/ou militares cedidos que exercem cargos de confiança (livre provimento), assim considerados no Regimento Interno da IMBEL (Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Assessores, Chefes de Fábrica e Chefes de Divisão). Os ocupantes de cargo de confiança mencionados, após a transmissão das Declarações de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF à Receita Federal do Brasil, enviam cópia das respectivas Declarações, em envelope devidamente identificado, lacrado, rubricado e com a classificação sigilosa de confidencial (art. 13 da Portaria Normativa 434/1994), ao Departamento de Recursos Humanos, não sendo permitido à IMBEL violar os envelopes para verificação ou análise de seu conteúdo. Tais envelopes ficam arquivados na IMBEL à disposição da Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx).

Atualmente, não há sistema informatizado para esse gerenciamento ou autorização eletrônica do empregado para acesso às informações diretamente na base de dados na Receita Federal do Brasil.

O Departamento de Recursos Humanos efetua as cobranças das Declarações até que todos os ocupantes de cargos de confiança cumpram o previsto na legislação. Sendo que, os mesmo são alertados da obrigatoriedade e responsabilidade do ato.

8.5.4. Declaração da Entrega das Declarações de Bens e Rendas

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

De acordo com as declarações apresentadas pelas unidades da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, responsáveis por gerenciar a entrega das DBR pelos servidores, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Departamento de Recursos Humanos obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 18 de abril de 2016.
CLAUDIO BORGES COELHO
CPF 521.082.526-49

Chefe do Departamento de RH Corporativo / IMBEL

Brasília-DF, 29 de abril de 2016.

Gen Div R/1 CELSO JOSÉ TIAGO
Diretor-Presidente